



O Comité Central do PCP, reunido na passada terça-feira, debateu a situação política actual, tendo aprovado, no final, um comunicado que hoje publicamos na íntegra

Reunião
do
Comité Central
do PCP

Pág. 3 e 4

A realidade confirma o PCP como uma grande força nacional

Carlos Carvalho no distrito de Beja

Eleições autárquicas



Uma batalha de todo o Partido

Pág. 4 e 5

Polónia: resultados eleitorais evidenciam a aspiração popular a uma alternativa

Pág. 15

Combate ao Narcotráfico

● Artigo de Francisco Lopes

Pag. 18

Abertura do ano lectivo Ano novo Problemas velhos

● Artigo de Paulo Sucena

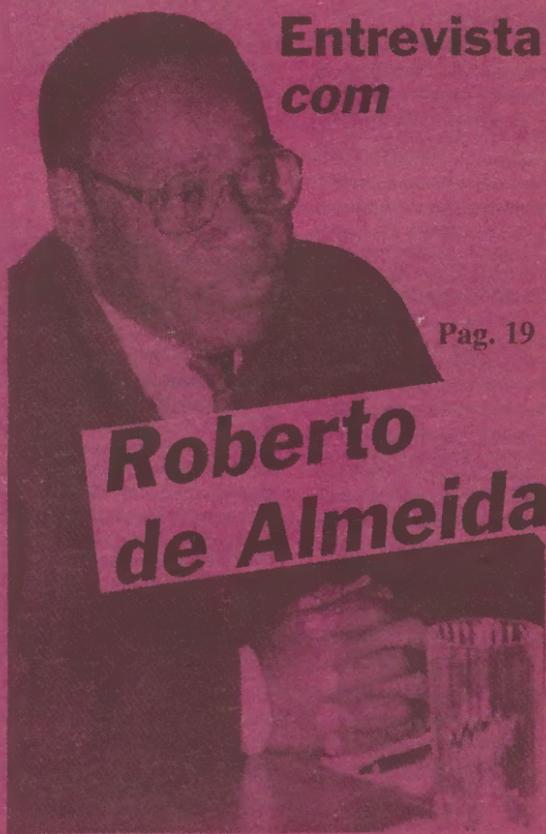
Pag. 22 e 23

Melhorar os salários é possível e necessário

Centrais

ANGOLA

Entrevista com



Pag. 19



Carlos Carvalhas em terras do Baixo Alentejo

RESUMO

15 Quarta-feira

PS e CDS firmam acordo eleitoral nos Açores para as autárquicas ■ A Fenprof critica a atitude de Couto dos Santos de enviar cartas pessoais a todos os professores e educadores ■ Abre o novo ano escolar com notícias de carências e problemas um pouco por todo o País ■ Tem início o ano judicial ■ Chevardnaze consegue impor o estado de emergência na Geórgia ■ Bill Clinton afirma-se preocupado com o cumprimento dos direitos humanos em Timor-Leste ■ Jacques Delors sugere em Estrasburgo que a Comunidade Europeia lidere uma iniciativa para limitar os movimentos monetários a nível mundial ■ O presidente da Arménia lança apelo à mediação russa para pôr fim ao conflito em Nagorno-Karabakh.

16 Quinta-feira

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acusa o Ministério da Educação de falar "para si próprio" ■ A Federação Nacional dos Médicos realiza acção de protesto contra a falta de diálogo do ministro da Educação ■ Coligação "Com Lisboa" inaugura a sua sede na capital ■ Eurico de Melo sugere que João Jardim não deixe de estar presente no próximo Conselho Nacional do PSD ■ É anunciado o recomeço das conversações com os EUA sobre as Lajes para Outubro ■ Eurodeputados portugueses recusam convite para visitar a Indonésia ■ A ONU dá nova oportunidade à Unita, concedendo-lhe dez dias para acabar com os combates em Angola ■ A Cosa Nostra assassina em Palermo o padre Giuseppe Brancaccio, que se destacara pela sua luta contra a Mafia ■ O general Aidid manifesta-se disponível para um encontro com todas as facções beligerantes na Somália no sentido de impulsionar os acordos de Adis Abeba ■ Ieltsin nomeia Igor Gaidar primeiro-vice-primeiro-ministro da Rússia ■ Cinco personalidades galardoadas com o Prémio Nobel pedem a liberdade de Xanana Gusmão.

17 Sexta-feira

O Sindicato dos Professores do Norte acusa Couto dos Santos de "pouco ou nada saber de educação" ■ Inicia-se a terceira ronda de negociações entre Durão Barroso e Ali Alatas sobre Timor-Leste ■ A secção portuguesa da Amnistia Internacional promove em Lisboa uma Quinzena preenchida com várias manifestações de natureza cultural ■ Trabalhadores da Renault de Cacia manifestam-se preocupados com a eventual decisão da empresa de reduzir a produção ■ A extrema-direita ganha uma eleição local em Londres ■ O tufão "Becky" desaloja mais de 1700 pessoas em Macau e provoca graves danos na cidade e em Hong Kong ■ Um acidente ferroviário em Moçambique mata 84 pessoas ■ ONU ameaça Haiti com novas sanções caso prossiga a violência no País.

18 Sábado

Carlos Carvalhas acusa o Governo de prosseguir uma política que conduz o País à ruína, com a entrega das "alavancas principais" da economia ao estrangeiro ■ O PSD da Madeira critica o que considera

ser uma "campanha" contra a região ■ Cavaco Silva afirma em Amarante que "Guterres não acredita no que diz" ■ Guterres garante em Matosinhos que a "crise não é passageira nas mãos do Governo laranja" ■ João Jardim afirma que a UDP "é o único partido de esquerda com discurso a favor da autonomia" ■ Ilda Figueiredo, candidata pela CDU à presidência da Câmara do Porto, acusa a autarquia de "insensibilidade" e de "completo desprezo" pela situação em que se vive nos bairros degradados do Porto ■ Prosseguem os combates entre georgianos e abkazes ■ O general Alexandre Rutskoi, vice-presidente russo, apela à "restauração da União Soviética", com "todo o poder aos soviets" ■ Uma bomba explode num centro comercial da periferia de Pretória.

19 Domingo

As Associações Académicas propõem ao Conselho de Reitores a realização de um inquérito nacional para apurar quanto custa ao Estado cada aluno do ensino superior ■ Laborinho Lúcio, ministro da Justiça, admite que as férias judiciais possam ser reduzidas para 45 dias ■ O Secretariado Nacional da União das Misericórdias afirma-se aberto a dialogar com o Governo no sentido de retomarem os seus antigos hospitais ■ A União da Esquerda Democrática (ex-comunistas) vence as eleições na Polónia ■ Georgianos e separatistas abkazes assinam acordo que prevê a retirada simultânea das tropas e material militar.

20 Segunda-feira

Reitores de Lisboa contestam a deliberação do Tribunal Constitucional que adia para 1994 a decisão sobre a Lei das Propinas ■ Inicia-se o julgamento do movimento MAN, acusado de perfilar a ideologia fascista ■ A população da Amoreira, concelho de Cascais, bloqueia as principais artérias da localidade em protesto contra a supressão de carreiras da RN ■ Deputados suecos pedem à ONU ajuda para Xanana Gusmão ■ PS propõe rendimento mínimo familiar para acudir às pessoas no limiar da miséria ■ Apesar da sua declaração de cessar-fogo, a Unita prossegue as suas acções de guerra em Angola.

21 Terça-feira

António Guterres, secretário-geral do PS, acusa Cavaco de fazer campanha eleitoral aos fins-de-semana, à mistura com inaugurações e comícios ■ A AMAVE apresenta em Guimarães um estudo para a recuperação do Vale do Ave, estimada em 180 milhões de contos ■ Termina em Lisboa o nono seminário anual da Organização Europeia para o Desenvolvimento da Indústria Regional ■ Golpe de Estado na Rússia, com Boris Ieltsin a dissolver o Parlamento e a convocar eleições antecipadas; o Parlamento russo reage à decisão anti-constitucional destituindo Ieltsin e nomeando Alexander Rutskoi, vice-presidente da Federação, chefe de Estado da Rússia ■ Demite-se o governo da Ucrânia ■ Separatistas abkhazes abatem o avião da delegação georgiana às conversações bilaterais, provocando a morte de 27 pessoas; a delegação regressava de Sochi, onde manteve conversações com abkhazes sob mediação russa.

O encarte

O encarte é, então, a forma mais recente que Cavaco Silva descobriu para se dirigir aos portugueses.

Segundo os dicionários, encarte, além de outras acepções relacionadas com o jogo de cartas, significa: "folha volante ou caderno incluído como suplemento em revistas ou jornais, geralmente como publicidade paga".

Publicidade paga é, pois, em boa síntese, o significado da carta que o Primeiro-Ministro fez distribuir profusamente pelo país, no passado fim-de-semana.

Só falta saber quem vai pagar esta publicidade. Contudo, o facto da missiva ser encimada pelo escudo da República não deixa dúvidas de que as intenções dos responsáveis laranja é a de que os custos da operação sejam suportados pelo erário público.

É mais um escândalo a assacar ao cavaquismo, de tal maneira é evidente que a carta de Cavaco Silva é, acima de tudo, uma peça (e uma peça de peso) da campanha do PSD para as próximas eleições autárquicas.

É mais uma prova de que persiste entre os responsáveis do PSD a perigosa e antidemocrática concepção que sobrepõe (confundindo) os interesses do seu partido aos do Estado.

É ainda um reconhecimento de que a mensagem do Primeiro-Ministro se está a "vender" com dificuldade, pois só isso explica que recorra à publicidade paga quando já disfruta de tão abundante cobertura da comunicação social.

A jogada de Cavaco Silva é demasiado denunciada para não ser percebida.

Em plena crise económico-social, quando as consequências estão a doer e as perspectivas são sombrias, tenta surpreender os portugueses com uma carta recheada de "boas notícias" e portadora das expectativas mais risonhas.

Entretanto, as bonitas promessas cavaquistas em relação ao futuro têm como contrapartida a exigência de que os portugueses aguentem os sacrifícios presentes impostos pelo Governo.

A invocação do milagroso PDR e do maná dos "6580 milhões de contos" que hão-de chegar da CE até ao fim do século, tem como principal objectivo convencer que é "essencial manter estas orientações de fundo" (isto é, a política governamental que tem sido seguida) e de que "eventuais facilidades a curto prazo seriam meramente ilusórias e o futuro do nosso desen-

volvimento ficaria comprometido" (isto é, o caminho é apertar o cinto).

A carta subscrita por Aníbal Cavaco Silva é, assim, um manhoso esforço de desresponsabilização do Governo em relação à crise em que o país está mergulhado e uma despudorada tentativa de apresentar como justa e correcta a fracassada política governamental.

Ora a experiência de oito anos de governação cavaquista não deixa dúvidas de que foram as tais "orientações de fundo", pelo Primeiro-Ministro reafirmadas como essenciais, que conduziram o país à falência económica e à regressão social e que são ao mesmo tempo responsáveis pelo malbaratar de milhares de milhões contos de fundos comunitários, que já entraram em Portugal.

Além disso, a carta de Aníbal evitando reconhecer a crise económico-social do país a não ser como "as influências negativas da grave crise económica internacional",

A carta subscrita por Aníbal Cavaco Silva é, assim, um manhoso esforço de desresponsabilização do Governo em relação à crise em que o país está mergulhado e uma despudorada tentativa de apresentar como justa e correcta a fracassada política governamental.

retira completa credibilidade aos demagógicos "pacotes" para a alegada "recuperação económica", tão desmascarados e tão pouco sensíveis na vida nacional, que o Primeiro-Ministro tem que vir descrevê-las laboriosamente, no verso da sua carta.

A verdade, no entanto, é a de que como acaba de salientar o Comité Central do PCP, "no plano económico, verifica-se uma pronunciada quebra do Produto Interno, o contínuo decréscimo da produção industrial, agrícola e pesqueira, crescentes dificuldades nos sectores do comércio e dos serviços, a destruição de unidades económicas, a falência de empresas, a desindustrialização, o agravamento dos défices, a crescente vulnerabilidade e atraso estruturais em relação ao estrangeiro".

Muito ao contrário das levianas promessas de Cavaco Silva que, já depois da carta, anunciou a retoma

económica para o próximo ano, o Banco de Portugal confirmou, recentemente, o crescimento negativo do Produto Interno Bruto, em 1993, e uma quebra generalizada e profunda do investimento, que não deixará de ter graves consequências no próximo ano.

No plano social, como também salientou o CC do PCP, na reunião da passada terça-feira, "o nível de vida dos trabalhadores e das suas famílias continua a ser duramente atingido e perfilam-se no horizonte novas tentativas do Governo e do patronato no sentido de fazer baixar os salários dos trabalhadores, de bloquear a contratação colectiva e com elas retirar direitos contratuais e legais".

Cavaco Silva pouco se rala com esta situação.

É particularmente chocante que ao longo da sua carta não tenha uma palavra de atenção para as duríssimas privações que estão a atingir largos estratos da população laboriosa, em especial, os que são vítimas do desemprego, dos salários em atraso, da precarização do emprego, do congelamento dos salários, da contratação colectiva e das reformas e pensões de miséria.

Mais revoltante ainda é que nas suas últimas intervenções, o que tem preocupado o Primeiro-Ministro é advogar o congelamento ou mesmo a quebra dos salários reais dos trabalhadores, invocando os exemplos do que se passa em Espanha e na França. O ministro do Emprego já chegou a apontar para nosso exemplo o paradigma dos salários de Marrocos!

A este respeito, é importante relembrar as conclusões do Conselho Nacional da CGTP-IN, do passado dia 10, que põe em evidência o fosso que separa os salários que se pagam em Portugal dos demais países comunitários, incluindo a Espanha, desmente a alegada aproximação que os propagandistas do Governo anunciam, desmascara a falsa dicotomia salário/emprego, e exige a melhoria dos salários reais em 1994.

Merece também ser salientada a reafirmada oposição da CGTP-IN "a uma política assente no desemprego, em baixos salários, na ausência de direitos e baixa protecção social, porque nunca foi, não é, nem será nunca essa a base de um modelo de modernização e desenvolvimento de uma sociedade."

Está hoje perfeitamente claro que é um tal modelo que o Governo de Cavaco Silva e o grande patronato querem impor, designadamente, através da chamada concertação social.

É pelo caminho da luta que tal modelo será rejeitado e é também por esse caminho que os trabalhadores poderão alcançar as suas reivindicações mais sentidas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:

Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Gufões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Hesk Portugal, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.796\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

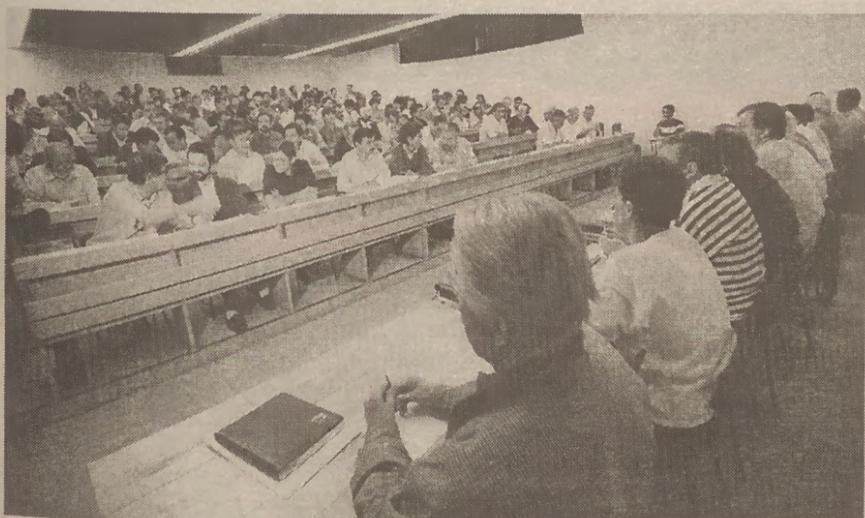
* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



A situação política actual, os traços mais marcantes no âmbito social e económico, as linhas para o desenvolvimento da resistência à política do Governo e para a dinamização da luta e a preparação das eleições autárquicas foram alguns dos temas debatidos pela reunião do CC. Carlos Carvalhas, acompanhado de Albano Nunes, do Secretariado, e de Ana Paula Henriques, do Comité Central, expôs em conferência de imprensa as principais conclusões da reunião

Reunião do Comité Central

A realidade confirma o PCP como uma grande força nacional

O Comité Central do PCP debateu a situação política actual, passou em revista os traços mais marcantes da situação no domínio económico e social, considerou as linhas para o desenvolvimento da resistência à política do Governo e para a dinamização da luta por uma alternativa democrática, examinou a preparação das eleições autárquicas de 12 de Dezembro e abordou a questão do reforço da organização e da intervenção do Partido.

1. No plano económico verifica-se uma pronunciada quebra no Produto Interno, o contínuo decréscimo da produção industrial, agrícola e pesqueira, crescentes dificuldades nos sectores do comércio e dos serviços, a destruição de unidades económicas, a falência de empresas, a desindustrialização, o agravamento dos défices, a crescente vulnerabilidade e atraso estruturais em relação ao estrangeiro.

É nas principais orientações da política seguida pelo Governo do PSD, - restauração do capitalismo monopolista, favorecimento da concentração e centralização de capitais, concessão de vultuosos recursos públicos e benefícios fiscais aos grandes grupos económicos, ausência de uma estratégia de desenvolvimento, elevadas taxas de juro, intensificação da exploração dos trabalhadores - que residem as causas da profunda crise económica em que o país mergulhou. E é igualmente na submissa obediência às orientações macroeconómicas da União Económica e Monetária (UEM), com as suas exigências de convergência monetária provadamente incompatíveis com as necessidades objectivas do desenvolvimento da economia portuguesa.

2. O Comité Central considerou, com profunda preocupação, as graves consequências sociais da política do Governo.

São patentes o aumento do desemprego e dos salários em atraso; o cada vez maior número de trabalhadores com contratos rescindidos, atirados para as pré-reformas ou atingidos pelo "lay-off"; a generalizada precarização do emprego; o aumento do trabalho infantil, a par do inquietante alastramento das manchas de pobreza e de fenómenos de marginalização social.

A degradação da situação social comporta, entre as suas graves projecções e consequências, a ampliação de factores de insegurança que constituem terreno propício a condenáveis tentativas de fomento de atitudes racistas e xenófobas.

O nível de vida dos trabalhadores e suas famílias continua a ser duramente atingido e do patronato no sentido de fazer baixar os salários reais dos trabalhadores, de bloquear a contratação colectiva

e de lhes retirar direitos contratuais e legais.

As pensões e as prestações sociais são mantidas num nível de autêntica miséria, multiplicam-se os atrasos nos pagamentos e o Governo aprovou um pacote legislativo que representa um grave retrocesso na Segurança Social.

No actual quadro da sociedade portuguesa, o Comité Central considera necessário e importante que o Grupo Parlamentar insista nas propostas de debate e votação dos seus projectos de lei com incidência social, designadamente dos que visam a garantia dos direitos dos trabalhadores, a melhoria das prestações sociais aos pensionistas e reformados e do projecto lei do PCP (apresentado em Maio do ano corrente) que assegura a todos os portugueses um rendimento mínimo de subsistência.

Tem vindo a agravar-se, também, a desresponsabilização do Governo em áreas vitais como a saúde e a educação.

A degradação das condições assistenciais e de acesso aos serviços públicos de saúde e os factores de desmotivação dos trabalhadores do sector são o resultado visível das orientações de fundo da política do Governo e da incompetência e desnorde dos responsáveis governamentais da saúde.

A abertura do ano lectivo 1993/94, que está em curso, confirma uma vez mais a gravidade da crise em que o sistema de ensino está mergulhando nos seus vários níveis. E mostra que só uma profunda alteração no sentido da política educativa que tem vindo a ser realizada, permitirá concretizar os objectivos democratizadores e modernizadores da reforma educativa consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Também a abertura do ano judicial fica marcada pelo chocante contraste entre uma grande operação mediática do Governo e do Ministro da Justiça para fins propagandísticos e a triste realidade do estado da justiça no nosso país.

Mantem-se a gravíssima situação da maioria dos Tribunais portugueses e a degradação global das condições em que é administrada a justiça.

3. O Comité Central considerou necessário continuar a alertar para o perigo real que representaria para o regime demo-

crático o avanço e a plena concretização dos grandes objectivos estratégicos do PSD, designadamente a total reconstituição do poder do grande capital sobre a economia e a vida nacionais, a mutilação dos direitos dos trabalhadores, o avolumar das injustiças e desigualdades sociais, o sacrifício da soberania e da independência nacionais pela subordinação às orientações pró-federalistas de Maastricht, a degradação e subversão da democracia política consagrada na Constituição visando a instauração de um regime autoritário.

O Comité Central sublinha a oportunidade da apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP de uma interpelação ao Governo centrada na "degradação da situação e dos direitos sociais, na recessão económica e nas políticas do Governo", a realizar no início dos trabalhos parlamentares.

O Comité Central reafirma que o facto de os dirigentes do PS, em questões de fundo, aparecerem objectivamente colados às gravosas orientações do Governo do PSD permanece como um elemento muito negativo na actual situação política e causa manifestos prejuízos à luta por uma alternativa democrática.

O Comité Central do PCP lança um decidido apelo aos trabalhadores, às organizações sociais e às forças democráticas para o seu empenhamento no desenvolvimento e na intensificação da luta popular de massas em todos os sectores e frentes e à sua confluência, nos próximos meses, num poderoso movimento à escala nacional, capaz de conter e derrotar a política de direita e, tão cedo quanto possível, abrir caminho à criação de condições para a substituição do Governo do PSD e a concretização de uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

O Comité Central exorta todos os membros do Partido a uma activa participação e a darem contribuição decisiva para assegurar o êxito da próxima jornada da CGTP-IN ("Estafeta da Solidariedade").

4. O Comité Central analisou a situação existente em matéria de eleições autárquicas, quer em relação à apresentação de listas, quer em relação à divulgação de propostas e programas e à sua elaboração participada, quer em relação à prestação de contas às populações do trabalho realizado.

A conclusão essencial a retirar da análise realizada é a de que, embora em termos desiguais consoante as diversas regiões, existe a real perspectiva de confirmar os objectivos definidos pelo XIV Congresso do PCP.

O Comité Central regista o facto de as listas da CDU, para além dos candida-

tos do PCP e do PEV, bem como da ID, contarem com a participação de 40% de candidatos independentes o que somado à integração de militantes de outros partidos, comprova a sua larga abertura. Destaca-se também o facto de irem ser renovados, em comparação com 1989, 26% dos Presidentes de Câmara da CDU.

É de salientar igualmente que a CDU, em contraste, com outras forças políticas optou por candidatos bem ligados às populações e às realidades locais, experientes, conhecedores dos problemas, com provas dadas e susceptíveis de assegurar o trabalho, a honestidade e a competência que é o timbre dos eleitos da CDU.

Entretanto, impõe-se combater o excesso de confiança nalguns municípios ou freguesias ou a ideia errada, noutros municípios e freguesias, de que as eleições se traduzem em eleger Presidentes de Câmara ou de Junta. Com efeito, a experiência demonstrou que as posições da CDU, ainda que em minoria, são essenciais para resolver problemas, fiscalizar a gestão e procurar garantir a sua transparência.

5. O Comité Central considera que o envolvimento directo e indirecto do Governo e de titulares de cargos públicos (de que a carta do Primeiro Ministro é um exemplo escandaloso) no processo eleitoral e nas mais diversas operações políticas constitui uma intolerável violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas perante as diversas candidaturas.

Por outro lado, a tentativa, particularmente em algumas regiões, de impedir a aceitação de candidaturas com ameaças de pôr em risco carreiras e mesmo postos de trabalho representa a utilização antidemocrática e sem escrúpulos do poder económico ou de lugares na hierarquia administrativa que não pode passar sem a mais firme e severa condenação.

Estes factos demonstram que, ao mesmo tempo que tenta desvalorizar a importância das eleições autárquicas, o PSD e o Governo evidenciam sinais de nervosismo e de profundo empenhamento nas eleições, com recurso a processos indignos de um Estado e de um regime democrático.

Por outro lado é de apontar o facto de o PS recorrer, particularmente em alguns concelhos, a campanhas sem escrúpulos, em que imputa a autarquias de maioria CDU a responsabilidade de situações que são da exclusiva responsabilidade do Governo e do PSD, incluindo aspectos como a insegurança pública, a marginalidade e a miséria.

Reunião do Comité Central

6. O Comité Central considera ainda que a tendência que já se está a verificar para campanhas extremamente dispendiosas, sobretudo em alguns municípios, em particular por parte do PSD e do PS, corresponde a uma escala de ostentação de meios que contrasta com a gravidade da crise económica e social e pode representar um ainda maior enfeudamento de candidatos e candidaturas ao poder económico, que poderia ter consequências na contemporização com a especulação imobiliária e a degradação do ambiente, da paisagem e do equilíbrio urbano. Constitui igualmente um facto inaceitável a já conhecida existência de planos para a violação das regras relativas à proibição da publicidade comercial a partir da publicação do decreto de marcação de eleições.

Tanto na campanha e pré-campanha da CDU, como na campanha e pré-campanha da Coligação «Com Lisboa», o PCP empenhar-se-á com base no esclarecimento objectivo das populações acerca dos problemas e das soluções, na prestação de contas do trabalho realizado, na apresentação de soluções para os problemas concretos, levando à batalha eleitoral a mesma seriedade, honestidade e competência com que intervém nos órgãos autárquicos.

O Comité Central insiste em que, quer na elaboração das listas, quer na campanha e pré-campanha eleitorais se impõe compreender e tirar todas as ilacções da ideia de que a batalha autárquica é uma batalha de todo o Partido e que exige o empenho dedicado de todos os militantes. Só através do profundo empenhamento dos militantes e organizações do PCP poderá ser enfrentada a profunda desigualdade de meios da CDU, particularmente em relação ao PS e PSD. Por isso, o Comité Central apela para que os militantes, os activistas e apoiantes da CDU, os democratas e todos os que vêm na CDU ou nos seus candidatos uma esperança para o progresso dos municípios e freguesias e uma contribuição decisiva para uma solução democrática alternativa se empenhem no sentido de assegurar um resultado favorável à CDU nas próximas eleições autárquicas.

7. O Comité Central congratulou-se com o enorme êxito alcançado com a realização da XVII Festa do «Avante!» e saúda todos os membros do Partido, da JCP, bem como os amigos da Festa e do Partido que com o seu trabalho e dedicação, contribuíram de forma determinante para o sucesso da XVII edição da Festa do «Avante!» e para a sua confirmação e afirmação como a maior realização político-cultural de massas que tem lugar regularmente em Portugal, um espaço de alegria, de confraternização e de sã convivência democrática.

O Comité Central salientou que a ampla adesão à Festa do «Avante!», nomeadamente da juventude, e o espírito combativo e confiante demonstrado pelas organizações partidárias na sua preparação e participação, constituíram um significativo desmentido às campanhas de manipulação e intoxicação da opinião pública, no sentido de apresentar o enfraquecimento e definhamento do PCP como um processo inelutável.

A realidade confirma o PCP como uma grande força nacional cuja capacidade de realização e cuja intervenção na vida política, social e cultural e na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, do regime democrático e da independência nacional se revela cada vez mais necessária, indispensável e insubstituível.

8. O Comité Central considera que, o sucesso da Festa do «Avante!» e em particular o grande carácter de massas

que assumiu, confirmam a existência de importantes perspectivas para a batalha das eleições autárquicas, para o desenvolvimento da luta popular contra a política de direita e por uma nova política e para a dinamização e reforço da actividade e organização partidárias.

O Comité Central chama a atenção que o reforço da organização do Partido, sendo condição para o êxito das batalhas políticas que se avizinham e para o alargamento da influência do Partido na sociedade, portuguesa, deverá constituir uma das direcções prioritárias da actividade partidária. Tendo em conta o quadro sócio-económico em que avulta o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares, o que impõe às organizações partidárias um redobrado empenho na acção de massas, o Comité Central considera que, para o reforço do Partido a par da dinamização e do funcionamento democrático das organizações, deve ser dada particular atenção às seguintes questões:

- Acompanhamento, dinamização e mesmo recomposição das estruturas ligadas aos trabalhadores e muito especialmente das células de empresa, prosseguindo, aperfeiçoando e dinamizando o trabalho de coordenação e acompanhamento das células dos sectores profissionais e empresas de âmbito regional ou nacional.

- Adopção de medidas atempadas e expeditas para assegurar o contacto e sua integração nas diferentes organizações dos muitos membros do Partido de células de empresas encerradas ou desactivadas pela redução drástica de trabalhadores destas empresas.

- Dinamização do trabalho de recrutamento para o Partido, nomeadamente jovens.

- Divulgação mais ampla da imprensa do Partido («Avante!» e «O Militante»), instrumento indispensável na formação dos quadros e insubstituível no combate ideológico e na divulgação das posições, ideias e actividade do Partido.

- Reforço da ligação às massas, pela dinamização da sua luta e defesa consequente dos seus interesses, pela participação empenhada nas organizações unitárias e movimentos de massas e em particular no movimento sindical unitário, pelo empenhamento na resolução dos problemas e pela divulgação das posições e orientações do Partido designadamente melhorando a difusão dos seus materiais de propaganda.

- Aproveitamento das potencialidades geradas pela dinâmica da batalha eleitoral autárquica com vista ao fortalecimento das organizações locais do Partido.

9. O Comité Central sublinha que, nas presentes condições políticas e institucionais em que se multiplicam os ataques às conquistas democráticas e se acentua o carácter autoritário do Estado, o reforço orgânico do PCP e da sua capacidade de intervenção e influência política e eleitoral é do maior interesse para as massas populares e as forças democráticas.

O Comité Central sublinha igualmente que, pela sua actividade coerente e empenhada na defesa dos interesses do povo e do país, pela sua acção persistente a favor da unidade das forças democráticas e do movimento popular, existem condições para muitos mais portugueses compreenderem o papel determinante e insubstituível do PCP no combate à política de direita, para se alcançar uma viragem na vida política nacional e uma verdadeira alternativa democrática à política do PSD.

Lisboa, 21 de Setembro de 1993

CARLOS CARVALHAS NOS



Garvão

Confiança sedimentada na obra realizada

Foi verdadeiramente, pode dizer-se, o arranque da pré-campanha da CDU para as autárquicas em terras do Baixo Alentejo. Nos seus objectivos, o figurino destas acções tinham um recorte claro: esclarecer, agir e mobilizar. A avaliar pela participação e adesão popular, pelo interesse suscitado e até pelo entusiasmo que rodeou algumas das iniciativas, parecer ser legítimo concluir que há justificadas razões para encarar com confiança a batalha eleitoral que se avizinha. Não uma confiança cega, como em várias ocasiões teve a preocupação de sublinhar o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, sempre acolhido com manifestações de carinho e simpatia, mas antes uma confiança fundada na obra realizada e no trabalho ímpar desenvolvido com tenacidade pelos eleitos da CDU em defesa dos interesses das populações.

Esta foi sem dúvida uma das notas mais salientes da Jornada que no último sábado levou o secretário geral do PCP, acompanhado por responsáveis regionais do Partido, a percorrer os concelhos de Odemira, Ourique e Aljustrel onde estabeleceu contactos com as populações de nove freguesias. Tudo começou ao fim da manhã de sábado, em Odemira, mais exactamente em Brunheiras, localidade perto de Vila Nova de Milfontes, com um encontro com a população (que nem a concorrência de um casamento a essa mesma hora refreou), acabando já noite dentro em Aljustrel num grande comício que encheu a transbordar o cinema local.

Foram mais de 300 Km percorridos ao longo de todo o dia por terras onde esse trabalho dos comunistas e seus aliados na CDU em prol das populações está à vista de todos, podendo facilmente ser aferido pelo número de realizações feitas em todos os domínios da vida da comunidade.

Com uma gestão assim, estreitamente ligada ao quotidiano das pessoas, democraticamente participada e enri-

quecida pelo contributo de todos e de cada um, de mérito amplamente reconhecido, com uma tal gestão, dizíamos, ela não podia deixar de estar presente nas palavras dos candidatos nem nos breves diálogos que se estabeleceram aqui ou ali ao longo do dia.

Dessa gestão falou também Carlos Carvalho nas várias intervenções que produziu, apontando-a como um trunfo de grande importância na batalha já em curso com vista à eleição dos homens e mulheres que dêem garantias de trabalharem em prol das populações e de estarem sempre ao lado destas.

Garantias que no caso vertente das câmaras e freguesias visitadas parecem constituir um dado adquirido pelas populações, como se demonstrou pelo clima de participação e confiança que envolveu os encontros agora realizados, onde o microfone serviu também para ouvir queixas e problemas, para tirar dúvidas e prestar esclarecimentos, como sucedeu em Brunheiras ou em Lusianes. Mesmo em Santa Clara a Velha, onde a CDU nas últimas eleições esteve a escassas três dezenas de votos de alcançar a vitória, foi nítida a disposição dos presentes no sentido de trabalhar para colo-

car à frente da Junta de freguesia «gente de trabalho» virada para a resolução dos problemas, e assim alargar a gestão CDU neste momento já responsável por onze das quinze freguesias do concelho de Odemira.

Reflectindo de algum modo o espírito reinante nos locais visitados e a relação gerada entre os eleitos da Coligação liderada pelos comunistas e as populações, Cláudio Percheiro, cabeça de lista em Odemira, disse a dada altura numa das suas intervenções: «contem connosco que nós contamos com vocês». Como resposta, obteve uma enorme salva de palmas e gritos entusiásticos de CDU.

José Filipe, de novo candidato pela CDU à presidência de Ourique, invocou, por sua vez, em Garvão, perante uma larga assistência que ocupava grande parte do largo central da sede de freguesia, um argumento adicional para a manutenção dessa boa relação entre eleitos CDU e eleitores. «Há três anos - recordou - o nosso lema era **trabalho, honestidade, competência**». «Hoje - concluiu - podemos acrescentar a esse lema a **experiência** adquirida em quatro anos durante os quais foram cum-



Panóias



Odemira

CONCELHOS DE ODEMIRA, OURIQUE E ALJUSTREL

"Esta é uma batalha de todo o Partido, de todos e de cada um de nós!"

— sublinha Carlos Carvalhas, a propósito das eleições autárquicas

A importância das próximas eleições autárquicas e os desenvolvimentos mais recentes da situação política nacional foram temas em destaque nas intervenções produzidas pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, nos encontros e comícios realizados no último sábado nos concelhos de Odemira, Ourique e Aljustrel.

O enorme acervo de realizações nas autarquias CDU em resultado de uma gestão inteiramente dedicada à resolução dos problemas das populações, testemunhado exemplarmen-



Aljustrel

te nos próprios municípios visitados, não pôde deixar de constituir uma referência obrigatória nas palavras de Carlos Carvalhas. Tratou-se sobretudo, mais do que enaltecer a obra realizada, de pôr em destaque a diferença de postura que distingue os eleitos da CDU - "estão nas autarquias para servir as populações", salientou -, que se reproduz num trabalho hoje reconhecido mesmo pelos próprios adversários.

Uma obra feita que é também um factor acrescido de confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral - "não uma confiança cega", como várias vezes frisou o secretário-geral do PCP - mas uma confiança alicerçada no trabalho realizado, no conhecimento dos problemas, na experiência, em propostas e projectos.

Daí ainda que a importância destas eleições decorra igualmente - foi Carlos Carvalhas a lembrá-lo - da possibilidade que se abre às populações de "eleger homens, mulheres e jovens que devem dar garantias de respeito pelo trabalho dos outros, pelos respectivos programas, saibam bater o pé à administração central, tendo sempre em vista a resolução dos problemas e a melhoria da qualidade de vida das populações".

Considerando que estas eleições "dizem respeito a todos e a cada um de nós" e que se trata de uma "batalha de todo o Partido", o secretário-geral do PCP não deixou ainda de chamar a atenção para a importância na obtenção de um bom resultado eleitoral pela CDU e para as perspectivas que um

tal resultado poderá representar no desenvolvimento da situação política, designadamente em termos de abrir caminho a uma "alternativa democrática".

Nesse mesmo dia distribuída por todo o País, a célebre "carta" de Cavaco Silva aos portugueses foi também objecto de análise por parte de Carlos Carvalhas. A este propósito, lembrou as palavras proferidas há um ano pelo chefe do Governo e por alguns dos seus ministros relativamente ao alegado "rumo certo" na condução do País, à teoria do "oásis" ou à subida ao "cimo da montanha", teses então contestadas pelo PCP, que a vida veio a comprovar ter razão.

Explicando melhor esta ideia e fundamentando-a com factos recentes, Carlos Carvalhas referiu o Relatório do Banco de Portugal tomado público na véspera, no qual reputados técnicos desta instituição, alguns da área do partido do Governo, apontam para este ano uma queda da produção, uma quebra do Produto e dos investimentos, uma diminuição das exportações.

"Este não é o rumo certo. Não há cosmética que valha a este Governo. Este é o caminho da desindustrialização, do desemprego, da ruína, da entrega das alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro; sublinhou Carlos Carvalhas, antes de concluir pela necessidade de "inverter o sentido desta política", objectivo para o qual é necessário, enfatizou, "mobilizar e esclarecer".

pridas quase integralmente todas as propostas feitas".

Argumento igualmente aduzido por José Godinho, também ele nos últimos quatro anos à frente dos destinos de Aljustrel, período durante o qual se edificou uma obra de grande alcance por todo o concelho, só possível graças à dedicação e trabalho de homens e mulheres que, frisou, sabem "bater o pé à administração central e não se subjugam ao que os senhores do Terreiro do Paço querem fazer".

Uma ideia que aliás esteve quase sempre presente nas várias intervenções proferidas por Carlos Carvalhas, intervenções estruturadas no seu corpo de base, para além da referida importância do acto eleitoral de Dezembro próximo, por críticas muito severas à política do Governo e às recentes manobras eleitorais ensaiadas por Cavaco Silva, como foi o caso da carta nesse mesmo dia distribuída juntamente com a imprensa escrita e dirigida aos portugueses.

O compromisso dos candidatos Agir em defesa das populações

As principais linhas de acção que nortearão o seu trabalho futuro, bem como os objectivos a cumprir no decorrer dos mandatos foram detalhadamente expostos pelos candidatos que encabeçam as listas CDU e que intervieram nas sessões e iniciativas públicas que preencheram a Jornada do último fim-de-semana nos concelhos de Odemira, Ourique e Aljustrel.

Para Cláudio Percheiro, a aposta fundamental da sua equipa no concelho de Odemira, o maior do País em extensão, obedece ao propósito de melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das populações, num quadro de desenvolvimento geral e integrado.

Encabeçando uma lista de "gente séria e competente, que quer trabalhar", como ele próprio sublinhou repetidas vezes, Cláudio Percheiro afirmou ainda ser uma linha mestra de actuação do futuro executivo a continuação do trabalho para que as infra-estruturas primárias cubram todo o concelho.

No belo jardim público em Odemira onde se realizou uma sardinhada que reuniu cerca de uma centena de apoi-

antes, onde teve ensejo de ouvir da boca do Dr. Justino, médico que durante muitos anos esteve à frente dos destinos do Município, sentidas palavras de apoio à continuação do trabalho dos comunistas acompanhadas do desejo de felicidades ao novo colectivo, Cláudio Percheiro inscreveu igualmente "o apoio directo aos agricultores, com a criação de um gabinete jurídico e técnico" como uma das prioridades no programa do novo Executivo camarário.

A reestruturação dos serviços municipais, em ordem a melhorar as condições de trabalho dos seus funcionários e a qualidade dos serviços prestados às populações, a par de um plano na área da cultura e desporto que permita o aproveitamento e a revitalização de todos os investimentos e equipamentos instalados, constituem outras tantas áreas de intervenção a implementar, de acordo com as palavras de Cláudio Percheiro.

Activar o desenvolvimento económico no concelho com a instalação de empresas e a criação de empregos constitui por sua vez a grande aposta de José Filipe, presidente da Câmara

de Ourique, cargo a que se recandidata integrando de novo as listas da CDU. Como explicou em Garvão, perante uma numerosa assistência espalhada pelo vasto largo da localidade, trata-se de criar postos de trabalho sólidos capazes de gerar riqueza na região e não empregos que flutuem ao sabor de manobras eleitorais. José Filipe referia-se ao carácter precário dos empregos ultimamente criados por iniciativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional, onde têm sido dispendidos centenas de milhares de contos, empregos temporários utilizados pelo PSD como bandeira eleitoral com o intuito de tentar desalojar a CDU da Presidência do município.

Aplaudido pelos presentes, José Filipe repudiou esta manobra e acusou o partido do Governo de estar a fazer a sua campanha com muitos destes jovens pagos com dinheiros públicos para a formação profissional.

"Há três anos, o nosso lema era «trabalho, honestidade, competência»; hoje, podemos acrescentar «experiência», observou ainda José Filipe antes de se referir ao equilíbrio financeiro do município como outra das metas a atingir no próximo mandato. Porque? Foi ainda o candidato a explicar as razões deste objectivo ao lembrar que a "realidade há quatro anos era bem mais negra do que se supunha: mais de meio milhão de contos de dívidas deixados pela anterior gestão PSD e apenas 436 escudos no balancete das contas camarárias".

"Dar continuidade" a uma

gestão da CDU "plena de realizações" que se prolonga há vários mandatos e que mudou a face do concelho e das condições de vida das suas populações, constitui, por seu lado, o propósito enunciado por José Godinho, recandidato pela CDU à presidência da Câmara de Aljustrel.

Também aqui o espírito reinante é de grande confiança num bom resultado eleitoral em Dezembro próximo, optimismo que se alicerça em realizações que dotaram o concelho de estruturas e equipamentos que o colocam na primeira linha, mesmo segundo padrões comunitários.

Desse trabalho falou detalhadamente José Godinho, sem no entanto deixar de manifestar a sua preocupação pela actual situação no concelho provocada pelo encerramento das minas de Aljustrel e pelos problemas na agricultura associados às culturas de regadio e às agro-indústrias.

"A situação que se vive não tem paralelo a não ser, provavelmente, com as situações de grande crise que se seguiram à II Guerra Mundial", lembrou a propósito José Godinho, antes de acrescentar que se é certo que "por enquanto não existe a fome que existia nesses tempos, não é menos verdade que existem muitas carências e a situação é muito complicada".

Razões acrescidas, afinal, como sublinhou o candidato comunista à Câmara de Aljustrel, para que o poder autárquico se reforce, reforçando a CDU, onde estão "homens e mulheres que batem o pé em defesa dos interesses das populações".



S. Teotónio



Sta. Clara-a-Velha



Lusitanes



Brunhelras

Açores

Traços evidentes de uma crise política

Com a finalidade de analisar a situação política específica dos Açores e apreciar o processo de preparação das eleições autárquicas, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP esteve reunida no passado fim-de-semana. O camarada José Decq Mota, coordenador da DORAA, deu a propósito uma conferência de imprensa, na Horta, na qual destacou as principais conclusões da reunião.

Aquele dirigente comunista, membro do Concelho Nacional do CC do PCP, assinalou que a DORAA, «consciente da gravidade da crise económica, financeira e social que hoje alastra fortemente na Região, entende que se prefiguram já traços evidentes de uma crise política que exige às várias vertentes do descontentamento um forte esforço de convergência que possibilite a construção de uma clara alternativa, claramente respeitadora dos princípios democráticos, possuidora de capacidade governativa, total e profundamente respeitadora da unidade da Nação e do Estado e totalmente identificada com o sistema constitucional consagrado da Constituição da República Portuguesa.

«A DORAA tendo presente a importância do Poder Local e das eleições autárquicas entende ser indispensável conseguir-se em 12 de Dezembro fazer eleger o maior número possível de candidatas a maiorias autárquicas descomprometidas com o poder regional dominador e autoritário do PSD e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de resolver os problemas concretos das populações.

Recusar o separatismo isolar as provocações

Referindo-se mais adiante à repercussão das «declarações provocatórias de natureza claramente separatista» proferidas por Jaime Ramos, um dos principais dirigentes da organização madeirense do PSD, Decq Mota chamou a atenção para o facto de que estas «comprovam uma vez mais que as artificiais movimentações separatistas e outras atitudes de cariz separatista registadas nos últimos 19 anos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, foram e são planeadas, alimentadas, incentivadas e executadas por elementos dos grupos dominantes que exercem verdadeiramente o poder regional.

«As provocações de Jaime Ramos, as declarações subsequentes do Dr. Alberto João Jardim, o comportamento do grupo dirigente do PSD/A em 86 na chamada guerra das bandeiras e muitos outros acontecimentos e situações, verificados em anos anteriores demonstram claramente que o separatismo é uma arma inventada e usada por quem tem e não quer perder o poder e que nada tem a ver com a forma de sentir das populações portuguesas dos dois Arquipélagos.»

E, mais adiante, Decq Mota afirmou

«O PCP/Açores chama a atenção para o facto de estando a agravar-se, incontroladamente, muitos aspectos da situação específica da Madeira e dos Açores, é de esperar que as provocações de cariz separatista, emanadas essencialmente dos poderes regionais incapazes, corruptos e com práticas não democráticas que governam as Regiões Autónomas, se venham a tornar mais frequentes, ameaçadoras e perigosas.

«Isolar essas provocações é absolutamente indispensável nestas sociedades insulares, tão portuguesas como é qualquer comunidade do Continente e que para além de tudo sempre recusaram e repudiaram o separatismo próprio das faixas radicais da classe dominante.»

A crise desenvolve-se

Depois de abordar questões relativas à crise financeira regional, marcada pela quebra de receita pública, pelo aumento da despesa corrente e pela crescente falta de meios que alimentem o investimento público, e recordando que a DORAA do PCP reclama há já 4 anos uma discussão clara sobre a situação financeira, José

Decq Mota falou da crise política que se desenha e desenvolve na região:

«A situação atrás descrita está a criar o quadro para uma crise política que o PSD gerou e está em vias de poder deixar de controlar.

«A recente demissão do Secretário das Finanças, Gualter Furtado, demonstra fortemente a crescente incapacidade de controlo sobre a situação que o PSD já sente.

«A constante falta de transparência na condução da vida pública regional agrava, ainda mais, o ambiente de crise e cria insegurança generalizada e cada vez mais fortemente sentida.

«A incapacidade de justificar atitudes injustificáveis, como seja a de permanência no Governo de um Secretário acusado de graves crimes cometidos no exercício de funções governativas, lança a desconfiança generalizada nos órgãos governativos...

«A total incapacidade de resolver os problemas concretos que o PSD demonstra cria um ambiente de potencial colapso do próprio sistema político que rege a vida colectiva açoriana, abrindo caminho a situações imprevisíveis.

«É com este quadro que todas as forças políticas e sociais actuantes e defensoras da Democracia e da Autonomia têm que assumir a responsabilidade de, pela convergência e pelo diálogo, construírem a alternativa que se impõe.»

Por fim, o coordenador da DORAA do PCP deu conta à imprensa das conclusões da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores sobre a participação da CDU «na criação das condições para a construção de uma alternativa», participação que é hoje «reconhecida como indispensável» na Região.

Acordo entre PCP e UDP no concelho de Cascais

«Acabou de ser firmado um acordo entre o PCP e a UDP no concelho de Cascais», anuncia a Comissão Concelhia do PCP. «Acordo firmado na base do respeito mútuo e da cooperação para a integração dos membros da UDP nas listas da CDU em todos os órgãos autárquicos, para as próximas eleições de Dezembro.

«Entendemos», diz o comunicado, «que a convergência das forças democráticas e dos democratas com e sem partido, podem pôr fim à política au-

tárquica desastrosa, corrupta e incompetente do PSD no concelho de Cascais.

«A política de unidade do PCP é uma busca constante com o objectivo de congregar forças democráticas. Aproveitamos mais uma vez para reafirmar que esse objectivo só não foi atingido por indisponibilidade do PS.

«PCP e UDP vão trabalhar nestas eleições para reforçar a presença da CDU e da UDP em todos os órgãos autárquicos.»

No Porto, a 5 de Outubro Seminário sobre áreas metropolitanas

Numa conferência de imprensa, promovida pela DORP do PCP, realizada na passada sexta-feira, em que participaram os camaradas Ilda Figueiredo, do CC e candidata à presidência da Câmara Municipal do Porto, Lusitano Correia, vereador e actual candidato à Assembleia Municipal, Pimenta Dias, vereador de Gondomar e candidato à respectiva Câmara, e Valdemar Madureira, cabeça de lista da CDU à Câmara de Matosinhos, foram abordadas as conhecidas insuficiências estruturais e os atrasos na construção de equipamentos e infra-estruturas básicas na Área Metropolitana do Porto.

O documento entretanto distribuído, que refere as esperanças criadas nos últimos anos e em especial durante o actual mandato autárquico, relativamente à resolução destas carências, sublinha:

«Na realidade, chega-se ao fim do actual mandato com uma sensação de frustração, não só porque a região não beneficiou dos financiamentos a que tinha direito, nem foram concretizados projectos prometidos ao longo dos anos, como os eleitos autárquicos foram remetidos para uma posição secundária e irrelevante, mesmo quando alguma decisão importante acabou por ser tomada, praticamente à sua revelia.

«De facto, a generalidade dos eleitos das Câmaras e Assembleias Municipais e da própria Assembleia metropolitana não tiveram oportunidade de discutir de uma forma aberta e transparente alguns dos mais importantes projectos que se anunciam para o futuro da AMP, nem tão pouco puderam pronunciar-se sobre as

propostas metropolitanas a inserir no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

«Merece particular denúncia a forma como foram desenvolvidos os processos do metro e da água, pois representam a subversão do associativismo municipal, e do próprio espírito que levou à institucionalização das Áreas Metropolitanas. Cabem ao Partido Socialista pesadas responsabilidades nesta situação pelo domínio que tem na Junta Metropolitana, a qual subalternizou o papel dos municípios e praticamente esqueceu a existência da Assembleia Metropolitana. Para esta situação contribuiu também a ânsia de protagonismo pessoal do Presidente da Junta Metropolitana, em prejuízo dum debate democrático em torno dos grandes problemas da zona e das melhores soluções para os municípios.»

No final, foi anunciado que «estas e outras questões irão estar em debate num Seminário que a CDU promove no próximo dia 5 de Outubro, pelas 15.30 horas, no Hotel Tuela, subordinado ao tema «Áreas Metropolitanas: desenvolvimento e gestão». No Seminário participarão autarcas e candidatas da Área Metropolitana do Porto e o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, eng. Daniel Branco.

«Nesta iniciativa, que culmina um conjunto de debates sobre temas específicos da Área Metropolitana do Porto, divulgaremos um programa de investimentos que consideramos prioritários, e apresentaremos iniciativas que visam implementar um sistema de funcionamento democrático dos seus órgãos. Todo o Seminário será aberto à comunicação social.»

A revoltante situação no Colégio Distrital Alberto do Souto, em Aveiro

«É revoltante a situação que se continua a verificar no Colégio Distrital Alberto Souto», escreve a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, que a este propósito publicou um comunicado onde pode ler-se:

«São 82 crianças sem família ou com graves problemas familiares, as mais atingidas pela injustiça a que o Ministério da Justiça e o Governo no seu conjun-

to as sujeita, privando-as de alimentação capaz, de vestuário, de material didáctico, de instalações e funcionamento condignos.

«São igualmente cerca de uma dezena de funcionários que estão sujeitos à injustiça de terem um emprego precário, e de não receberem salários desde o início do ano.

«Esta é uma situação que se arrasta há já longo tempo e que tem sido continuamente denunciada na Comunicação Social e por diversas organizações sociais e políticas, como são os casos do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, da União dos Sindicatos de Aveiro e do Partido Comunista Português.

«Com efeito, para além da denúncia e da exigência de medidas urgentes apresentada pelo eleito da CDU na Assembleia Municipal de Aveiro, o Grupo Parlamentar do PCP, já em 8 de Maio do ano passado apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo questionando-o sobre as suas responsabilidades relativamente à grave situação

que já então se vivia no Colégio Distrital Alberto Souto.

«A resolução do problema da dualidade da tutela entre os dois organismos do Estado (Ministério da Justiça e Assembleia Distrital de Aveiro) é da inteira responsabilidade do Governo. Contudo, este tem sido o argumento para que se tenha deixado arrastar o problema até se chegar a uma situação considerada insustentável.

«Para a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP não é estranho este comportamento do Governo PSD. A situação em que se encontram as crianças e os trabalhadores do Colégio Distrital Alberto Souto, a insegurança quanto à continuidade desta insubstituível instituição, é apenas mais um dos exemplos flagrantes do desprezo que o PSD tem pela resolução dos problemas sociais que grassam pelo País. Problemas sociais esses em larga escala resultantes da política nefasta que o seu Governo tem praticado.»

Aproximar Lisboa da margem Sul

- Carlos Carvalho no Seixal

Propostas concretas para resolver a questão da acessibilidade entre as duas margens do Rio Tejo - um dos mais graves problemas com que se debate a população dos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro - foram apresentadas na passada sexta-feira na Sociedade Musical Timbre Seixalense, numa iniciativa do PCP em que participou o secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalho.

Acompanhado pelos camaradas Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, e José Maia, presidente da Assembleia Municipal de Almada e vice-presidente da Assembleia da República, Carlos Carvalho sublinhou as dificuldades enfrentadas, por quem, todos os dias faz o percurso entre as duas margens do Tejo, criticando a acção demagógica do Governo que



Maria Emília Sousa, José Maia, Carlos Carvalho e Eufrazio Filipe, na Timbre Seixalense

desbarata meios e recursos em iniciativas inúteis que nada contribuem para a efectiva melhoria das condições de vida e de trabalho das populações.

Ações em vez de palavras, foi o que propôs o secretário-geral do PCP, numa referência à carta de Cavaco aos portugueses, defendendo uma vez mais a necessidade de se mudar o rumo da política nacional, já que o "barco mete cada vez mais água" e se acentua a tendência da desindustrialização, do aumento do desemprego, do trabalho infantil, da pobreza, da queda do nível de vida dos portugueses.

A abordagem à questão da acessibilidade entre as duas margens esteve a cargo de José Maia.

O problema não é de hoje, mas as soluções tardam. Diariamente, na travessia do Tejo, perdem-se milhares de horas de trabalho, arruína-se o sistema nervoso de milhares de cidadãos, desgastam-se viaturas, aumenta o consumo desnecessário de combustível. A falta de transportes públicos de qualidade, com o consequente aumento da utilização do transporte individual, surge neste contexto como um dos principais problemas a resolver. Assegurar uma ligação eficaz entre as principais áreas de residência, de emprego e de estudo, oferecer boas condições de conforto nas deslocações, assegurar uma elevada frequência e regularidade de transportes, oferecer um tarifário justo e alargar a área do passe social a toda a Península de Setúbal, são requisitos essenciais para uma efectiva resposta às necessidades dos cerca de meio milhão de pessoas dos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro que dão origem a cerca de 80 por cento do tráfego Sul/Norte.

Para o PCP, a nova ponte entre Sacavém e Alcochete, já aprovada, "sendo uma solução descentrada e que responderá a funções inter-regionais e nacionais, não contribuirá para aliviar de forma significativa a situação de saturação da actual Ponte 25 de Abril, a que acresce o facto do modo de transporte ser exclusivamente rodoviário".

Recordando que não é por falta de estudos e propostas

de solução que o problema da acessibilidade entre as duas margens continua por resolver - basta consultar-se o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, os documentos do PROT da Área Metropolitana de Lisboa, os vários estudos e propostas das Câmaras Municipais de Almada, Seixal e Barreiro, entre outras - o PCP, retomando o fundamental das propostas apresentadas na Assembleia da República pelo seu Grupo Parlamentar sobre esta matéria, propôs dezasseis medidas, que se publicam em separado, para atenuar e resolver os problemas referidos.

Setúbal

CDU inicia pré-campanha

"Os nossos adversários sabem que temos um trabalho que vai à frente em relação às outras autarquias (...) e é porque o fazemos com vontade, com a participação das populações, que naturalmente poderemos apresentar um património globalmente positivo e valioso. Contra ventos e marés, para aqueles que nos gostariam de ver de joelhos, estamos bem firmes, de pé e vamos para estas eleições com uma grande confiança".

As palavras são de Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, que na passada sexta-feira participou em Setúbal num jantar de confraternização que deu início à pré-campanha eleitoral para as próximas eleições autárquicas.

A iniciativa, que contou com a presença de Manuel Sobral, da Comissão Política do CC, e de vários camaradas e amigos, serviu ainda para a CDU denunciar e repudiar a atribuição pela Câmara Municipal, de maioria PS, do nome do último presidente da Câmara no período fascista ao Parque da Lancha, situado na freguesia de São Sebastião, cuja implantação como zona verde foi da responsabilidade da gestão CDU. Disso se ocupou Manuel Salazar, advogado, mandatário das listas CDU no concelho.

A Luís Tomaz, animador cultural, coube a tarefa de falar em nome da Juventude CDU, antes da intervenção de Heitor Matos, professor e cabeça de lista à Câmara Municipal, que recordou o bom trabalho desenvolvido anteriormente pela CDU quando deteve a presidência do município. Então, apesar das condições económicas difíceis, foram levadas a cabo

As propostas do PCP

— Privilegiar o meio de transporte fluvial na ligação entre Lisboa e os concelhos ribeirinhos do Tejo. Intensificar, diversificar, melhorar e qualificar as carreiras fluviais do Tejo, particularmente:

- * Barreiro/Terreiro do Paço
- * Barreiro/Cais do Sodré
- * Trafaria-Porto Brandão/Belém
- * Trafaria/Alcântara
- * Cacilhas/Cais do Sodré
- * Cacilhas/Terreiro do Paço
- * Porto Brandão/Alcântara
- * Seixal/Lisboa
- * Amora/Lisboa
- * Montijo/Lisboa.

Concluir urgentemente o terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro, construir o terminal rodo-fluvial na Trafaria e o Cais de Alcântara;

— Ligar eficazmente os transportes fluviais ao sistema de transportes colectivos da cidade de Lisboa;

— Incrementar o serviço *ferrie* para transporte de veículos, particularmente nos meses de Verão;

— Reformular, diversificar e melhorar as ligações rodoviárias entre os concelhos da Península e os terminais fluviais;

— Diversificar os locais de origem e destino dos transportes colectivos rodoviários entre margens;

— Criar corredores BUS nas vias onde o volume de tráfego justifique, particularmente na Estrada Nacional 10;

— Concluir nos prazos previstos a nova ponte sobre o Tejo na zona de Alcochete/Montijo e o lançamento imediato dos estudos para uma nova ligação rodo-ferroviária entre o Barreiro e Lisboa;

— Lançar as restantes obras da Via Circular da A.M.L. Sul (L3-Anel de Coima-IC13), ligando Almada/Seixal/Sesimbra/Barreiro/Nó de Coima/Moita/Montijo/Alcochete;

— Concretizar a I.C. 3 (da nova ponte de Alcochete/Montijo à Auto-estrada);

— Alargar a Estrada Nacional 10, conforme compromisso assumido pela Junta Autónoma das Estradas;

— Construir uma nova faixa de rodagem de acesso à Praça de Portagens a partir do Centro Sul;

— Construir rampas de acesso BUS do viaduto do Pragal directas à Praça da Portagem;

— Construir o viaduto de ligação entre o Barreiro e Seixal;

— Projectar e construir uma rede de transporte rápido ligeiro sobre carril, de características urbanas, nos concelhos de Almada e Seixal com continuação para o Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, formando um anel entre os concelhos ribeirinhos do Tejo;

— Concretizar urgentemente a nova linha de caminho-de-ferro do Pinhal Novo/Pragal/Ponte 25 de Abril/Campolide (e de todas as suas estações) e respectivos interfaces;

— Duplicar e electrificar a linha ferroviária do Barreiro a Setúbal.

S. Domingos de Benfica apresenta candidatos



Com a presença do Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, realizou-se no passado sábado a apresentação dos candidatos do PCP à Freguesia de S. Domingos de Benfica, em Lisboa, acto que decorreu na escola nº 110/140 e mobilizou largas dezenas de pessoas à volta dum agradável convívio, onde o esmero dos petiscos, confeccionados voluntariamente por militantes do Partido, teve merecido "destaque".

António Casanova Figueiredo encabeça a lista dos candidatos comunistas ao executivo desta Junta de freguesia do Concelho de Lisboa, seguindo-se-lhe Firmino Cabrita Longo, Manuela Pontes de Sousa (que dirigiu esta sessão de apresentação), e Pedro Franco. Os primeiros nomes dos candidatos comunistas para a Assembleia de Freguesia são os de Isabel Ereio, Inácio Luís, Manuel Charrua Isidro, Fátima Alves, Ana Sousa Dias, o jovem Mário Rui Martins de Souto e Filomena Santos.

Usando da palavra, António Casanova Figueiredo começou por criticar a actuação do actual executivo da Junta de Benfica, liderado por uma coligação PSD/CDS, que neste mandato "desenvolveu uma campanha sistemática contra todas as realizações da Câmara que diziam respeito a S. Domingos de Benfica e contra a actuação dos vereadores, sobretudo comunistas". Após demonstrar a inépcia deste executivo à frente da autarquia e explicar as propostas que os comunistas têm para a Freguesia, o candidato do PCP considerou haver boas hipóteses de ganhar a Junta, apelando a "um real empenhamento de todos os camaradas e amigos na campanha que vamos desenvolver a partir de hoje e até ao dia 12 de Dezembro".

Álvaro Cunhal encerrou a sessão com um breve improvisado, onde assinalou a importância da Coligação Com Lisboa, uma experiência positiva que deve ser alargada o mais possível, considerando igualmente que o prestígio do trabalho da Coligação tem muito a ver com o trabalho dos eleitos da CDU.

"vastas e profundas realizações no saneamento básico, na habitação, nas redes viárias e na cultura".

Não menos digno foi o trabalho realizado pelos vereadores da CDU, enquanto minoria, como sublinhou, pois com "a sua dedicação proporcionaram um salto qualitativo na gestão da energia, saúde e principalmente no trânsito, em luta permanente para que os seus projectos vingassem (o que veio a acontecer, depois dos referidos pelouros lhes terem sido retirados, e exibidos deslealmente como propaganda do Partido Socialista de Mata Cáceres)".

O reforço das posições da CDU, mais do que uma legítima aspiração dos comunistas e seus aliados, é uma necessidade para a defesa e melhoria das condições de vida das populações. Isso mesmo recordou o camarada Carlos Carvalho, na sua breve intervenção no final do jantar, em que uma vez mais criticou a política do actual Governo.

Sublinhando que as próximas eleições autárquicas "são importantes para se mudar de rumo para uma política que siga os interesses regionais, que sirva o nosso povo e o nosso país", Carlos Carvalho afirmou-se convicto de que "seja qual for a cosmética que o Primeiro-ministro use para tentar disfarçar as suas responsabilidades na crise, na situação do país, não haverá cosmética que lhe valha". Por isso mesmo, disse, "se continuarmos a trabalhar, chegará a hora em que poremos em cima da mesa a exigência de um novo governo e de uma nova política".

CDU avalia em Sintra abertura de ano lectivo

Em conferência de Imprensa realizada na cafeteria do Palácio de Queluz, a Comissão Coordenadora da CDU de Sintra analisou a abertura do ano lectivo neste Concelho. Estiveram presentes **Lino Paulo**, vereador e candidato da CDU à Câmara Municipal de Sintra, **Felício Loureiro**, vereador da CDU com o Pelouro da Educação e Ensino na Câmara Municipal de Sintra e novamente candidato pela CDU à CMS, **Jaime da Mata**, vereador e candidato, **Coronel Batista Alves**, candidato à Câmara Municipal de Sintra, **Deolinda Santos**, da Coordenadora da CDU de Sintra, e **Marta Santos**, da Juventude CDU.

Em relação à abertura do Ano Lectivo 93/94 e quanto à responsabilidade do Pelouro da Educação

no Ensino Básico e Pré-Primário, «as 97 Escolas Primárias e os 37 Jardins de Infância irão iniciar a sua actividade atempadamente e sem qualquer problema de funcionamento», afirmou-se. Relativamente às Escolas Preparatórias, C+S e secundárias, da responsabilidade do Ministério da Educação, há a salientar que, «embora todas abram entre o dia 15 e 20 de Setembro, prazo dado pelo Ministério da Educação, existem grandes carências de auxiliares de acção educativa em todas elas, que poderão levar ao possível encerramento de salas de aula ou de espaços de apoio pedagógico.»

De assinalar também, que a Escola António Sérgio, no Cacém, «está superlotada de alunos e



Escola Secundária de Massamá, no Concelho de Sintra

necessita com urgência da substituição dos pavilhões em avançado estado de degradação; a Escola C+S de Rio de Mouro está também superlotada de alunos assim como a Sec. n.º 1 de Queluz e a Sec. de Massamá.»

E sublinha a CDU:

«Embora citemos especialmente estas, todas as Preparatórias, C+S e Secundárias se encontram com um número excessivo de alunos.» Em relação a Refeitórios Escolares, as Escolas Preparatórias de Albarraque e Massamá e a C+S de Queluz-Pendão não os têm, e a C+S de Oureira e a Secundária de Massamá, embora tenham refeitório equipado, não funcionam por falta de pessoal. Quanto à Secundária n.º 1 de Queluz tem limites de refeições, também por falta de pessoal.

Relativamente à colocação de Professores, todas as Escolas estão com problemas, sendo o caso mais grave o da Escola Preparatória de Albarraque, que tem por colocar 1/3 dos professores.

Foi também referido o atraso da Construção das Escolas C+S de Mem Martins, que não irá abrir, e Casal de Cambra, que entrará em funcionamento sem os arranjos exteriores prontos, tal como foi salientado que «nos Jardins de Infância Autárquicos, o Ministério da Educação ainda não colocou 12 Educadores de Infância, o que irá representar o atraso na abertura destes estabelecimentos.»

Assim, a CDU de Sintra irá propor, por intermédio dos seus deputados na Assembleia de República, o levantamento urgente destes problemas, no sentido da sua resolução.

Também os vereadores e candidatos da CDU irão propor ao Ministério da Educação a construção de novas escolas C+S em S. Marcos, Idanha, Terrugem, outra que substitua a E. Preparatória de Albarraque, que funciona em instalações impróprias para uma escola.

Com nova estrada Montemor-o-Novo mais próximo de Vendas Novas

A estrada intermunicipal Vendas Novas-Cabrela foi recentemente inaugurada pelos presidentes das Câmaras de Montemor-o-Novo e de Vendas Novas e das Juntas de Freguesia de Cabrela e Vendas Novas. A nova estrada reduziu o percurso, de 14 km, entre as duas localidades, para 8 km, e está integrada no Plano Geral complementar do sistema de vias de comunicação dos dois concelhos, interligando a EN4 e a EM 519.

A obra teve início em 1989, altura em que as Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo e de Vendas Novas assumiram o compromisso de realizarem conjuntamente o projecto. A elaboração do projecto foi efectuada pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, através da empresa Gesplan, tendo a obra sido executada por administração directa pela Câmara Municipal de Vendas Novas. A construção da estrada intermunicipal Vendas Novas-Cabrela atingiu um custo global de 229 098 contos, tendo o FEDER participado em 70%, cerca de 160 369 contos. A cada município coube uma participação de 34 365 contos.

Milhares de pessoas estiveram presentes na inauguração da nova estrada e na sardinhada, servida no Açude da Cabrita e animada pela Banda Filarmónica de Cabrela, festejando este contributo significativo para a melhoria da acessibilidade entre os concelhos de Montemor-o-Novo e de Vendas Novas.

Candidatos por Esposende

Realizou-se na passada sexta-feira, em Esposende, uma sessão pública onde foram apresentados os cabeças de lista às Câmaras e Assembleias Municipais de Esposende. Algumas dezenas de pessoas assistiram a esta sessão, que contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, 29 anos; professor do Ensino Básico, possui o Diploma de estudos superiores especializados em Administração Educacional pela Universidade do Minho; frequenta a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Esposende.

O **Dr. José Cândido Vinhas Novais**, 66 anos; licenciado em Ciências Matemáticas, professor do Ensino Secundário (aposentado), que militou, desde a juventude, nos movimentos de oposição ao regime fascista, é o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Esposende.

Na sua intervenção, Manuel Carvoeiro afirmou: «Nos tempos que passam, o quadro que percebemos permite afirmar que a gestão PSD não cumpriu as promessas que havia formulado, revelando, ao longo do mandato, incapacidade para a resolução dos grandes problemas que, no decorrer dos anos, têm dificultado o quotidiano vivencial das gentes desta terra.» Seguidamente, o candidato denunciou a parca cobertura da rede de saneamento básico, de abastecimento domiciliário de água, a degradação da prestação dos cuidados mínimos de saúde — com a agravante dos serviços de urgência do Centro de Saúde estarem a funcionar numa antiga garagem de automóveis —, a falta de um quadro integrado de políticas educativas a nível local.

Esposende «aparece inserido no grupo dos piores Concelhos em termos de abandono escolar, na cultura verificamos a inexistência de uma verdadeira política concelhia», acusou o candidato, acrescentando: «Falar de meio ambiente em Esposende significa falar de uma política desastrosa, que tem permitido dizimar as belezas deste concelho, nomeadamente o rio Cávado, o rio Neiva, o ribeiro do Peralto, a destruição das dunas, os lixos nos Pinhais, a descarga de resíduos provenientes das tinturarias.» E concluiu:

«Muitos dos problemas citados têm sido por nós denunciados. Ao contrário da linguagem pseudodemocrática do PSD local, a CDU é uma força que, hoje como ontem, intervém com propostas concretas. É urgente e importante o empenhamento de todos para afirmar uma forte oposição à política de incompetência do PSD. É importante a presença da CDU nos órgãos municipais, dignificando-os e permitindo um novo estilo de gestão e funcionamento desses órgãos.»

Peniche aprecia basquetebol cubano

Por iniciativa do vereador da CDU na Câmara Municipal de Peniche, **Raul Santos**, a Selecção Nacional de Cuba de Basquetebol participou num torneio-relâmpago nesta vila, que contou também com a presença das equipas do Queluz e do Seixal.

A selecção de Cuba venceu o torneio e foi alvo de um bom acolhimento pela juventude do Concelho de Peniche, que assim teve oportunidade de observar uma das 10 melhores equipas do mundo.

A deslocação desta selecção ao nosso país, a convite da Câmara do Seixal e com o apoio de outras autarquias, teve como principal objectivo a sua preparação para o campeonato do mundo, a disputar no Canadá.



Mota Veiga candidato por Seia

Em Conferência de Imprensa, a CDU, em Seia, fez a divulgação formal dos candidatos às próximas eleições autárquicas, cujos nomes são os seguintes:

Humberto Mota Veiga, de 56 anos, Técnico de Gestão Administrativa na EDP, membro da Direcção Regional da Guarda e da Comissão Concelhia de Seia do PCP, Secretário Coordenador da Comissão de Trabalhadores

da Região Centro da EDP, eleito da Assembleia Municipal de Seia pela CDU desde 1979, candidato à Câmara Municipal.

Manuel Leitão, Professor de Educação Física na Escola Preparatória de Seia, membro da Comissão Concelhia de Seia do PCP, candidato à Assembleia Municipal.

Jorge Fazenda, Ajudante de Farmácia, membro da

Comissão Concelhia de Seia do PCP, candidato à Assembleia de Freguesia de Seia.

Na ocasião, foi realçado perante a comunicação social «o relevante papel da CDU na vida política do concelho, nomeadamente através da qualidade da sua intervenção, assim como os objectivos a alcançar, consubstanciados na eleição de um Vereador, no reforço do Grupo Parlamentar na Assembleia

Municipal e na participação de um maior número de Freguesias com listas para as Assembleias de Freguesia». Foi ainda denunciada «a repressão psicológica exercida por um destacado elemento do PSD sobre um candidato CDU de Torroso, ameaçado de despromoção se não desistisse da sua candidatura, atitude essa bem reveladora da prepotência dos métodos e da estratégia do PSD.»

Por iniciativa do Pelouro da Educação da CML

Escolas de Lisboa com 16 novos Programas

Hoje a partir da 16 horas, o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa vai apresentar os 16 programas socio-educativos que vai propor às escolas do ensino básico e secundário do Concelho de Lisboa para o ano lectivo 93/94. Mantendo a habitual cooperação Escola-Meio, o Pelouro da Educação da CML vai discutir e trocar impressões com todas as escolas do ensino básico e secundário de Lisboa sobre estes programas, que desde 1990 implementa em cada ano lectivo.

Este ano, são propostos dois novos programas: «A descoberta da BD», para

os alunos dos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico, e o concurso «Lisboa - um Espaço de Culturas», para o ensino básico e secundário, associado a 1994 - ano de «Lisboa Capital Europeia da Cultura».

Dos 16 programas, quatro destinam-se a todos os graus de Ensino Básico e Secundário (Escritores de Lisboa, Sensibilização à Educação Ambiental, Projecto Educação e Saúde, Concurso «Lisboa - Um espaço de Culturas»), três abrangem os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico (Teatro nas Escolas, Lisboa limpa tem muita pinta, Educa-

ção Física), três são para os 3º e 4º anos do 1º ciclo (Artes e Ofícios, visitas guiadas a Monsanto, À descoberta da Banda Desenhada), um para os Jardins de Infância e 1º ano do 1º ciclo do Ensino Básico (Sensibilização à Criatividade e à Leitura), um para os 2º e 3º anos do Ensino Básico e Secundário (Pátio do Audiovisuais/Introdução às Técnicas de Vídeo), e, finalmente, quatro programas dirigem-se aos professores (visitas guiadas às Freguesias e acções de formação nas áreas de expressão, de bibliotecas e sobre o estudo do meio integrado na área escola).

CDU de Alcabideche contra corte de carreiras

Em comunicado, os eleitos da CDU na Freguesia de Alcabideche manifestam-se «solidários com a justa indignação dos utentes da carreira 412 (Cascais-Amoreira-Estoril) pela eliminação de 35 dos seus percursos, ou seja, as carreiras que eram feitas de 1/2 em 1/2 hora, passam a ser feitas de hora a hora...». E o comunicado prossegue:

«Numa altura em que as carreiras já se manifestavam insuficientes, situação que se agrava ainda mais com a abertura do novo ano escolar, a CDU repudia esta atitude da Rodoviária de Lisboa que não tendo em conta as necessidades das populações vem arbitrariamente reduzir de um modo bastante significativo o número de carreiras».

E concluem os eleitos da CDU de Alcabideche:

«Da nossa parte, tudo iremos fazer nos Órgãos Autárquicos para que esta medida seja revogada e as populações voltem a ter o número de carreiras a que têm direito, pondo-nos ao serviço da população para a resolução deste problema, como sempre o temos feito.»

CDU concorre sozinha nas Flores

Nos serviços noticiosos da RTP/Açores dos passados dias 19 e 20 de Setembro foi divulgado, como notícia, que o PS e a CDU se coligariam no Concelho de Santa Cruz das Flores. A esse respeito, o Gabinete de Imprensa do PCP esclarece que «o PS e a CDU têm estado a estudar, desde há

longo tempo, a possibilidade de serem feitas coligações nalguns Concelhos. O Concelho de Santa Cruz das Flores foi uma das hipóteses estudadas. Por decisão da responsabilidade da estrutura local do PS, foi comunicado à CDU das Flores, em 16/9, não estar o PS disponível

para se coligar nesse Concelho.» E a nota conclui:

«Prosseguem, neste momento, negociações relativamente a outros Concelhos da Região», enquanto na ilha das Flores «a CDU concorrerá autonomamente com listas próprias nos dois Concelhos».



Câmara Municipal de Setúbal

Vereadores comunistas acusam: Câmara de Setúbal homenageia fascista

Sobre a proposta aprovada na sessão camarária do passado dia 16, atribuindo o nome de um Presidente da Câmara, do período fascista, Constantino Góis, a um parque da cidade de Setúbal, e sobre as declarações de Mata Cáceres a esse respeito através de «uma nota à comunicação social cuja forma e conteúdo repudiam firmemente», os vereadores da CDU da Câmara de Setúbal esclarecem, em nota difundida à Imprensa, que «manifestaram a sua opinião contrária a tal proposta na sessão pública, na presença de Mata Cáceres e restante vereação». O voto contrário dos vereadores da CDU «é o voto consequente de militantes de um grande partido nacional - o PCP -, que se honra da sua decisiva contribuição na luta em defesa da liberdade e da democracia que conduziu ao 25 de Abril», sublinha a nota, que prossegue:

«A afirmação de Mata Cáceres de que «os Vereadores Comunistas não tiveram a coragem de utilizar a sua própria voz para constestar esta proposta servindo-se do vereador do PRD» é elucidativa da sistemática atracção do Presidente da Câmara para transformar as sessões camarárias num palco para a política - espectáculo, artifício pelo qual procura constestar e contornar as críticas ou propostas que responsabilmente os eleitos do PCP e da CDU não desistem de fazer». E a nota pormenoriza:

«Primeiro, porque os Comunistas não depositam em mãos alheias o seu ideário e a sua prática, e não abdicam dos seus princípios e posições a troco de favores para obtenção de votos de direita.

«Segundo porque, curiosamente, foi à vereadora Paula Costa que o PS acoeteu a responsabilidade de defender a proposta, em exclusivo, pelo que se pode deduzir, desde logo, que a Mata Cáceres e outros vereadores socialistas

lhes faltou voz e coragem para defenderem a sua dama!»

«É lamentável...»

Os vereadores comunistas da Câmara Municipal de Setúbal esclarecem que «Constantino Góis foi nomeado, pelo regime fascista, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal numa década (1963-1974) em que Salazar e Caetano respondiam ao ascenso da luta do povo português com a mais violenta repressão sobre as famílias portuguesas, que ainda entretanto viam os seus filhos perecerem na guerra colonial. Tal pessoa, nunca tendo tomado qualquer posição pública sobre a violação das liberdades e a negação dos direitos humanos, assumiu-se como rosto e mandatário da ditadura que obscureceu o país e o relegou para a caudá da Europa».

E a nota acrescenta:

«Neste dias, em que o recrudescimento de forças organizadas neofascistas preocupa todos os povos do mundo e cada vez mais governos, é lamentável que o PS reabilite nomes portadores de valores pelas quais aquelas forças se guiam. Compreende-se a insegurança de Mata Cáceres perante o próximo acto eleitoral e, consequentemente, o seu apelo à direita que lhe propiciou a eleição à Presidência da Câmara.»

E conclui a nota:

«Mas os vereadores da CDU não podem deixar de condenar uma opção geradora de animar ideários que quisemos enterrar com o 25 de Abril, e que por si só é a melhor ilustração de uma lição antidemocrática que o PS, com este grave episódio, nos deixou: nem a Assembleia de Freguesia onde se situa o Parque da Lanchoa (São Sebastião) foi consultada quanto a um nome que, estamos certos, não vingará nos lábios e na consciência dos cidadãos.»

Oeiras Inauguração «faz-de-conta» do Palácio da Justiça

Segundo a Comissão Coordenadora da CDU de Oeiras, a recente inauguração do Palácio da Justiça de Oeiras, feita pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na companhia do presidente da Câmara PSD, Isaltino Morais, «foi uma inauguração de faz-de-conta, apenas para que Cavaco Silva marcasse a abertura do ano judicial e para que Isaltino Morais possa afirmar, em ano eleitoral, que em Oeiras há mais segurança». E a CDU esclarece:

«Foi uma inauguração de faz-de-conta porque, apesar do esforço, nas últimas semanas, com mais de uma centena de operários a trabalhar noite e dia e ao fim-de-semana, aquilo a que se assistiu foi uma encenação para a Comunicação Social, na medida em que o edifício continua sem rede eléctrica instalada, sem soalhos na maioria das salas, sem elevadores a funcionar e sem equipamentos.» E conclui a CDU:

«O estado do edifício mostra que, apesar de agora inaugurado, apenas daqui a dois/três meses o Palácio da Justiça estará em funcionamento, provando-se assim que no reino do PSD se fazem inaugurações para propaganda e para marcar o calendário político e não para melhorar a qualidade de vida das populações ou, como é o caso, melhorar as condições de acesso à justiça.»

TRABALHADORES

UTA SUBVERTE LEGISLAÇÃO LABORAL

A empresa UTA-United Technologies Automotive, unida de da indústria electrónica que fabrica cablagens para automóveis, está a promover o desemprego utilizando processos ilegais, denuncia uma nota do Sindicato da Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN).

Segundo o sindicato, a administração da empresa começou por chamar trabalhadores efectivos a fim de os pressionar a rescindir o contrato e levá-los a assinar contratos de trabalho a prazo. Para além disso, ameaçou processar em tribunal os trabalhadores que não aceitassem o autodespedimento, em que se incluíam mulheres grávidas.

Entretanto, na semana passada a empresa não deu trabalho a cerca de 40 trabalhadores, mandando-os para casa durante uma semana com a indicação de que este tempo terá de ser compensado aos sábados e nas férias a gozar em 1994.

Perante estes abusos e violações claras da lei o STIEN reclamou já a intervenção da inspecção do trabalho, dado que a empresa se recusa sistematicamente ao diálogo com o sindicato.

SETÚBAL LIDERA DESEMPREGO

Segundo uma nota da União dos Sindicatos de Setúbal, os números do desemprego no distrito de Setúbal, no primeiro semestre deste ano, apontam um crescimento de 500 novos desempregados por mês.

Contudo, como alerta a União, estes números vão crescer ainda mais com os 1800 despedimentos que se preparam na Siderurgia, na Lisnave e Setenave mais 4 mil; na Movauto mais 214; na Quimigal/Aubos mais 200, que já estão em *lay-off* disfarçado, estando ocupados em formação profissional, paga pela Segurança Social e FSE.

GREVES E PROTESTOS

Os trabalhadores da fábrica de confecções **Confedão**, de S. João de Areias, em Santa Comba Dão, iniciaram uma greve por tempo indeterminado, reclamando o pagamento de salários em atraso.

Esta acção foi desencadeada depois de ter caducado um prazo estipulado para que a administração saldasse, pelo menos, a dívida relativa a dois dos quatro meses de salários em atraso.

Entretanto, uma delegação de trabalhadores da **Fábrica de Aços de Tomé Feteira**, com sede em Viana de Leiria, exigiu recentemente em encontro com o Governador Civil de Leiria «a viabilização da empresa e a manutenção de todos os postos de trabalho. Dos 209 trabalhadores que a empresa tinha em 1989, já só restam 94, em resultado do despedimento colectivo ocorrido em finais de 1991. Os trabalhadores exigem também o pagamento dos salários em atraso, referentes ao mês de Agosto.

Salários em atraso, dos meses de Julho e Agosto, afectam igualmente os cerca de 180 trabalhadores da **Fábrica de Plásticos Valverde**, na Marinha Grande. A empresa que tem uma dívida acumulada de cerca de um milhão de contos, 300 mil dos quais à Segurança Social, deve ainda aos trabalhadores retroactivos de Janeiro e Fevereiro, a que se juntam vários subsídios. Os trabalhadores, que se encontram paralisados, anunciaram que vão pedir a intervenção da polícia judiciária na realização de uma inspecção às contas da empresa, já que existem dúvidas sobre a utilização das verbas do fundo social europeu destinadas a cursos de forma-

ção profissional, entre 1986 e 1988 e que se elevam a a cerca de 500 mil contos.

PARALISAÇÃO DESCONVOCADA

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses desconvocou uma greve no Hospital da CUF, que deveria começar na passada segunda-feira e terminar ontem. A desconvocação deveu-se à celebração de um acordo entre as partes, tendo a administração do Hospital cedido à reivindicação dos enfermeiros. Recorde-se que os enfermeiros exigiam uma tabela salarial cujos valores não fossem inferiores aos da Função Pública, o que significava um aumento na massa salarial global de 1,5 por cento.

NEGOCIAR ESTATUTO

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses reclama a abertura das negociações do estatuto profissional e alerta para o estado de insatisfação que vive a classe. Numa nota da Direcção Regional de Coimbra, a estrutura queixasse de situações de centenas de enfermeiros com trabalho precário, de más condições de trabalho na maioria dos serviços e do sistemático atraso de algumas instituições no pagamento de horas extraordinárias e complementos de turnos». O sindicato tinha entretanto anunciado para ontem um plenário de enfermeiros, em Coimbra, onde seriam equacionadas as formas de luta a seguir.

DIA DO TURISMO NA MADEIRA

A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) comemora no próximo sábado o Dia Mundial do Turismo na Madeira, realizando a final da corrida de bandeja, na qual participam várias dezenas de profissionais de todas as regiões do País, que correrão fardados pelas principais artérias do centro do Funchal.

Entretanto, esta federação contesta «os números alarmantes e catastróficos propangandeados pelas associações patronais», acusando-as de pretenderem criar um clima psicológico para despedir os trabalhadores efectivos, contratando outros com vínculo precário, como sucede no Hotel Sheraton em Lisboa. A FESHOT afirma que «estão por demonstrar os elementos revelados pelo patronato quanto à dimensão e razões da crise».



O SPGL considera que o ano lectivo se iniciou com muitos problemas que podem agravar o descontentamento dos professores

SPGL ameaça com greve às horas extraordinárias

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa manifestou a disposição de convocar uma greve às horas extraordinárias a partir de 15 de Outubro se o Ministério não voltar a aplicar o antigo cálculo de pagamento das horas extraordinárias.

Em conferência de imprensa, o SPGL repudiou um recente despacho do Ministério que reduz em 38 por cento a remuneração das horas extraordinárias, que são de aceitação obrigatória.

O Sindicato ameaça assim com uma greve às horas extraordinárias, caso o Governo e o Ministério da Educação não recuem nesta medida, alertando, desde já, para «as consequências que advirão desta forma de luta - serão inúmeros os alunos que tendo professor não terão aulas e os apoios educativos a alunos com dificuldades que normalmente correspondem a traba-

lho extraordinário dos professores não serão feitos».

O SPGL divulgou ainda os resultados de um inquérito feito em mais de 100 escolas na área da grande Lisboa que indicam que apenas 37 por cento das escolas receberam material de apoio ao lançamento dos novos programas da área da tecnologia, área em que a reforma curricular está a levantar mais problemas. Refira-se que há muita apreensão quanto à reforma uma vez que os professores ainda nem sequer conhecem o novo modelo de avaliação.

O Sindicato contestou, por outro lado, o novo calendário lectivo por considerar que este vai prejudicar os professores e não vai beneficiar os alunos.

Estado deve 2 milhões

O Ministério da Educação tem uma dívida de dois

milhões de contos a 6400 professores, cuja integração no 8º escalão da carreira docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário se encontra atrasada, com os correspondentes prejuízos remuneratórios.

Segundo o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa «estes professores apresentaram o seu processo de candidatura ao 8º escalão da carreira até ao final de Outubro de 1992 e, até esta data, ainda não receberam a remuneração correspondente, estando portanto a receber pelo 7º escalão, quando desde Janeiro deste ano (alguns desde Janeiro de 1992) deveriam vencer pelo 8º escalão».

Recorde-se a obrigatoriedade de candidatura na passagem do 7º para o 8º escalão da carreira docente foi introduzida em 1989, deparando-se desde o início com a opo-

sição dos professores que contestaram esta forma de ajuizar se ao fim de mais de vinte anos de docência poderiam ou não subir um pequeno degrau e ganhar um pouco mais.

Contudo só em 1992 o Ministério da Educação regulamenta a candidatura libertando alguns professores de a realizarem com a promessa de lhes pagar a partir de Janeiro deste ano. Para os restantes professores o ME compromete-se através de um decreto de os «ajuizar» no prazo de nove meses.

Mesmo não concordando com a existência de candidatura um elevado número de professores cumpriu o que o ME lhes exigia e entregou os processos no prazo estabelecido. Entretanto, os nove meses esgotaram-se e até ao momento nenhuma resposta foi dada aos professores.

Saúde recorre a trabalho «escravo»

Os Serviços de Saúde estão a requisitar trabalhadores inscritos no fundo de desemprego para satisfazerem necessidades permanentes de funcionamento, que anteriormente eram garantidas por contratados a prazo certo, alguns dos quais a trabalhar sem vínculo permanente há mais de sete anos, numa clara violação das disposições legais em vigor.

Recentemente, porém, os Serviços de Saúde foram obrigados a despedir mais de sete mil trabalhadores contratados, já que o Ministério da Saúde se recusou a prorrogar os contratos. Dos lugares desocupados, o Ministério apenas criou 2835 vagas (sem médicos nem enfermeiros), ficando por cobrir muitos postos de trabalho.

Uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores cita o exemplo do Hospital de S. José, que recorreu aos desempregados, em que «o serviço nem sequer está a pagar aquilo que deve aos trabalhadores (subsídio de alimentação e

transporte), sendo esta situação agravada pelo facto de estes não estarem ainda a receber o respectivo subsídio de desemprego».

O sindicato discorda que estes trabalhadores estejam «a substituir outros, que depois de anos e anos de trabalho dedicados foram despedidos, sendo que o Ministério da Saúde, através dos serviços, só tem obrigação de pagar os referidos subsídios (alimentação e transporte), ficando o resto a cargo do Ministério do Emprego e Segurança Social, que continua a pagar o subsídio de desemprego». O sindicato qualifica esta situação como «autêntico trabalho escravo» e considera-a indigna de um país pertencente à Europa Comunitária.

Médicos querem dialogar

Por seu turno, uma nota da Federação Nacional dos Médicos acusa o Governo de desenvolver «uma política gravosa de desarticulação e



O Hospital de S. José tem ao seu serviço trabalhadores inscritos no Fundo de Desemprego

destruição dos serviços de saúde» e implementar «um conjunto de medidas fortemente lesivas da estabilidade laboral dos profissionais».

A FNAM critica também a ausência de resposta aos inúmeros pedidos de reunião que desde o início do ano tem feito ao Ministério da Saúde.

«Ainda no passado dia 16, uma delegação da FNAM esperou mais de 3 horas no átrio do Ministério da Educação, sem que o ministro ou os dois secretários de Estado, que se encontravam no edifi-

cio, se disponibilizassem a recebê-la, ou sequer marcar uma data para uma futura reunião», sublinha o comunicado da federação.

Este comportamento do ministro é qualificado de «totalitário» e «mostra claramente a sua incapacidade de diálogo e a ausência de vontade política em procurar resolver negocialmente os múltiplos problemas que neste delicado sector se colocam aos médicos e aos cidadãos deste País», conclui a nota da FNAM.

TRABALHADORES

CGTP-IN promove jornada nacional Estafeta da Solidariedade

Pelo emprego, salários e direitos

A CGTP-IN promove, a partir da próxima segunda-feira, dia 27, e até sexta-feira, dia 1 de Outubro, uma Estafeta da Solidariedade que vai reclamar emprego, salários, segurança social, saúde e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

A acção é lançada amanhã, na cidade de Viana do Castelo, prevendo-se que no período entre dia 27 e 1 de Outubro, sindicalistas e trabalhadores de todas as zonas do País e pertencentes a múltiplos sectores e empresas promovam um vasto conjunto de iniciativas destinadas a trazer ao conhecimento de todos os portugueses os problemas concretos dos trabalhadores e das populações.

A Estafeta terminará em Lisboa, dia 1 de Outubro, data em que se comemora o 23º aniversário da CGTP-IN, estando anunciado um comício a realizar no Largo Luís de Camões.

Mostrar a verdade

Como foi explicado na passada segunda-feira em conferência de imprensa, com esta acção a central sindical «pretende dar expres-

são pública à situação que de facto se vive em cada empresa, sector ou região e ao mesmo tempo desenvolver a solidariedade, a mobilização e a luta de todos os trabalhadores contra uma política que tem tanto de injusta como de errada. A Estafeta da Solidariedade contribuirá para mostrar ao País a verdade que o Governo teima em esconder-lhe e responsabilizar o Governo pelos seus actos».

«Servirá igualmente para denunciar o comportamento dos patrões e dos governantes que, vivendo no luxo e na ostentação mais descarados, mostram o mais ignóbil dos desrezos pela vida e pela dignidade dos trabalhadores e das suas famílias».

Mas o objectivo desta manifestação de âmbito nacional, prossegue a nota da Comissão Executiva da CGTP-IN, «não é apenas o de denunciar. É também o de apresentar propostas e procurar mobilizar as vontades e capacidades de todas as entidades e individualidades que têm responsabilidades políticas e sociais para que se empenhem na exigência de soluções para os problemas existentes».

Esta iniciativa surge «porque o Governo não manifesta vontade política nem capacidade para enfrentar os principais problemas da sociedade portuguesa e promover o desenvolvimento e a modernização do País».

Considerando que o Executivo de Cavaco Silva continua a não dar resposta às reivindicações da CGTP-IN e dos sindicatos, a central acusa o Governo e o patronato de negarem o direito de negociação colectiva «a mais de 1 milhão e 700 mil trabalhadores».

«Ao mesmo tempo, o Governo publica leis que reduzem as pensões e aumentam a idade de reforma das mulheres, restringem e condicionam o acesso ao subsídio de desemprego e aumentam o trabalho infantil. Para além disso, o Governo mostra-se incapaz de promover a necessária reestruturação do aparelho produtivo. A chamada reestruturação da Administração resume-se a um ataque ao emprego, aos salários e aos direitos dos trabalhadores, criando perturbações no funcionamento dos serviços e desmotivação nos trabalhadores».



Concentrações comícios e plenários em todos o País

Concentrações, comícios, plenários, contactos com a população e distribuição de documentos vão integrar ao longo da próxima semana a Estafeta da Solidariedade, que a CGTP promove em todo o País.

No primeiro dia, a acção de protesto desenrola-se simultaneamente nos distritos de Braga, Castelo Branco, Faro, Porto, Setúbal e Vila Real.

Na terça-feira vão estar envolvidos do distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Porto e Setúbal.

Os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Portalegre, Viseu e Setúbal vão ser palco de acções de protesto na quarta-feira.

Para quinta-feira estão marcadas iniciativas nos distritos de Castelo Branco, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Setúbal.

O último dia da Estafeta será marcado por acções nos distritos de Castelo Branco, Lisboa e Santarém.

A Estafeta da Solidariedade será encerrada com uma concentração-comício, na Praça Luís de Camões, em Lisboa, em que será assinalado o 23º aniversário da CGTP-IN.

Ao longo da semana serão recolhidos dados sobre a situação laboral das mais variadas empresas e que a Intersindical vai entregar aos órgãos de soberania.

A CGTP-IN reafirma, nesta jornada nacional, um con-

junto de reivindicações, designadamente:

- medidas concretas, tomadas caso a caso, em defesa do emprego nas centenas de empresas onde existem ameaças de desemprego ou de encerramento;
- o combate à precarização e a promoção do emprego com melhores formação e qualificação profissionais;
- o desbloqueamento da negociação colectiva e a melhoria dos salários reais;
- a defesa da Segurança Social e da Saúde e uma política de Ensino que responda aos anseios dos jovens e às necessidades do País;
- o respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e uma maior justiça fiscal;
- a defesa e a modernização do aparelho produtivo.

JCP agenda Encontro sobre Secundário Abertura do ano lectivo com graves deficiências

A falta de pessoal auxiliar, graves problemas na colocação de professores e graves deficiências a nível dos materiais e equipamentos necessários para os novos cursos surgidos são algumas das críticas feitas ao Governo pela Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) da Juventude Comunista Portuguesa, num comunicado feito após uma reunião daquele órgão no passado fim de semana. Naquela reunião, a CNES decidiu igualmente marcar o próximo Encontro Nacional do Ensino Secundário para o primeiro trimestre de 1994.

«Inúmeras instalações escolares a necessitarem de recuperação urgente», os «graves problemas de segurança» em escolas de todo o país, «permitindo por vezes, dentro do recinto escolar, tráfico e consumo de drogas», são outros problemas levantados pela CNES sobre a abertura das aulas.

O encarecimento do material escolar («contas feitas, um aluno que frequenta o

9.º ano de escolaridade gasta cerca de 50 mil escudos na compra de material escolar indispensável», diz o comunicado) é outra das razões para críticas ao Ministério da Educação a que se junta a redução do tempo de férias do Carnaval e Páscoa, «criando uma situação absurda, em que os alunos estarão em aulas praticamente 10 meses sem interrupção».

A CNES voltou a realçar «a actuação irresponsável e antidemocrática do Ministério da Educação em relação aos candidatos do Ensino

Superior Público. Após a polémica gerada em torno da classificação das provas específicas, foi exigido aos candidatos o pagamento de três mil e 500 escudos para reclamação e correcção destas. Este facto, que à partida vem prejudicar os estudantes mais carenciados, é agravado por não lhes ser permitido o acesso às cópias da prova, havendo no entanto escolas que as estão a facilitar aos candidatos», diz o comunicado.

A estrutura da JCP considera ainda que a «publicação

recente da portaria ministerial que autoriza os contingentes de vagas para a primeira matrícula nos estabelecimentos do Ensino Superior privado é reveladora da forma irresponsável como o Governo encara o problema do acesso ao Ensino Superior em Portugal». Para a CNES, assim se demonstra mais uma vez «que o Governo não está empenhado no alargamento da capacidade de resposta ao Ensino Superior Público, preferindo alimentar o negócio do Ensino Superior Privado».



A política de Ensino do Governo merece críticas de jovens e professores, esperando-se, na sequência de lutas como a Marcha da Educação no ano lectivo passado documentada na foto, um novo ano lectivo com muitos protestos

Contra processos disciplinares e falta de diálogo Polícias não passam multas

A partir de segunda-feira que vem e durante os dois dias seguintes, os agentes da Polícia de Segurança Pública vão evitar passar multas, em protesto pelos processos disciplinares instaurados a alguns dirigentes da Associação Socio-Profissional da PSP (ASPP), por declarações aos órgãos de comunicação social que criticam a reestruturação da polícia imposta pelo Ministério da Administração Interna e pelo Comando da PSP.

Também a falta de capacidade de diálogo revelada pelo comando-geral da PSP motiva esta «greve às multas». Exemplo disso terá sido a reunião da semana passada, realizada a pedido do General Monteiro Pereira, com os dirigentes da ASPP: à saída, José Carreira diria que, para sua «surpresa», apenas fora

convocado para prestar esclarecimentos sobre declarações que dirigentes da ASPP fizeram à comunicação social e para ouvir o comando-geral «alertá-lo para a ilegalidade» das formas de protesto marcadas pela Associação.

José Carreira diria mesmo que o comando-geral da PSP parece querer marcar reuniões apenas para admoestar a estrutura associativa das polícias.

«Os problemas avolumam-se e o descontentamento é geral», diria José Carreira, «o comando-geral em vez de discutir essas questões com a ASPP, apenas convoca reuniões para repreender a ASPP». Os dirigentes associativos presumem que estas atitudes do Comando preparam a ameaça de instauração de novos processos, mas a ASPP, segundo o seu dirigente, não se vai deixar intimidar, sucedendo-se reuniões com polícias para debate da reestruturação da PSP e preparação de novas formas de luta para obter o pretendido diálogo com o Comando.

A ASPP exige que todos os processos instaurados aos seus dirigentes sejam arquivados e afirma que irá até onde for possível para que isso aconteça.



Os polícias estão dispostos a intensificar a sua luta

Ordem dos Médicos contra «devassa» dos arquivos clínicos

As relações entre os médicos e o Governo podem atravessar um novo período de elevada tensão depois da recente legislação que autoriza a «violação do segredo profissional» e a «devassa dos arquivos clínicos», nas expressões utilizadas pela Ordem da classe. Também o anúncio de que entidades não médicas poderão vir a alterar o receituário em relação a medicamentos genéricos e de substituição é motivo de preocupação dos médicos portugueses.

Os dois assuntos são referidos num comunicado emitido no final da semana passada pelo Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos, difundido após uma reunião onde se apreciou a não reformulação do decreto-lei 291/93 e a portaria 743/93 onde o Governo autoriza Inspectores de Saúde a consultar arquivos clínicos. Para a Ordem esta é uma matéria que «é susceptível de pôr em causa as relações entre os médicos e o Governo», enquanto que a possibilidade de alteração de receitas passadas por médicos, substituindo o receituário por medicamentos genéricos, é classifi-

Jovens comunistas querem Governo no Parlamento

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) vai propor à Comissão da Juventude da Assembleia da República a realização de uma audição parlamentar sobre a acção do Governo na área juvenil.

A JCP vai enviar a proposta, através de jovens deputados do grupo parlamentar do PCP, considerando que a política governativa só tem contribuído para o agravamento dos «graves problemas» com que os jovens se debatem.

Esta proposta foi divulgada a semana passada em conferência de imprensa, no decorrer da qual a JCP anunciou ainda que vai suscitar a apreciação no Parlamento do decreto-lei que extingue o Instituto da Juventude, com o objectivo de lhe ser recusada a ratificação.

A JCP considera que a extinção do Instituto da Juventude vai diminuir ainda mais a participação efectiva do movimento juvenil. Por outro lado, o desaparecimento dos conselhos consultivos regionais é facto igualmente merecedor de críticas por parte dos jovens comunistas que con-

sideram que esta restrição vai retirar a possibilidade de participação das organizações partidárias e sindicais regionais nos «Foruns da Juventude» que irão ser criados.

A JCP exigiu, na mesma conferência de imprensa, um orçamento para a Educação em 1994 que seja «compatível com o funcionamento condigno das escolas e com a correcção dos mais graves desequilíbrios com que o sistema se confronta» e criticou a forma como se fizeram as reclamações das classificações das provas específicas, por considerar que a obrigatoriedade de pagamento de três mil e 500 escudos prejudica os estudantes mais carenciados.

cada de «grave violação das normas da ética e da Lei, que põe em perigo a saúde pública».

O Conselho Nacional Executivo da Ordem analisou também um ofício/despacho da Direcção-Geral de Saúde sobre o destacamento de médicos assistentes eventuais.

Segundo a Ordem dos Médicos, que reitera a sua posição, «só é aceitável a deslocação

compulsiva, e por um período limitado de tempo, quando um concurso prévio tenha ficado deserto por ausências de candidatos e se revelem adequadas as necessidades e condições de prestações locais».

Entretanto, a Ordem reivindica de novo a abertura de «todos os concursos considerados necessários ao preenchimento das vagas dos quadros hospitalares».

Sorteio da EP

O segundo e último sorteio que este ano premiou três EP's - Entradas Permanentes na Festa - vendidas antecipadamente à realização da Festa do «Avante!», ocorreu no passado dia 29 de Agosto, no decorrer de uma concorrida Jornada de Trabalho.

Os números premiados foram os seguintes:

- 1.º prémio: 9630
- 2.º prémio: 294656
- 3.º prémio: 31799

Os possuidores das EP's com estes números têm direito a, respectivamente: um vale de férias ou viagens no valor de 125 contos, uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos.

Os possuidores daqueles títulos de entrada na Festa deverão contactar a organização da Festa na Avenida António Serpa, 26, 2.º esquerdo, em Lisboa.

O sorteio teve a participação da Editorial Caminho.

SME continua em crise um ano depois da 'sexta-feira negra'

A crise no Sistema Monetário Europeu (SME) voltou a ser tema de debate no Parlamento Europeu, um ano depois da célebre 'sexta-feira negra' em que os mercados cambiais entraram em paranoia e a libra inglesa em queda livre, até acabar por sair do Sistema.

Um ano depois, a City já rebaptizou o 16 de Setembro de 1992 de 'sexta-feira branca', pretendendo tratar-se de um novo ponto de partida para a Inglaterra. Mas se é verdade que a economia britânica apresenta sinais de recuperação após a mais longa crise do pós-guerra, não é menos verdade que o sucedido pós definitivamente em causa a viabilidade prática do Sistema Monetário Europeu e liquidou a possibilidade de cumprir o calendário da União Económica e Monetária.

Este aspecto foi de resto salientado pelo camarada Sérgio Ribeiro, que ao intervir no debate no PE recordou que em menos de um ano duas graves crises abalaram o SME.

Em vez do percurso do funil - disse Sérgio Ribeiro - em que se procuraria que o dracma (moeda grega) viesse a entrar para o sistema, que todas as moedas passassem à banda estreita, que esta estreitasse até não haver oscilação em relação à cotação-pivot em ecu, e a passagem à moeda única seria líquida... mesmo que algumas gotas se pudessem perder, em vez desse percurso institucionalizado, há uma rotação de 180 graus, é o funil ao contrário: saíram mais duas moedas e para que outras - e estas decisivas - não saltassem, ou uma por cima ou outra por baixo, alargaram tanto as

margens que se justificaria dizer que tudo flutua e que o sistema se negou para sobreviver.

Mas a questão de fundo, como o eurodeputado não deixou de salientar, ultrapassa o SME, sendo legítimo perguntar, como o fez Sérgio Ribeiro, "se é correcto dizer-se que o que está em crise é o SME". Na verdade, verifica-se que o que falhou não foi um instrumento de momento, mas sim "uma lógica e um processo racional incapaz de controlar as contradições que engendra".

Torna-se por de mais evidente que "culpar a especulação, fruto da enorme e crescente massa de capitais transnacionais disponíveis e em circulação", é antes do mais responsabilizar a livre circulação de capitais "que lhe é tão essencial como a estabilidade monetária com que não coexiste".

Por isso mesmo, como afirmou o eurodeputado comunista, "acusar as economias nacionais de egoísmo é esquecer que a competitividade comunitária é um somatório de competitividades nacionais, de Estados-membros com estruturas económicas próprias que, pela via de programas de convergência nominal, divergem realmente".

Para os comunistas, nada disto é surpreendente. Em devido tempo, previram e preveniram o que agora se tornou uma evidência, apesar de quantos continuam a negar a realidade e a acusar quem o não faz de "inoportuno e contrarrente".

Para os comunistas, as panaceias ensaiadas para remendar o SME não são solução. Como reafirmou Sérgio Ribeiro no PE, o que está em causa é a necessidade de "reabrir um processo de discussão e redefinição da Comunidade".

Novo regimento do PE dificulta grupos económicos

A constituição de grupos políticos no seio do PE vai ser mais difícil a partir das próximas eleições para o Parlamento Europeu, marcadas para Junho de 1994.

O facto deve-se às recentes alterações ao Regimento do PE, que sobre a matéria estipula que o número mínimo de deputados requerido para a constituição de um grupo político é de vinte e seis se pertencerem a um só Estado-membro, de vinte e um se pertencerem a dois Estados-membros, de dezasseis se pertencerem a três Estados-membros e de treze deputados de quatro ou mais Estados-membros.

No anterior Regimento, o número de deputados exigido para a formação de grupos políticos era, respectivamente, de vinte e três, dezoito e doze, conforme se tratasse de um, dois e três ou mais Estados-membros.

O presidente do PE, Egon Klepsch, anunciou entretanto que as próximas eleições para aquele órgão se realizarão nos dias 9 e 12 de Junho de 1994. Em Portugal e nos países comunitários onde as eleições se realizam ao domingo, o escrutínio para o PE terá lugar no dia 12, nos restantes países (Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca e Holanda), onde os eleitores costumam ir às urnas nos dias úteis, a eleição será dia 9, uma quinta-feira.

Recorda-se que o PE é eleito de cinco em cinco anos, em Junho, por sufrágio directo, desde 1979. O actual número de deputados do PE é de 518, mas será aumentado a partir do próximo ano para 567, devido à reunificação da Alemanha. Na sua nova composição, a Alemanha contará com 99 deputados, passando a ser o país com maior representação. A França, a Itália e a Grã-Bretanha, que actualmente dispõem de 81 deputados cada, passarão a ter 87 cada um.

Presentemente, o maior grupo político do PE é o socialista (180 lugares), seguindo-se o do partido Popular Europeu, de centro-direita, com 128 representantes.

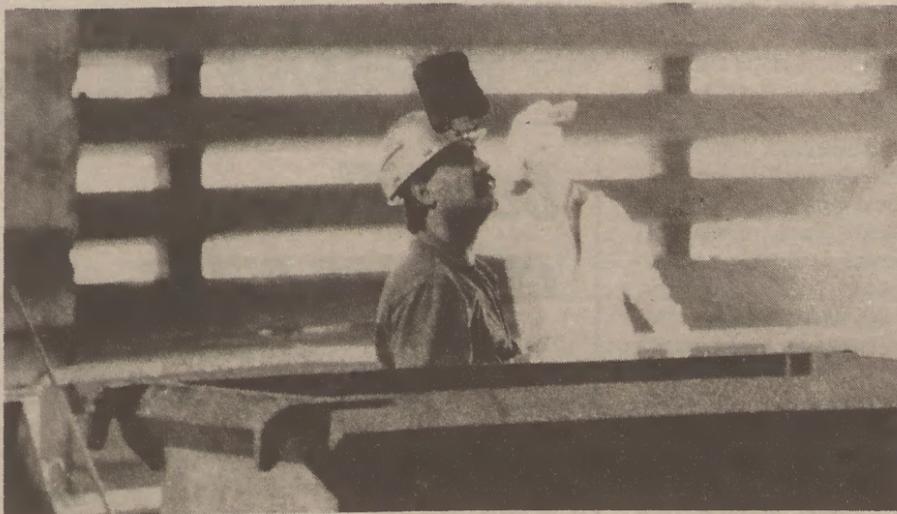
O PE continua a dispor de poderes muito limitados, na sua maioria consultivos; a sua maior "arma" é o direito de veto ao orçamento comunitário.

Toque de finados para a Siderurgia Nacional

A redução em mais de 1500 efectivos, até 1996, do número de trabalhadores da Siderurgia Nacional, é um dos pontos mais gravosos do 'dossier' debatido em Bruxelas pelos ministros da Indústria da CEE, numa sessão dominada pelas questões relacionadas com a reestruturação da indústria siderúrgica comunitária.

À hora do fecho desta edição, desconhecia-se o resultado da reunião, mas a grave crise que afecta o sector, evidenciada pelas sucessivas quedas de vendas (mais de 5,5 por cento este ano, em consequência da concorrência do aço de países terceiros), leva a crer que Portugal não será poupado aos 'cortes' pretendidos pelos Doze.

Na opinião dos responsáveis comunitários, a baixa da produção é a única via capaz de salvar o sector de um processo de falências indiscriminadas e incontroladas, pelo que apelaram já aos industriais para submeterem às instituições comunitárias os respectivos planos de redução das suas capacidades de produção.



Futuro negro para os trabalhadores da Siderurgia, com o desemprego no horizonte

Portugal, ao contrário da generalidade dos restantes parceiros europeus, é deficitário em produtos siderúrgicos, tendo o saldo negativo em 1992 sido traduzido em 76 milhões de contos, equivalentes a 1,8 milhões de toneladas. O mercado português - que absorve 75,7 por cento das vendas da Siderurgia Nacional

(SN) - é actualmente o único em crescimento na Comunidade; no ano passado, a produção da SN situou-se em 741 mil toneladas, o que representa apenas 0,56 por cento da produção comunitária.

De acordo com o plano de reestruturação da SN apresentado pelo Governo em Bruxelas, o abandono das linhas de

produção e processos tecnológicos tidos como inadequados, bem como outras alterações, levarão a um "ajustamento progressivo dos efectivos humanos" nos próximos três anos. Ou seja, a despedimentos.

Segundo a Lusa, ao abrigo do plano de reestruturação da empresa, os trabalhadores perderão os respectivos postos de trabalho ao ritmo de 545 em 1994, 702 entre 1994 e 1995 e 272 em 1996. Os despedimentos, que o Governo considera indispensáveis para a sobrevivência da empresa, deverão decorrer de forma a que o número de trabalhadores diminua para 1410 até 1997, refere o plano.

Dentro da lógica comunitária, o sacrifício dos trabalhadores da Siderurgia Nacional é um mal menor.

Na lógica do Governo, é condição indispensável para a reestruturação e saneamento da empresa (com custos estimados em 103 milhões de contos) permitam assegurar o principal objectivo em vista: a reprivatização.

Produção industrial continua a baixar

A produção industrial voltou a baixar em Junho na CEE, anunciou a semana passada o departamento estatístico das comunidades europeias (Eurostat).

Entre Junho de 1992 e Junho deste ano, o índice da produção industrial baixou 7,8 pontos percentuais. Em Portugal, o decréscimo foi de 2,2 por cento.

Em Maio último, a produção comunitária baixou 4,2 por cento, comparativamente ao mesmo mês do ano passado.

De acordo com o Eurostat, a quebra, influenciada pela baixa produção verificada na Alemanha, atinge maiores proporções no sector dos bens de investimento. Pelo contrário, a indústria de construção civil registou uma ligeira subida de 0,5 por cento durante o segundo trimestre deste ano.

Sempre segundo a mesma fonte, no decurso do mesmo período, os três grandes sectores da economia registavam baixas de 1,3 por cento (bens intermediários), 1,6 por cento (bens de investimento) e 0,5 por cento (bens de consumo).

Nos Estados Unidos, a produção de bens intermediários e de investimentos subiu, respectivamente, 0,6 por cento e 1,1 por cento, enquanto o índice relativo aos bens de consumo baixou 0,4 por cento.

Em defesa de Cuba

O embargo contra Cuba e a famigerada lei "Torricelli" estiveram em debate no PE na semana passada. O relatório sobre a questão - relatório Melandri - teve, na opinião do eurodeputado comunista Rogério Brito, uma grande virtude: a de não pretender "formatar as consciências nem formatar os sentimentos em relação à política cubana", mas afirmando "de forma inequívoca o direito dos povos a exercerem a sua soberania, o direito a imporem e a exigirem o respeito pelos convénios e pelo direito internacional", e sobretudo o de afirmar que está "em causa o direito de um povo a sobreviver com dignidade, independentemente dos regimes e dos juízos de valor que deles fazamos".

Um relatório muito pouco ao gosto dos norte-americanos, como se vê, mas em que o PE assume claramente a disposição de não aceitar que, "em nome dos direitos humanos, se estrangule uma economia, se prive um povo de bens essenciais de subsistência, como são os alimentares, os energéticos ou os sanitários", como disse o deputado comunista.

Começa finalmente a ganhar força na Comunidade o que desde há muito defendem os comunistas, ou seja, que recusam conferir aos EUA o papel de guardiões da democracia e dos direitos humanos, sobretudo quando, assumindo esse papel, atentam contra os direitos mais elementares.

INTERNACIONAL

Somália

A Câmara de Representantes dos Estados Unidos rejeitou uma proposta da administração Clinton para criação de um fundo de 30 milhões de dólares para operações das Nações Unidas nas zonas de conflito.

Na mesma altura, a Câmara dos Representantes rejeitou outra proposta visando dar um contributo de dez milhões de dólares para a construção de um centro de comando, controlo e comunicações nas Nações Unidas, e que autorizaria o Pentágono a treinar unidades estrangeiras para operações de "manutenção de paz".

A rejeição pelo Congresso destas propostas da administração Clinton, incluídas na proposta do orçamento da Defesa para 1994, traduzem um visível descontentamento não só com a actual operação da ONU na Somália, mas com aquilo que muitos congressistas consideram como o "deslizar" de uma tradição de liderança mundial para um conceito de multilateralismo sob a alçada das Nações Unidas.

Uma proposta anteriormente votada, apoiada por republicanos e democratas, pede ao presidente Clinton que apresente até 15 de Outubro um relatório detalhado sobre a operação em curso na Somália, e que peça autorização ao Congresso, até 15 de Novembro, para manter tropas americanas naquele país.

Zaire

Amnistia Internacional (AI) denunciou, há dias, o assassinio e tortura de milhares de pessoas no Zaire.

Num documento divulgado em Londres, a AI diz que a crise dos direitos humanos no Zaire passa pela violência das próprias forças de segurança do país, governado pelo presidente Mobutu Sese Seko.

Segundo a AI, a violência tem vindo a aumentar desde 1990, tendo sido assassinadas centenas de pessoas. Muitas das vítimas "desapareceram".

Em 22 de Fevereiro do presente ano, cerca de 52 pessoas desarmadas, entre as quais crianças, terão sido mortas por disparos da guarda presidencial de Mobutu.

A AI denuncia que, desde que Mobutu assumiu o poder, em 1965, as forças de segurança do país estão a seu cargo e gozam de total impunidade, apesar de serem responsáveis por múltiplos actos de violação dos direitos humanos, desde o assassinato à tortura.

Haiti

Jean Bertrand Aristide, presidente do Haiti deposto por um golpe militar, denunciou um segundo golpe de Estado no seu país, pela perseguição a que estão a ser submetidos os democratas e o novo governo.

Em carta enviada à agência noticiosa espanhola EFE, Aristide responsabiliza o chefe das forças armadas e da polícia de assassinios e total paralisação do governo no país.

"A nossa oportunidade para a paz recai no respeito total do acordo da Ilha dos Governadores com a substituição do chefe militar e o total regresso à ordem constitucional", afirma Aristide.

Aristide denuncia os ataques sistemáticos ao novo governo, que havia assumido o poder duas semanas antes, afirmando que os ministros e altos funcionários se encontram ameaçados de morte por homens armados.

"Os líderes das forças armadas do Haiti e da polícia tiveram êxito em orquestrar mais um golpe de Estado contra o novo governo constitucional do Haiti", denuncia.

E adverte que "este golpe ameaça a preciosa oportunidade para uma democracia duradoura no Haiti aprovada em 3 de Julho", na Ilha dos Governadores, em Nova Iorque.

Ianomamis

O Congresso venezuelano condenou o "crime colectivo" perpetrado sobre 73 índios "ianomamis" e pediu castigo para os garimpeiros (pesquisadores de ouro) que participaram nos assassinios.

A condenação do Congresso, aprovada por unanimidade, solicitou ao governo e poder judicial para acelerar o processo e decidiu formar uma comissão própria para que antes de 30 dias seja apresentado um documento sobre o ocorrido com os índios "ianomamis", próximo da fronteira com o Brasil. O Congresso adoptou as versões da Sociedade de antropologia e da Igreja sobre o massacre.

Argentina

Dez mil pessoas, numa marcha encabeçada por várias centenas de dirigentes políticos, sindicais e estudantis, manifestaram-se na Praça de Maio, em Buenos Aires, contra a violência sobre os jornalistas.

Sob o lema "Pela vida, contra a impunidade", os manifestantes gritaram palavras de ordem contra o governo e exigiram esclarecimentos sobre os ataques e ameaças à imprensa.

O Sindicato dos Jornalistas denunciou que desde a chegada do presidente Menem ao poder já ocorreram mais de 300 actos de intimidação sobre jornalistas.

África

Chefes de Estado e delegações africanas de alto nível participaram, em Richmond, numa cimeira com os governadores dos 19 estados do Sul dos Estados Unidos da América.

Em discussão o comércio bilateral, oportunidades de investimento em África e intercâmbio cultural e educacional.

Dois chefes de Estado de países africanos de língua oficial portuguesa participaram na cimeira: Joaquim Chissano, de Moçambique, e "Nino" Vieira, da Guiné-Bissau, fazendo-se o presidente angolano representar pelo primeiro-ministro Marcolino Moco.

Os outros chefes de Estado africanos presentes foram os do Botswana, da Gâmbia e do Níger. O Gabão, Mali, Uganda, Namíbia, Gana, Quênia, Costa do Marfim, Benim, Zâmbia, Tanzânia, Egipto, Burkina Faso e Lesoto estiveram representados por delegações ministeriais de alto nível.

Angola

Planos de Paz e reconstrução num país em guerra

Início de uma nova fase na situação político-militar de Angola, ou mais uma manobra da Unita para ganhar tempo, num momento em que sente fugir-lhe o terreno? Todas as dúvidas são permitidas, face aos comportamentos anteriores, agora que a Unita anuncia um cessar-fogo unilateral. Cessar-fogo que não significa automaticamente o abandono das armas (e das zonas ocupadas), o reinício de conversações de paz em Angola.

No passado dia 15, o Conselho de Segurança da ONU aprovou um embargo de armas e petróleo contra a Unita, dando um prazo de 10 dias para a sua entrada em vigor, em função de uma decisão do movimento de Jonas Savimbi de abandonar ou não as armas.

O Conselho de Segurança ameaçou com sanções adicionais se em 1 de Novembro a Unita persistir nos combates, e prorrogou por três meses a presença das forças da ONU (UNAVEM) em Angola.

Na resolução, o Conselho de Segurança da ONU pediu a todos os Estados para "impedirem a venda ou o fornecimento" de petróleo e armas com destino a território angolano, sem ser nos pontos de entrada designados pelo governo de Luanda.

O Conselho de Segurança, que pediu a todos os países para se absterem de dar qualquer tipo de assistência à Unita, pretendia inicialmente a aplicação imediata das sanções militares e petrolíferas. Mas o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, pediu o seu adiamento. Uma posição que o governo angolano lamenta.

Em recente mensagem à Nação, José Eduardo dos Santos comentou: "nós saudamos a condenação da Unita, reiterada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, e a sua intenção contra esse grupo rebelde, mas não podemos deixar de expressar ao mesmo tempo a nossa grande decepção por este organismo internacional continuar a hesitar na aplicação de sanções contra quem insiste em desrespeitar as suas resoluções, em intensificar a guerra e em prolongar inutilmente o sofrimento do povo angolano".

Situação particularmente grave no momento, no quadro desta guerra, é a da cidade do Cuíto, flagelada com particular intensidade por parte da Unita, e onde, segundo diferentes testemunhos, ocorre uma chacina sistemática de quem não apoia a Unita.



A situação dos deslocados é um dos mais dramáticos problemas sociais gerados pela guerra

Uma guerra que se salda na perda de muitas vidas. Não apenas como sua consequência directa, mas através da profunda degradação da situação socioeconómica.

Em reunião alargada do MPLA, que durante dois dias juntou em Luanda 600 militantes, foi afirmado que a guerra "provocada e desenvolvida pela Unita" é

alimentação e saúde, "com particular incidência nas populações que se deslocam".

Também na sua mensagem à nação, o presidente José Eduardo dos Santos esboça um quadro da dramática situação que se vive no país, e que "afecta gravemente o tecido social, político e económico" de Angola.

livres e justas do passado mês de Setembro de 1992, buscando assim inviabilizar pelas armas a própria existência da nação angolana", referiu o presidente angolano.

José Eduardo dos Santos afirmou a necessidade de se "avançar decididamente para tornar cada vez mais vantajosa para nós a correlação de forças no campo militar, e consequentemente impor à ala militarista da Unita o respeito pela ordem constitucional, estabelecida como emanção dos acordos de Bicesse e aceitação da legalidade democrática resultante das eleições de Setembro de 1992".

E sublinhou que "as opções adoptadas prevêm já que o país possa reverter o actual estado de guerra, o declínio e regressão do desenvolvimento nacional e todas as suas consequências sociopolíticas negativas".

Para José Eduardo dos Santos, "os domínios prioritários de actuação devem ser orientados para a busca de melhoria da capacidade nacional, a criação de um clima de incentivos, a promoção do bem-estar do povo e o fomento dos sectores produtivos para a obtenção do financiamento suficiente".

O presidente angolano manifestou a confiança em que "se todos os cidadãos e todas as organizações da sociedade civil se unirem e dispuserem a consentir mais alguns sacrifícios", em "pouco tempo poderemos criar as condições necessárias que assegurem o desenvolvimento do país com paz, unidade nacional, democracia, bem-estar e prosperidade, obrigando-se a Unita a parar a guerra e a respeitar o seu estatuto de partido político civil nos termos da lei".

Cem mil crianças órfãs

Cerca de 100 mil crianças que não sabem dos pais são actualmente assistidas em Angola, revela um estudo elaborado pelo Ministério de Assistência e Reinserção Social.

Entre estas crianças, cerca de 90 mil são órfãs de pai e mãe. Não estão contabilizadas as crianças que vivem nas províncias de Bié, Uíge, Moxico e nalguns municípios de Benguela, onde o Estado não tem possibilidades de intervir.

As crianças, que estão espalhadas pelos lares de infância tutelados pelo Ministério da Assistência, constituem um dos mais graves problemas a resolver por aquele Ministério, a par da situação dos desmobilizados de guerra.

Recentemente, cerca de 130 desmobilizados de guerra concluíram uma acção de formação nas áreas de electricidade, manutenção industrial, soldadura e serralharia. Até agora concluíram formação em diferentes especialidades quase 5900 desmobilizados.

a principal razão da degradação económica do país.

"A violência da guerra da Unita tem criado instabilidade política, que dificulta a autoridade do Estado e desorganiza a administração, provocando uma situação de carência e de extrema gravidade" - afirma-se em comunicado do MPLA.

"Esta situação deriva de uma permanente degradação das condições sociais" - diz-se ainda, salientando que essa degradação se traduz, nomeadamente, em carências nos sectores da

O território "está em grande parte ocupado por bandos rebeldes, impede-se pelo terror a livre circulação de pessoas e bens, localidades e infra-estruturas económicas vitais são gratuitamente destruídas, desrespeitam-se os direitos humanos e assassinam-se em massa populações civis inocentes".

"A causa única e imediata de tudo isto é a recusa de Jonas Savimbi e da ala militarista da Unita, que ele pessoalmente dirige, em aceitar os resultados das eleições

Melhorar os salários reais é possível e necessário

Na sua reunião de 10 de Setembro, o Conselho Nacional da CGTP-IN acusou o Governo e o patronato de estarem a empolar o discurso da crise «em termos que nada têm a ver com a realidade económica e as disponibilidades financeiras do País, procurando criar um clima de insegurança e receios entre os trabalhadores com vista a reduzir a sua capacidade reivindicativa». A central insiste em que «a melhoria das condições sociolaborais dos trabalhadores é de todo compatível com a situação económica do País e a capacidade das empresas» e coloca à cabeça das suas reivindicações para 1994 o crescimento dos salários reais.

Num documento que distribuiu à comunicação social, a *Inter* põe alguns pontos nos ii quanto a esta matéria, respondendo à tentativa do Governo e do patronato de impor salários baixos a pretexto de defender o emprego e de impor a limitação de direitos a pretexto de garantir os salários.

Salários e emprego

O patronato, recorda-se no documento, sempre opôs o emprego aos salários e aos direitos dos trabalhadores, isto é, sempre opôs o emprego ao seu exercício em condições de dignidade social.

Em situações de crise, esta falsa contradição é amplificada. Na fase actual, este efeito sente-se ainda mais, com o conhecido impacte dos meios de comunicação de massas, onde o argumento da crise é explorado até à medula. A ameaça do desemprego e da desprotecção social é agitada sobre os trabalhadores para que abdicem dos salários e dos direitos.

O patronato e os seus governos, sempre que pretendem pôr em causa direitos sociais e do trabalho, prometem mais empregos. Apresentam planos que, como na fase actual, se limitam a meras medidas de gestão do desemprego, suportadas pela diminuição do nível de vida e de protecção dos trabalhadores. Passados uns tempos, verifica-se que tais medidas criadoras de postos de trabalho, afinal, não criaram mais emprego e o desemprego continuou a aumentar. O patronato invocará então novas dificuldades e os trabalhadores já estarão, entretanto, mais enfraquecidos.

Os trabalhadores e os sindicatos, afirma a CGTP, nunca se furtaram, nem se furtam hoje, a discutir com empenho propostas fundamentadas e sérias. Mas reafirmam a sua oposição a uma política assente no desemprego, em baixos salários, na ausência de direitos e baixa protecção social, por nunca foi, não é, nem será alguma vez essa a base de um modelo de modernização e desenvolvimento duma sociedade.

Os salários em Portugal

Em Março deste ano, refere o documento do Conselho Nacional da CGTP, o salário médio em Portugal não chegava aos 90 contos, valor a que se opõem os resultados de um estudo da Markttest recentemente publicado no «Expresso» indicando que o montante mínimo mensal que uma família de 4 pessoas necessita para viver são 202 contos. «Mesmo que num tal agregado familiar existam 2 pessoas a trabalhar, o que o rápido crescimento do desemprego põe em causa, vê-se bem a exiguidade dos rendimentos provenientes do trabalho assalariado» - comenta a central.

Entretanto, a distribuição dos salários por níveis de qualificação, a partir de dados oficiais, mostra que mais de 80 por cento dos trabalhadores ganha menos de 85 contos e que mais de 40 por cento ganha menos

de 70 contos, enquanto 6,1 por cento dos trabalhadores ganha o salário mínimo.

A CGTP acusa o Governo não apenas de ignorar os baixos salários praticados no País, como de esquecer que estão a crescer, e não a reduzir-se, as desigualdades económicas e sociais resultantes da distribuição da riqueza e do rendimento. Enquanto se agravam as condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, são patentes sinais de ostentação e novo-riquismo, nomeadamente no escandaloso aumento da procura de bens de luxo.

Na repartição do rendimento nacional, a parte dos salários passou de 59,3 por cento, em 1975, para 43,2 por cento em 1992, segundo dados do Banco de Portugal.

deveria crescer a ritmo mais acentuado que as restantes remunerações, por imperativo de natureza social», princípio que foi aceite pelo Governo e pelo patronato e consta do Acordo Económico e Social.

Reafirmando que o salário mínimo deve ter um efectivo papel de combate aos baixos salários, a CGTP defende a sua urgente reactualização, tendo em conta que:

- para 1993, a CGTP reivindicou, com a devida fundamentação, um salário mínimo nacional de 55 mil escudos,

- desde Janeiro, o salário mínimo já perdeu poder de compra, designadamente devido ao aumento imposto pelo Governo, de apenas 6,5 por cento,

- a todos os trabalhadores que auferem o salário mínimo deve ser garantido o direito aos subsídios de férias e de Natal.

O valor do salário mínimo

O salário mínimo nacional, criado em 1974, logo depois da revolução, começou por ser fixado em 3300 escudos e é hoje de 47 400.

Se a actualização deste valor fosse feita de acordo com a evolução do custo de vida, o salário mínimo seria hoje de 69 contos.

Mas a verdade é que ele não só não acompanhou o custo de vida, como ficou também abaixo da evolução dos salários: em 1985 (início dos governos de Cavaco Silva) o salário mínimo valia 64 por cento do salário médio, e em 1992 representa apenas 54 por cento. Entre 1986 e 1993, refere a CGTP, o salário mínimo cresceu sempre menos que os salários em geral (excepto em 1989, quando houve uma revisão intercalar). Se o salário mínimo crescesse tanto como o salário médio, seria hoje superior a 55 contos.

Para a CGTP, isto representa «a subversão completa do princípio de que o salário mínimo

Os dois discursos da produtividade

A CGTP acusa o Governo de ter dois discursos para tratar a evolução da produtividade:

- quando se trata de política de rendimentos (e se exige que os aumentos salariais acompanhem o crescimento da produtividade), o executivo *laranja* afirma que a produtividade cresce em Portugal abaixo da média da Comunidade Europeia;

- mas já admite o contrário no documento «Preparar Portugal para o Século XXI - Análise Económica e Social», onde reconhece haver um crescimento da produtividade no País «significativamente acima do registado pelos nossos parceiros comunitários» e que «cerca de 80 por cento do crescimento do produto decorreu do aumento da produtividade do trabalho, devido não só à melhoria das condi-

ções de produção, designadamente as relacionadas com a modernização e o crescimento do stock de capital, mas também à gradual melhoria da qualificação dos recursos humanos».

A CGTP salienta que os custos do trabalho por unidade produzida têm vindo a baixar, e a um ritmo superior ao verificado, em média, na Comunidade, o que retira fundamento à afirmação de que os aumentos dos salários fariam crescer a inflação.

O próprio Governo reconhece, no já citado «Preparar Portugal...», que as remunerações dos assalariados têm no nosso país «um peso bastante inferior ao que se verifica na Comunidade, enquanto que o excedente líquido de exploração é bastante mais relevante».

Reivindicações para 1994

Em relação à política salarial para o próximo ano, a CGTP defende que o crescimento dos salários reais deve ser o critério fundamental. Para definir em concreto as reivindicações a apresentar ao patronato e ao Governo, devem ser tidos em conta cinco factores:

- a inflação verificada (com habitação) no período de vigência dos contratos e previsões sólidas e fundamentadas da sua evolução no ano que se inicia;

- os ganhos de produtividade em cada sector;

- a necessidade de aproximar os salários portugueses aos valores médios comunitários;

- o peso da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores;

- a reposição das perdas salariais verificadas em 1993 nos sectores onde as actualizações salariais ficaram abaixo do agravamento do custo de vida.

A central considera necessário travar a inflação, mas ressalva que:

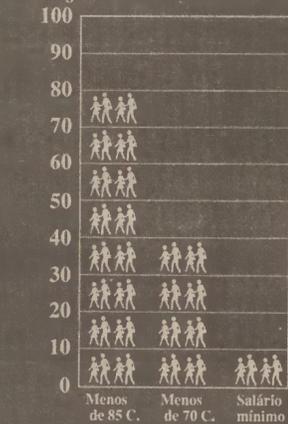
- o Governo faz sistematicamente previsões da inflação na base de valores baixos, com o objectivo de conseguir a contenção salarial;

- são essencialmente os trabalhadores quem está a pagar a factura da desinflação, na base das políticas que têm sido seguidas;

- a prioridade à «convergência nominal» está a provocar graves custos económicos e sociais e a ser relegada para segundo plano nas políticas comunitárias.

Os salários dos portugueses

Porcentagem



Mais de 80 por cento dos trabalhadores portugueses, ganha menos de 85 contos. Mais de 40 por cento dos trabalhadores portugueses ganha menos de 70 contos. Ganha o salário mínimo nacional (47 400 escudos) 6,1 por cento dos trabalhadores portugueses.

Evolução do salário mínimo e do salário médio

ANO	SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL	AUMENTO DOS MÍN.	AUMENTOS SALARIAIS (%)	O QUE DEVERIA SER O S. M. N. (*)
1985	19 200\$00	23,1%	21,0%	
1986	22 500\$00	17,2%	18,2%	22 700\$00
1987	25 200\$00	12,0%	16,2%	26 400\$00
1988	27 200\$00	7,9%	9,8%	29 000\$00
1989	30 800\$00	13,1%	12,6%	32 600\$00
1990	35 000\$00	13,8%	17,3%	38 200\$00
1991	40 100\$00	14,8%	17,9%	45 100\$00
1992	44 500\$00	11,0%	14,4%	51 600\$00
1993	47 400\$00	6,5%	8,0%	55 700\$00

(*) Segundo a evolução do salário médio referida no relatório do Banco de Portugal, excepto em relação a 1993.

A Europa cada vez mais longe

É falsa a ideia de que haja uma aproximação dos salários portugueses à média comunitária, afirma a CGTP, contestando aqueles que pretendem demonstrar que houve tal aproximação por ter havido um crescimento dos salários reais em Portugal acima da média dos doze.

Só que, na verdade, até 1989, os salários reais dos portugueses não cresceram mais do que a média dos salários europeus e, no período entre 1990 e 1992 o crescimento superior à média da CE é mais ilusório do que real, pois os salários dos trabalhadores portugueses são muito mais baixos.

No documento saído do Conselho Nacional aponta-se um exemplo: um trabalhador português, com um salário de 80 contos, obtém um aumento real de 3 por cento; no mesmo período, um «europeu», que ganha um salário quatro vezes superior, consegue apenas um aumento real de 1 por cento; feitas as contas, se a diferença inicial era de 240 contos, depois do aumento fica em 240 800 escudos.

Onde se perde a competitividade

Para a CGTP, não depende essencialmente dos salários a melhoria da competitividade das empresas. A existência de perda de competitividade, ela deve-se a outras razões como, entre outras:

- o custo do capital (elevados encargos financeiros);

- a política do «escudo forte»;

- a baixa produtividade que resulta de o aparelho produtivo não ser modernizado e de os processos de gestão serem desadequados;

- à baixa qualificação da força de trabalho;

- à mentalidade de lucros rápidos e especulativos, prevalecente em muitos empresários;

- à não aplicação dos lucros em actividades produtivas;

- à falsa ideia de que Portugal é um país de serviços e não precisaria de uma base industrial sólida nem de uma agricultura própria.

A Segurança Social e as pensões e prestações

No documento do Conselho Nacional da CGTP é afirmada a necessidade de «defender, moralizar e melhorar a Segurança Social». Para a *Inter*, «há dificuldades, mas é possível aumentar as pensões e prestações sociais».

Dificuldades

Afirmado conhecer bem a origem das dificuldades da Segurança Social, as debilidades do sistema, mas também as suas capacidades, a CGTP mostra como é possível ultrapassar os problemas, pagar melhores pensões e prestações sociais «com serenidade ir-se fazendo a evolução do sistema»:

- o Governo deve cumprir os compromissos do Estado para com a Segurança Social, de acordo com as leis vigentes (a dívida do Estado, desde que Cavaco Silva é primeiro-ministro, atinge 360 milhões de contos);

- o patronato deve fazer regularmente a entrega dos descontos de todos os trabalhadores, de acordo com os salários, e deve pagar centenas de milhões de contos de dívidas;

- o Governo não deve utilizar indevidamente os dinheiros da Segurança Social.

Se houver medidas de moralização e defesa do sistema e, acima de tudo, se houver uma outra política de emprego que crie mais postos de trabalho e elimine o emprego clandestino, a Segurança Social será estável e duradoura e será possível pagar melhores pensões e prestações sociais.

Escandalosamente baixas

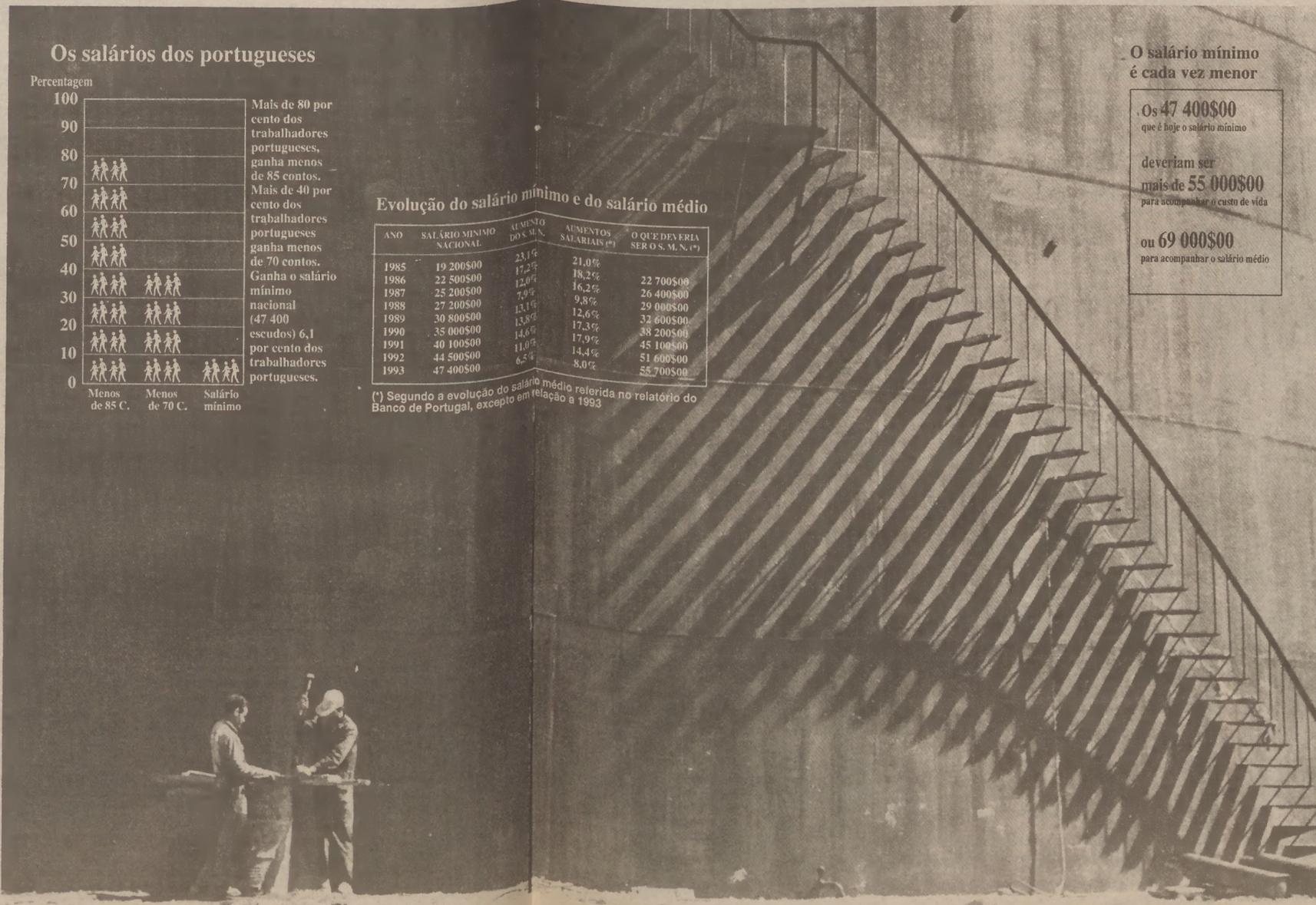
As prestações pagas pela Segurança Social têm, em geral, um nível bastante baixo, particularmente no que toca a pensões de reforma: a pensão mínima do regime geral não chega a um terço do valor do salário de base e a grande maioria das pensões tem um valor próximo ou idêntico ao da pensão mínima.

A relação entre a pensão mínima e o salário de base não se tem alterado nos últimos anos; face ao salário mínimo, registou-se uma aproximação, mas ela deve-se aos baixos aumentos do salário mínimo, com o objectivo de travar o crescimento dos salários em geral.

Propostas

O Conselho Nacional da CGTP defende uma actualização das pensões de reforma tendo em conta o seu baixo valor actual, a necessidade de aproximação aos salários e a evolução do custo de vida e dos rendimentos salariais em 1993. As pensões de reforma devem ter um aumento mínimo de 4 mil escudos e nunca inferior ao crescimento dos salários nominais no presente ano.

Também o aumento das prestações familiares não deve ser inferior ao crescimento dos salários, defende a CGTP. A central propõe um novo regime para o abono de família, cujos aumentos têm sido tão irrisórios (130 escudos em 1993) que lhe retiram qualquer significado; para que efectivamente tenha um papel muito importante numa política de apoio às famílias de baixos rendimentos, a *Inter* defende que o abono de família nunca seja inferior a 10 por cento do salário mínimo nacional por cada beneficiário.



O salário mínimo é cada vez menor

Os 47 400\$00
que é hoje o salário mínimo
deveriam ser
mais de 55 000\$00
para acompanhar o custo de vida
ou 69 000\$00
para acompanhar o salário médio

Combate ao narcotráfico

(Hipocrisias e contradições)

1. O tráfico mundial de drogas alastra a novas zonas, assumindo proporções alarmantes. Com um movimento anual de 300 a 500 mil milhões de dólares, tornou-se um dos principais negócios do mundo, apenas superado pelo negócio das armas.

Uma grande parte destas colossais somas são branqueadas pelos traficantes, colocando-as no circuito normal dos negócios - atingindo segundo dados recentes valores entre 15 e 23 milhões a nível mundial - transformando a liquidez em investimentos que mais tarde voltam a reverter, exercendo uma enorme influência económica e política.

O tráfico de droga e o branqueamento de capitais estão profundamente ligados ao sistema capitalista que coloca o lucro como valor acima de todos os outros e que utiliza mesmo, muitas vezes, a chamada estratégia para combater estes fenómenos como pretexto para medidas de restrição às liberdades e aos direitos dos cidadãos e para a concretização dos seus propósitos imperialistas.

2. O enorme aumento do tráfico de droga e do branqueamento de capitais não tem sido acompanhado de medidas coerentes e eficazes para lhe fazer frente. A muitos níveis do poder à escala internacional e em cada um dos Estados não existe a vontade política de tomar e aplicar essas medidas.

É também um facto historicamente comprovável que o capitalismo nunca mostrou escrúpulos no cumprimento da própria legalidade que estabelece, violando-a sempre que isso corresponda à defesa dos seus interesses de classe.

O tráfico de droga, o branqueamento de capitais está integrado em vastas redes que dominam sectores económicos inteiros, a economia de alguns países e partes significativas do sistema financeiro internacional. Os traficantes de droga e as diversas mafias, confundem-se e associam-se com serviços secretos, multinacionais e pessoas dos mais elevados níveis do poder político de alguns dos mais importantes Estados capitalistas, incluindo

aqueles que aparecem a declarar solenemente propósitos de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Muitos exemplos comprovam estas ligações. O escândalo do BCCI cujo principal accionista o Xequê Al-Nahyan, chefe do Emirado de Abu Dhabi, aliado dos EUA na guerra do Golfo, que tinha como seus clientes pessoas e entidades como Ferdinando Marcos, Plabo Escobar e a CIA, o escândalo dos bancos Ambrosiano e do Vaticano e as ligações da banca, do poder político e dos serviços secretos à Máfia e ao narcotráfico em Itália, são alguns casos significativos.

Exemplo desta profunda ligação do sistema capitalista com o tráfico de droga e o mundo do crime é também a evolução dos países de Leste e da ex-URSS, países que com a marcha forçada para o capitalismo se estão a transformar num enorme espaço de produção, tráfico e consumo de drogas e de desenvolvimento de *gangs* e mafias ligados às redes internacionais.

3. Mas se a eficácia e a vontade política de atacar este flagelo não tem sido muita, o mesmo não se poderá dizer da habilidade com que, a pretexto do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais, o imperialismo leva a cabo um conjunto de acções ao serviço da sua estratégia de domínio mundial.

As conhecidas ligações das administrações americanas a grupos de traficantes e a coordenação entre ambos para acções em várias partes do mundo exemplificadas pelo escândalo Irão/Contras e pelos terroristas afegãos que chegaram ao poder com o apoio dos EUA e de outros países capitalistas transformaram o país num enorme campo de produção de droga, não impedem os EUA de se arvorarem em paladinos da luta contra o tráfico e de com essa cobertura se ingerirem nos assuntos dos Estados e lançarem operações militares como aconteceu com o Panamá ou com as intervenções para a chamada erradicação da produção de droga na América Latina.

O pretexto para a invasão do Panamá foi o das relações do General Noriega com traficantes de droga. No entanto a intervenção militar americana, que provocou mais de 5000 mortos, não foi motivada pelo envolvimento deste dirigente no tráfico de droga, mas sim pelo facto de a partir de certa altura este ter deixado de obedecer, e ter passado a ser um obstáculo ao propósito de domínio dos EUA sobre o canal e a região. Os resultados estão à vista - o Panamá após a invasão alargou a sua intervenção no tráfico de drogas, com soldados americanos invasores a traficar e com os bancos pertencentes aos testas-de-ferro que os EUA colocaram no poder, a branquear dinheiro citando-se hoje o Panamá como o país em que se branqueia mais dinheiro em todo o mundo.

Ultimamente partiram dos EUA campanhas contra Cuba e os mais altos responsáveis cubanos, acusando-os de ligação ao tráfico de drogas, quando se sabe que é dos poucos países que tem uma estratégia eficaz nesta matéria, que praticamente irradiou a toxicoddependência e o narcotráfico do seu território, como aliás os serviços de combate à droga dos próprios EUA reconhecem, contradizendo as operações em curso.

Entretanto, verdadeiramente escandaloso é o facto dos EUA, para além de serem hoje o maior produtor mundial de marijuana, serem o principal centro de investigação e produção laboratorial de drogas sintéticas cada vez mais nocivas, pondo a nu a dimensão da diferença entre as palavras e os actos, entre os pretextos e a verdadeira vontade de combater o narcotráfico.

4. O combate ao narcotráfico e a outras formas de criminalidade como o terrorismo têm sido também pretexto para em nome duma falsa eficácia, se justificar a criação de enormes aparelhos repressivos, viabilizar a aprovação de legislação limitadora dos direitos e liberdades dos cidadãos e justificar o atropelo às próprias leis.

No quadro de uma cooperação internacional entre os órgãos de combate ao narcotráfico que a situação exige, criam-se estruturas multinacionais completamente fora do controlo dos povos e desenvolvem-se sistemas informáticos de ficheiros de cidadãos, que podem ser manipulados com os mais diversos e inconfessáveis fins. Para além da incidência em Portugal de alguns dos processos referidos não pode deixar de merecer condenação o recente despacho que permite ao Serviço de Informações e Segurança (SIS) a intervenção nesta matéria à margem de qualquer controlo judicial.



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

O tráfico de droga e o branqueamento de capitais estão profundamente ligados ao sistema capitalista que coloca o lucro como valor acima de todos os outros.

5. A influência e a desestabilização que as somas do branqueamento provocam no sistema financeiro internacional, a existência de muita gente que quer sinceramente combater este flagelo e a pressão da opinião pública têm, apesar de tudo, obrigado à definição de orientações e à tomada de medidas.

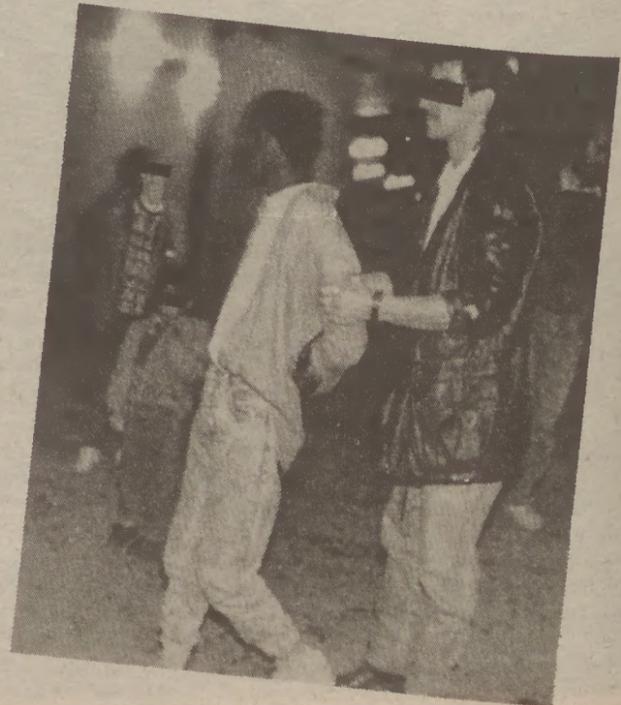
As Convenções da ONU e do Conselho da Europa são alguns dos exemplos de orientações avançadas. Em 1991 foi aprovada uma directiva da CEE no âmbito do combate ao branqueamento de capitais que veio a ter expressão no nosso país durante o corrente ano com o decreto-lei 15/93 que pela primeira vez considera o branqueamento de capitais como um crime definindo as respectivas penas e com a autorização legislativa 16/93 e o decreto-lei 313/93 elaborado ao seu abrigo que define as medidas de prevenção do branqueamento de capitais no sistema financeiro.

São iniciativas que representam passos em frente no combate a este fenómeno, apesar do atraso e de grandes insuficiências. Ficam de fora o branqueamento de dinheiro proveniente de outros negócios sujos e quanto ao branqueamento de capitais oriundos do tráfico de droga só são consideradas obrigações de prevenção em relação ao sistema bancário, aos seguros e aos correios, deixando de fora instrumentos de branqueamento como agentes de comercialização de ouro, pedras preciosas, obras de arte e antiguidades, casas de jogo (casinos e bingos) e centros de apostas, entre outros. Mas as principais limitações deste combate continuam a ser a inexistência duma vontade política global de levar efectivamente à prática medidas eficazes para enfrentar o tráfico e o branqueamento de dinheiros.

6. Somos firme e coerentemente pelo combate eficaz à toxicoddependência, ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais, mas denunciaremos qualquer atitude que a pretexto deste combate vise a limitação das liberdades e direitos dos cidadãos, ou se insira em campanhas de calúnias, ingerências e dominação no quadro da estratégia de hegemonia mundial do imperialismo.

Com a conjugação de esforços e vontades de todos os que querem combater este flagelo pensamos que é possível ultrapassar hesitações e hipocrisias, é possível passar da encenação e conseguir êxitos no combate à toxicoddependência, ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais.

Mas só uma outra organização económica e social, uma sociedade que tenha o ser humano no centro das suas preocupações estará em condições de erradicar estes tristes fenómenos sociais, garantindo uma vida digna ao Homem do nosso tempo.



"É o governo que ainda pode garantir a defesa da democracia em Angola"

— afirma Roberto de Almeida



A situação que hoje se vive em Angola é uma das mais dramáticas a nível internacional. Pelo número de vítimas em cada dia que passa. Pela devastação de um país em que não será fácil curar as profundas feridas da guerra.

Presente na Festa do Avante, o camarada Roberto de Almeida, membro do Bureau Político do MPLA, concedeu-nos uma entrevista em que nos fala da actual situação no seu país, o quadro de guerra e as perspectivas de paz e futura reconstrução de Angola.

Av - As notícias nos últimos tempos divulgadas na imprensa apontam no sentido de uma alteração da situação militar em Angola. De concreto, que se passa neste momento?

Roberto de Almeida - A situação militar em Angola apresenta-se hoje de forma muito favorável ao governo. Depois que a Unita resolveu reacender a guerra, o governo viu-se inicialmente numa situação muito difícil, pois não dispunha de um exército. As FAPLA (o exército angolano) tinham sido extintas, os combatentes acantonados e depois desmobilizados, a maior parte do armamento confiado à guarda das Nações Unidas, do corpo das Nações Unidas que está em Angola a acompanhar e a fiscalizar todo o processo democrático. Nessas circunstâncias, a única força que existia no país era a polícia nacional, e foi essa força que tivemos que opor à Unita quando ela voltou a pegar em armas.

Foi com muita dificuldade que o nosso governo conseguiu pouco a pouco reorganizar o exército. Grande parte dos combatentes tinha estado já no exército durante 10, ou 15, mesmo 20 anos, e pensavam poder finalmente reorganizar a sua vida, arranjar um emprego, constituir família, enfim, esquecer a guerra. Mas infelizmente foram esses mesmos combatentes que - numa primeira fase - tiveram que reingressar nas fileiras do exército. E só mais tarde é que reabrimos o recrutamento militar, e assim vieram novos jovens para os substituir.

Tudo isto se complicou ainda mais porque, no quadro dos acordos de paz, tinha sido aplicada a Angola a cláusula do triplo zero - que proibia o envio de armamento a todas as partes envolvidas no conflito angolano. Uma cláusula que naturalmente deveria ser aplicada apenas até à realização de eleições. Pois o governo saído das eleições teria que cumprir as suas obrigações também no domínio da defesa da soberania, da integridade territorial do país.

Não era justo, portanto, que essa cláusula continuasse a ser aplicada depois das eleições. Mas na verdade isso verificou-se e só muito recentemente é que foi levantada. A partir daí foi possível reequipar normalmente o exército nacional.

No entanto, este esforço de defesa do país não pode repousar só no exército dada a extensão do território de Angola. Assim, estamos paralelamente a tentar organizar a defesa civil. Quer dizer que a missão de defender o país deve dizer respeito a todo o cidadão válido. Tanto mais que o nosso exército é móvel. Não se fixa numa região, para a defender. Acontece às situações de perigo, em que a segurança das pessoas, a integridade territorial estão em causa. Portanto, nos locais mais pequenos, nas vilas, nas aldeias, têm que ser os próprios habitantes a organizarem-se. A verdade é que, na prática, qualquer cidadão angolano sabe manejar uma arma, porque, ao longo de toda esta guerra, disso

...sua sobrevivência. Estamos agora a retomar esse ...defesa colectiva.

Como encara o MPLA a proposta da Unita no ...um retomar do processo de paz?

Essa proposta da Unita, do nosso ponto de vista, ...que uma conseqüenciada grande pressão militar ...actualmente submetida. Desenvolve-se uma ...militar por parte do governo contra as posições ...ente ocupadas pela Unita depois das eleições. E ...ento as forças da Unita vêem-se numa posição ...sa.

...conseqüência disso, a Unita procura ganhar ...ocura lançar estes sinais de paz, que são sinais ...lores. Já anteriormente a Unita seguiu esta tácti ...mpre que se vê em dificuldades levanta a bandeir ...paz. Mas continua de facto a optar pela guerra.

Av - No comunicado oficial do governo angolano, de resposta a esta proposta, afirma-se que a aposta do MPLA é no diálogo e na paz. Que perspectivas é que há neste momento?

R.A. - Nós não excluimos a continuação de negociações, desde que sejam previamente definidas certas condições. Aliás, esta posição do governo angolano está apoiada em resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deram à Unita um prazo para evacuar as localidades ocupadas à força depois das eleições.

O nosso governo exige que - num quadro de negociações - a Unita respeite essas condições, que respeite os acordos de paz de maneira que o processo democrático possa ter continuidade em Angola, eventualmente mesmo com a realização da segunda volta das eleições presidenciais.

O governo angolano coloca também a questão do respeito pelas cláusulas do protocolo de Abidjan, aceites em grande parte pela Unita.

Em Abidjan, nas negociações realizadas em Fevereiro, já tinham sido alcançados determinados acordos, que não foram assinados apenas porque a Unita recusou a decisão de evacuar as cidades tomadas à força.

Av - No plano internacional, registou-se entretanto uma sensível alteração, favorável ao governo de Angola. Como é que isso poderá influenciar a situação em Angola e as perspectivas de paz?

R.A. - Foi muito positivo que no plano internacional se tenha vindo cada vez mais a reconhecer a justeza das posições do governo angolano e que o processo democrático em Angola passa pela consolidação do governo saído das eleições. Porque na prática é efectivamente esse governo que está a democratizar a sociedade angolana.

No entanto, isso não quer dizer que todo o apoio que tem sido dado ao nosso governo, no plano diplomático, se



traduza num apoio prático, no campo militar nomeadamente. O governo é que tem vindo a fazer um grande esforço para poder reequipar o exército, para poder colocar esse exército à altura de poder fazer frente às forças da Unita.

De qualquer forma, não deixa de ser bastante positivo que a comunidade internacional tenha reconhecido que o MPLA é a força que está a dirigir realmente o processo de democratização em Angola e que é o governo angolano que ainda pode garantir a defesa dos ideais democráticos em Angola.

Av - Que balanço se pode - ou não - fazer neste momento, dos custos humanos desde o reacender da guerra?

R.A. - É extremamente difícil fazer um balanço, desde que a guerra se reacendeu - e nós temos o marco de 31 de

Outubro de 92, o dia em que a Unita atacou as forças do governo na capital.

O país é muito extenso e não há informação de todos os recantos de Angola. Há zonas em que o governo não está representado, estão ocupadas pela Unita. E as notícias daí, naturalmente, nunca chegam. Mas, por informações que recebemos de pessoas deslocadas, pessoas que fogem dessas zonas, temos uma ideia de que há sérios prejuízos em vidas humanas. E durante períodos como da tomada do Huambo, ou da cidade do Cuíto, no Bié, falava-se em mil mortos por dia. Para além disso, há as mortes por fome. As pessoas estropiadas. E há os refugiados internos, que calcavam centenas de quilómetros.

Tivemos, por exemplo, notícia de um grupo de 22 jovens que saiu do Huambo, no mês de Agosto, e que conseguiu chegar a uma província de Benguela, percorrendo cerca de 400 quilómetros. Chegaram 17. E ao longo desse trajecto tiveram que enfrentar três ataques da Unita.

Av - Que se poderá dizer da situação dos deslocados?

R.A. - O principal flagelo desta guerra é a situação dos deslocados. Neste momento, temos cerca de 2 milhões de pessoas nessa situação. Pessoas que tiveram que abandonar os seus habituais locais de residência, sem nada mais que a roupa que traziam no corpo. Não têm casa, não têm qualquer modo de sobrevivência.

É essa grande massa de deslocados que neste momento está a ser objecto de alguma ajuda. Por parte de organizações não-governamentais, como o PAM (Programa Alimentar Mundial), a UNICEF e outros organismos. Mas, evidentemente, estes esforços nunca são suficientes e, sobretudo, fica o trauma nessas populações, nessas pessoas. Ficam sempre bastante perturbadas pelo muito que sofrem em toda esta tragédia.

Av - Por tudo isso, a paz é uma necessidade mais que urgente. Quando será finalmente possível a paz?

R.A. - Claro que mais tarde ou mais cedo a paz regressará a Angola. No entanto, não se pode prever uma data exacta. A situação pode sofrer desenvolvimentos muito positivos. Dependendo tudo do próprio esforço do governo angolano. Mas também do apoio, do posicionamento da comunidade internacional.

A Unita foi sempre uma força organizada de fora, para alcançar determinados objectivos em Angola. E é graças a esses apoios externos que consegue ainda provocar esta situação de guerra no nosso país.

Neste momento, a evolução internacional indica uma certa tendência à cessação desses apoios. A África do Sul, um dos apoios da Unita, está a conhecer desenvolvimentos muito positivos, no sentido da democratização, da instalação de um governo de maioria. E naturalmente aí as coisas vão mudar, também no que se refere ao apoio à Unita.

A própria administração norte-americana também modificou bastante a sua posição em relação a Angola. Tem agora uma visão muito diferente do que tinha administração

Bush. O reconhecimento do governo angolano pela administração norte-americana foi um desenvolvimento muito positivo.

Av - A guerra não irá durar eternamente. Que perspectivas há para a o pós-guerra? Que planos de recuperação?

R.A. - Temos vários projectos para a reconstrução, e, aliás, alguns deles já estavam em curso no período pré-eleitoral.

Em primeiro lugar, será necessário curar as feridas da guerra. Restabelecer a circulação por todo o país, para o que terá que ser feito um grande esforço no que respeita à reparação de pontes e estradas.

Terá que ser feita também a reabilitação de todo o aparelho económico, neste momento praticamente paralisado.

Naturalmente, terá que haver um novo esforço de desminagem do território. Novas minas estão a ser colocadas neste momento, inclusivamente nas lavras, nos campos dos agricultores.

E depois será a preocupação com a solução dos graves problemas sociais que iremos herdar desta guerra. O problema dos deslocados. Os órfãos de guerra - que ficam totalmente abandonados porque as suas famílias são dizimadas. Temos o problema dos mutilados e dos deficientes físicos em conseqüência da guerra. A falta de habitação. Enfim, há uma infinidade de problemas sociais.

Será necessária uma priorização com vista à sua resolução. O que vai exigir também o recurso à ajuda internacional. Pois não temos capacidade económica para tudo resolver sozinhos.

Os comunistas tinham razão

■ **Manoel de Lencastre**

Rápidas, foram as férias do funcionário Major, «away from it all» (longe de tudo), na Quinta dos Malvêdos — a Guarda Republicana, e não só, velando pela segurança do visitante em terras bem portuguesas, mas de usufruto inglês. Rápidos, igualmente, são os estonteantes acontecimentos de todos os dias na sociedade pasmosa a que preside o actual ocupante do n.º 10 da Downing Street, como vamos já ver.

Mamãs inglesas

Mãezinhas modernas vivendo na afluenteíssima Dorking, no Surrey, resolveram gozar também as suas férias. Mas em circunstâncias mais excitantes, por certo, do que as do primeiro-ministro. Arrancaram. Maridos, já não tinham. Quanto aos filhos (sete crianças no total, incluindo um bebé de 9 meses) deixaram-nos em casa na convicção de que alguém lhes ouviria os gritos e os choros, e acudiria. Foi a vizinhança, evidentemente, quem chamou a polícia. Para onde teriam ido as mamãs? Veio a descobrir-se que para Valência, para Almeria, para os batuques alucinantes da música do «bacallao», para as múltiplas práticas inerentes às festas da juventude espanhola dos nossos tempos as quais se iniciam nas tardes de 5.ª-feira e terminam, sem interrupção, na madrugada da 2.ª-feira seguinte. Claro que as substâncias excitantes que, entretanto, se tomam, afastam o sono.

E o delírio é contínuo.

Prisões inglesas

A privatização das prisões é assunto interessante. O governo Major, desejoso de fugir às despesas (e às responsabilidades) é todo a favor de penitenciárias dirigidas por empresas particulares. Fala-se em entregar a essas companhias a direcção de, pelo menos, 12 estabelecimentos prisionais e os salários do pecado transformar-se-ão, vertiginosamente, em lucros avantajados. Mas a trajectória da primeira prisão privada (Wolds) não tem sido famosa. Apesar de funcionar a 70%, apenas, da sua capacidade enquanto as instituições públicas albergam o dobro dos ocupantes para que foram criadas, «Wolds» já regista 13 desordens no seu interior e 37 dos seus carcereiros privadíssimos foram objecto de ataques por parte dos presos. Refira-se, todavia, um inovador elemento de progresso: na prisão privada, os guardas tratam os detidos por «mister». Já é alguma coisa...

Hospitais ingleses

Quatro dos mais conhecidos hospitais da região de Londres receberam ordens imperativas para cancelarem a realização de operações cirúrgicas. Estranho? Num mar de dívidas, os estabelecimentos hospitalares já não dispõem de recursos financeiros que lhes permitam funcionar com normalidade. O «Royal London Hospital», o «Royal National Orthopedic», o «Royal Ear, Nose and Throat», todos da capital inglesa, assim como o «Haverng Hospital», em Essex, só atendem emergências ou doentes que atinjam os 18 meses na lista de espera.

Polícias e ladrões ingleses

A polícia de Bedford realizou uma vasta operação contra os bandos

que se dedicam ao furto de automóveis, tendo conseguido prender 130 suspeitos, quase todos jovens, incluindo um rapaz que teria roubado para cima de 100 veículos. Em 1992, registaram-se nada menos de 1 542 106 crimes, envolvendo automóveis em Inglaterra, o que atesta claramente da crise social que se vive neste país. Bom para as fábricas de automóveis. Mau para as companhias de seguros. Mas o capitalismo é assim. Não admira que o funcionário Major tivesse resolvido refugiar-se por algum tempo na Quinta dos Malvêdos.

Campeonato a sério

O «campeonato» do desemprego prossegue e os últimos resultados anunciados revelam-se significativos. Na Alemanha: Mercedes, 22 400; Telekom, 30 000. Na Suíça: ABB (Asea Brown-Boveri), 47 000. No Japão: NTT, 32 000. Nos Estados Unidos: Kodak, 10 000; General Electric (divisão de motores a jacto), 5000. Na Grã-Bretanha: estudantes à procura do primeiro emprego inexistente, 17 500 (10,6% do total saído das escolas no final do ano lectivo).

Não mais privatizações, não mais capitalismo!

A Polónia, dizem-nos, está rica. O sector privado da sua economia é o mais desenvolvido da Europa de leste. Trabalha (?) ali uma verdadeira multidão de empreendedores, gente entre os 36 e os 45 anos de idade, os esperados «capitalistas de amanhã». Mas como não têm capital e não dispõem de crédito nos Bancos, manifestam a sua destreza de homens de negócios vendendo cachorros e salsichas nos quiosques das principais artérias das cidades. Existirá algum futuro nesses empreendimentos? Por outro lado e apesar da recente desvalorização do «zloty» em 8%, a actividade na Bolsa de Varsóvia, feérica, fez com que o índice dos valores das acções cotadas (apenas 19) saltasse de 635 pontos, há um ano, para 7001,1, actualmente. Não é assim, portanto, que se constrói riqueza? A febril e louca actividade do casino bolsista da capital polaca conduziu recentemente a tal elevação nos valores da fábrica de vidros Irena que os respectivos investidores receberam 30 contos por cada mil escudos lá metidos. Não é isto enriquecer? Marx, temos de concordar, com os caixeiros-viajantes do capitalismo, está perfeitamente ultrapassado.

Já o povo polaco não vê as coisas assim. Parece ter poucas dúvidas quanto às promessas e às realidades do

capitalismo. As eleições registam ganhos, dos chamados ex-comunistas, a Aliança da Esquerda Democrática. Vimos, há dias, o «grande democrata», Walesa, produzir uma conferência diante da TV polaca na qual desenvolveu uma «profunda lição» sobre a economia do mercado e o pluralismo político. Mas achámo-lo nervoso. Preocupadíssimo. O povo polaco deu-lhe a resposta — privatizações e capitalismo, mais, não! Os comunistas polacos, apesar dos seus erros, parece que tinham razão.

Afeganistão exangue

A revolução no Afeganistão tornara-se inevitável. Ganhou, rapidamente, o sentir do país. Os camponeses perceberam que uma nova era se abria diante de si. Como cogumelos, surgiram professores e novas escolas. Kabul, preparou-se para rejuvenescer e erguer-se ao nível de qualquer grande capital.

Já sabemos que os comunistas se dividiam em duas facções. E que nas horas graves em que a revolução, vítima de múltiplos e criminosos atentados, corria fatal perigo, a URSS, talvez menos lucidamente nas circunstâncias à vista, tentou salvar o futuro socialista do povo afegão. O resto é do conhecimento geral.

Pela mão de Washington e das democracias (?) ocidentais, os «mujahidin», encharcados no sangue de milhares de vítimas dos seus hediondos crimes, entraram em Kabul. Mas hoje, a capital do Afeganistão é conhecida como a cidade da morte, o que nos não surpreende, e qualquer pessoa razoável reconhece que o regime de Najibullah, comparado com o que existe agora, era, afinal, o paraíso — o inferno surgiu com a chegada dos «democratas» e defensores da liberdade, os «mujahidin» assassinos.

Doze exércitos diferentes lutam diariamente pelo poder ou por certas zonas de influência, em Kabul. Em 10 dias de combates, em Maio passado, pereceram mais de 1000 civis inocentes. Hospitais e asilos, arrasados, acham-se abandonados. Kabul desfaz-se em mil pedaços. Os serviços de electricidade só esporadicamente funcionam. Mas, na realidade, para que querem os «democratas» a electricidade? Levaram as trevas ao seu povo. E não era esse o objectivo?

Hekmatyar é, oficialmente, o primeiro-ministro. Contudo, parece que não se atreve a entrar em Kabul porque Rabbani, o presidente do país e chefe do partido Hisb-i-Islami, o não permite. É Ahmed Shad Masoud, o implacável, mas conhecido no Ocidente como um moderado (?), quem está de posse das ruínas que constituem, hoje, o centro da capital afegã. E uma das

poucas pessoas educadas e humanas que ainda persistem em viver na esburacada e exangue cidade teria desabafado a sua revolta ao correspondente do «The Observer», nestes termos:

«A única coisa a fazer com estes chefes políticos, seria colocá-los todos a bordo de um avião e chutá-los, depois, pela porta fora.»

Os comunistas do Afeganistão tinham razão. E apesar dos seus próprios problemas, provaram ser aquilo que, precisamente, nunca deixaram de ser: gente civilizada, progressista, patriótica. O seu único crime foi o de quererem bem ao desgraçado povo de que são filhos. Na sua titânica luta, depararam com forças que não puderam vencer. Encontraram-se sozinhos. E tudo se diluiu. Mas regressarão para recomençar. E na hora da verdade, o triunfo pertencer-lhes-á.

Uma operária com problemas (5.ª parte)

Relutantemente, o director da prisão concedeu a visita de Annie ao esposo, o preso Bob Bannister. Tinha vindo de muito longe aquela visitante, do coração das «highlands», e as penitenciárias também têm a sua moralidade. Assim, acompanhada por dois guardas, Annie viu-se conduzida através dos frios corredores que ligavam o edifício anexo ao conjunto prisional propriamente dito.

Abriu-se uma porta e introduziram-na, enfim, no enorme salão de visitas dos presos da categoria «A», os considerados mais perigosos.

De forma rectangular, o comprido espaço dividia-se em dois, por uma parede de vidro transparente que distanciam os reclusos das suas visitas. Portanto, presos e familiares, sentando-se em minúsculos compartimentos opostos que a parede de vidro separava, viam-se mas não podiam tocar-se. Para conversarem utilizam telefones. Annie notou a presença de diversos guardas que, chamados de emergência para aquela visita inesperada, se espalhavam pela sala, falando em voz baixa e fumando. Abriu-se uma outra porta.

E dela surgiu o preso, que a esposa, sentada na divisória que lhe fora indicada, reconheceu de pronto. Vinha com um guarda corpulento de cuja cintura pendia um enorme molho de chaves.

Alto, Bob Bannister aparecia como o homem orgulhoso que sempre fora. Barbeado, os cabelos loiros e lisos muito bem penteados. Mas a camisa, às riscas brancas e vermelhas, não tinha botões e as mangas, compridíssimas, caíam-lhe muito abaixo das mãos. Segurava as calças de flanela castanha com uma corda. Nos sapatos não existiam atacadores.

Surpreendido pela visita da mulher, o preso foi sentar-se diante dela e produziu-se, então, um poderoso instante de silêncio. Depois, ambos pegaram os telefones.

«Nunca me escreveste. Já lá vão seis anos», disse a operária, tremendo.

«E tu? Nunca vieste visitar-me...»

Segurando nervosamente os auscultadores, deixaram tombar o olhar no vazio, mas uma tumultosa multidão de acontecimentos já lhes dançava no imaginário.

«Traz-me aqui um grave problema», disse Annie. «Talvez possas aconselhar-me.»

«Bateram-te à porta os do Banco?», perguntou Bob sentindo que se lhe ruborizavam as faces enquanto as pernas, por um curto instante, pareciam enfraquecer. Ela, pelo contrário, achou-o lívido, mas descobrindo-se mais perto da verdade, esclareceu com estranha calma:

«Pior. Levaram-me à falência.» E avançou a pergunta fundamental: «Mas como sabes tu, afundado neste sítio horrível, que me bateram à porta os do Banco?» Ele, já tinha recobrado a tranquilidade.

«Fui eu, Annie, fui eu. Já te explicou.»

E puxando de uma caixinha de lata onde guardava o tabaco e o papel de mortalha, começou a fazer um cigarro enquanto os guardas, roçando-se pelas paredes de ambas as divisões de salão e deixando escapar roucas gargalhadas contavam entre si histórias antigas de presos já desaparecidos. Infelizmente, não conheciam outros assuntos sobre os quais conversar.

EUA apertam bloqueio a Cuba

■ Miguel Urbano Rodrigues

As condições de vida em Cuba, sobretudo no que se refere à alimentação, agravaram-se muito nos últimos meses. O bloqueio, que já era dos mais cruéis da História, tornou-se mais implacável.

Na sua tentativa de destruir o Socialismo e dobrar o povo da Ilha, o governo norte-americano não se limita já a manobras de pressão junto de países da CEE e da América Latina que mantêm relações económicas com Cuba. Agora vai mais longe. Recorre a processos de chantagem para impedir que Cuba possa vender o seu açúcar no mercado internacional e comprar petróleo e medicamentos. Altos funcionários da Administração norte-americana visitam empresas e usam meios intimidatórios para levar o bloqueio às últimas consequências.

Essa política de desafio ao direito internacional amplia-se não obstante as Nações Unidas terem aprovado em Novembro do ano passado uma Resolução (47/19) na qual se pedia aos EUA que pusessem fim ao bloqueio económico e comercial contra Cuba. Nos termos dessa resolução, os EUA deveriam abster-se de «promulgar e aplicar leis e medidas cujos efeitos extraterritoriais afectam a soberania de outros Estados e os interesses legítimos de entidades ou pessoas sob a sua jurisdição, assim como a liberdade de comércio e de navegação». Os EUA não somente ignoraram a Resolução 47/19 como apertaram o bloqueio. Pouco dias antes da posse de Clinton, George Bush assinou a Lei Torricelli que veio tornar o bloqueio mais desafiador e brutal.

Bill Clinton elogiou o gesto e intensificou essa política. O governo dos EUA comporta-se assim, mais uma vez, como fora-da-lei internacional.

Numa extensa carta dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Roberto Robaina, acaba de sintetizar os factos e as consequências do bloqueio.

Depois de recordar que o bloqueio causou já a Cuba prejuízos superiores a 40 mil milhões de dólares, Robaina sublinha que a agressão ao seu país «por meios económicos, persegue o objectivo confessado de derrubar o sistema político, económico e social que o povo cubano livremente escolheu». Para atingir esse fim, os EUA lançaram mão de métodos de autêntico gangsterismo internacional.

Washington não se limitou a aprovar leis que violam princípios de direito internacional universalmente aceites. Procura impô-las a terceiros países e este ano passou a ameaçar directamente governos que insistem em manter relações comerciais e económicas com Cuba.

Dois são os objectivos prioritários das pressões e manobras intimidatórias desenvolvidas actualmente pelo governo Clinton:

1. Boicotar as vendas do açúcar cubano no mercado mundial;
2. Impedir, através de ameaças, as exportações de petróleo para Cuba.

No caso do petróleo, o Departamento de Estado tem intervido directamente. As embaixadas norte-americanas nos países produtores informaram governos da América Latina, da África, da Ásia e do Médio Oriente de que quaisquer vendas de petróleo e gás a Cuba afectariam gravemente as suas relações com os EUA e podem inclusive levar à suspensão de créditos por parte do FMI e do Banco Mundial. Pelo menos dois países africanos foram notificados de que a continuação do comércio com Cuba implicaria o corte do financiamento dos seus programas agrícolas no âmbito da cooperação com aquelas organizações internacionais. Alguns países da CEE foram também informados por Washington de que seriam alvo de represálias

no âmbito do GATT se concedessem créditos a Cuba e se insistissem em desenvolver as relações comerciais com a Ilha.

Petróleo e açúcar

Em muitos casos, as pressões americanas não são exercidas a nível de governos. Visam directamente empresas. Particularmente escandalosas foram as advertências dirigidas a empresas petrolíferas europeias, canadianas e latino-americanas que assinaram convénios com o governo de Havana para a realização de trabalhos de prospecção em áreas supostamente petrolíferas na plataforma marítima da Ilha. A companhia francesa Total recebeu a visita de funcionários do governo dos EUA que levaram a sua arrogância ao ponto de afirmar que a sua presença em águas cubanas era ilegítima, pois empresas norte-americanas tinham direitos legais sobre essas zonas, garantidos por acordos assinados na época de Batista, antes da Revolução...

Simultaneamente, alguns governos latino-americanos e pelo menos um governo europeu foram informados oficialmente por altos funcionários norte-americanos de que Washington não via com bons olhos o fornecimento de combustível aos aviões comerciais cubanos.

Essa política foi levada às últimas consequências quando Fidel Castro visitou recentemente a Colômbia. Para que o seu avião fosse abastecido foi necessária a intervenção pessoal do presidente Gaviria de quem o dirigente cubano era convidado. As companhias petrolíferas americanas e inglesas recusaram o combustível.

No tocante às repúblicas da ex-URSS, as pressões norte-americanas assumiram características inéditas. O governo Clinton tem desenvolvido grandes esforços para que a Rússia, o Azerbaijão e o Casaquistão ponham termo aos acordos de troca de açúcar por petróleo. Washington chegou ao extremo de propor a esses países negócios de venda de açúcar – em que funcionaria como mediador – por preços inferiores aos do mercado mundial. Nesse sentido, governos da América Latina foram sondados com vista a operações de intercâmbio muito complexas com países da CEI. O plano, que contrariava as políticas ultraliberais defendidas pelos EUA, morreu, porém, no berço. A Rússia não dispõe de divisas e os países açucareiros da América Latina não estão interessados em programas de troca de mercadorias, mesmo subsidiados por Washington.

Gangsterismo económico

Na sua exposição a Boutros Ghali, Roberto Robaina citou muitos casos concretos de pressões norte-americanas que configuram actos de gangsterismo económico e político.

Eis alguns:

- A empresa açucareira britânica Tate & Lyle foi intimada a romper relações económicas com Cuba após a visita de um administrador seu a Havana.
- A empresa Cable & Wireless, também inglesa, foi ameaçada com represálias que atingiriam a sua sucursal nos EUA se concretizasse um projecto de investimentos em Cuba.

• O hotel mexicano Maria Isabel Sheraton foi intimado pela embaixada dos EUA a desistir de um convénio assinado com uma empresa turística cubana.

• O Grupo de Monterrey, o mais poderoso consórcio privado do México e da América Latina, recebeu pressões pessoais do embaixador John Negro Ponte – um diplomata conhecido pelas suas íntimas ligações com a CIA – para desistir de um projecto que previa a criação em Cuba de uma grande indústria têxtil.

• A empresa canadiana Lilly Canadá, subsidiária da maior produtora norte-americana de insulina, foi notificada de que deveria cumprir a Lei Torricelli e abster-se de vender medicamentos a Cuba.

• Armadores de diferentes nacionalidades cujos navios transportaram cereais para Cuba foram informados de que deveriam suspender qualquer tipo de relações com a Ilha. Caso contrário, os seus barcos não poderiam entrar em portos dos EUA nos termos previstos pela Lei Torricelli.

• Duas empresas argentinas subsidiárias de firmas americanas – a Cargil Saci e a Continental Cacint – foram intimadas a suspender as suas vendas de trigo e soja a Cuba. Os directores de ambas, em declarações ao jornal «Página 12», de Buenos Aires, confirmaram que tinham recebido a visita de funcionários do governo dos EUA que criticaram os seus negócios com Cuba, expressando-se em linguagem ameaçadora.

Até os antibióticos...

O governo norte-americano tem desenvolvido grandes esforços para impedir a venda a Cuba de medicamentos. Laboratórios europeus e latino-americanos foram informados de que seriam alvo de represálias se continuassem a fornecer a Cuba antibióticos, cortisona, alcalóides e plasma.

A área do turismo está a ser especialmente visada. Manobras de chantagem atingiram empresas espanholas que investiram em infra-estruturas turísticas. Agências de viagem mexicanas e canadianas tiveram de cancelar excursões a Havana após advertências ameaçadoras.

O furor persecutório atinge tais proporções que o Departamento do Tesouro dos EUA se atribui o poder de congelar transferências bancárias. Quando essas transferências, vindas da Europa, passam por bancos norte-americanos, o dinheiro não chega a Havana.

Cuba tem sofrido enormes prejuízos por hoje estar vedada a realização directa de operações em dólares, o que encarece as relações monetárias com terceiros países. Trata-se de uma medida sem precedentes.

A gravidade da situação

O heroísmo cubano leva muitos portugueses a subestimar as dificuldades cada vez maiores que o povo da Ilha enfrenta. Essa atitude não favorece nem a solidariedade nem a compreensão da extrema gravidade dos novos problemas que surgem a cada semana, quase a cada dia.

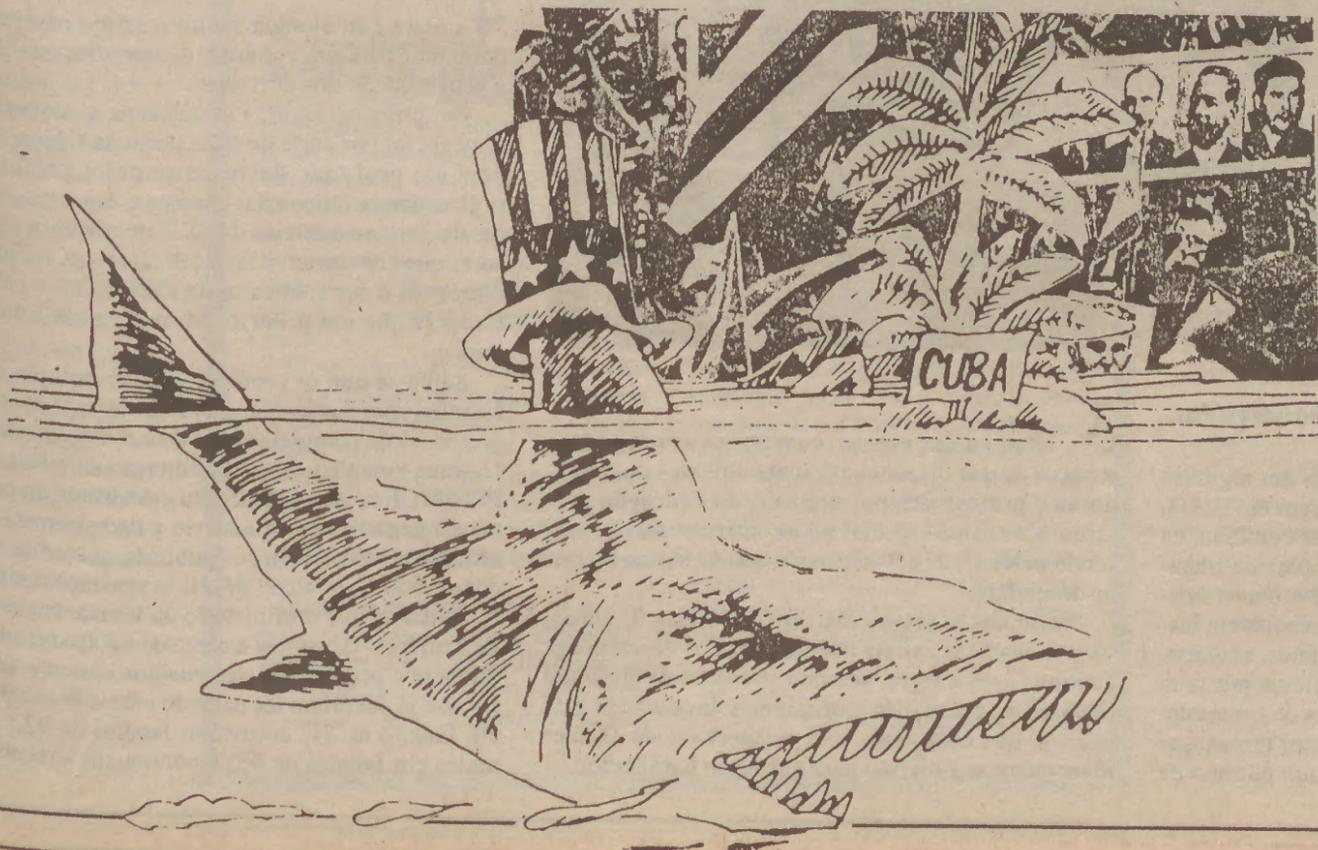
O discurso de Fidel Castro no Forum São Paulo, em Havana, e o que pronunciou no aniversário da revolução são escla-recedores do dramatismo – é a palavra adequada – da situação. «É preciso – afirmou – adaptarmo-nos às duras realidades que a vida nos impõe e nos obrigam a fazer aquilo que nunca teríamos feito noutras circunstâncias».

Não foi obviamente com prazer que o governo cubano mudou a sua política monetária para despenalizar a posse de dólares. Mas, para tentar sobreviver, Cuba tem hoje de optar por males menores. Fidel sintetiza o terrível desafio que se coloca ao seu povo numa frase: «Por mais difíceis que sejam as circunstâncias, não podemos destruir o Partido, destruir o Estado, destruir o Governo, destruir a história do País».

Cuba segue um caminho oposto ao da Rússia. Defende o Socialismo com unhas e dentes. Mas a luta, inevitavelmente, tem um custo pesadíssimo.

A solidariedade responsável com essa luta, que assume os contornos de epopeia, passa pela compreensão de que, ao desafiar a lógica aparente da história, o povo cubano e o seu partido revolucionário já foram mais longe na defesa do Socialismo e do futuro da humanidade do que qualquer outra nação.

O desfecho da batalha de sobrevivência que a Revolução trava contra o império norte-americano é imprevisível. O importante não é fazer profecias, mas denunciar e combater a monstruosa política dos EUA. Washington não tem autoridade moral para falar de direitos humanos enquanto manter um bloqueio criminoso condenado pelas Nações Unidas e pela consciência da Humanidade.



Abertura do ano lectivo de 93/94

Ano novo – problemas velhos

■ Paulo Suçena

1. Toda a gente sabe que a escola e o sistema educativo não são átomos distintos do tecido social e imunes a quaisquer influências das componentes política, económica, social e cultural da sociedade portuguesa.

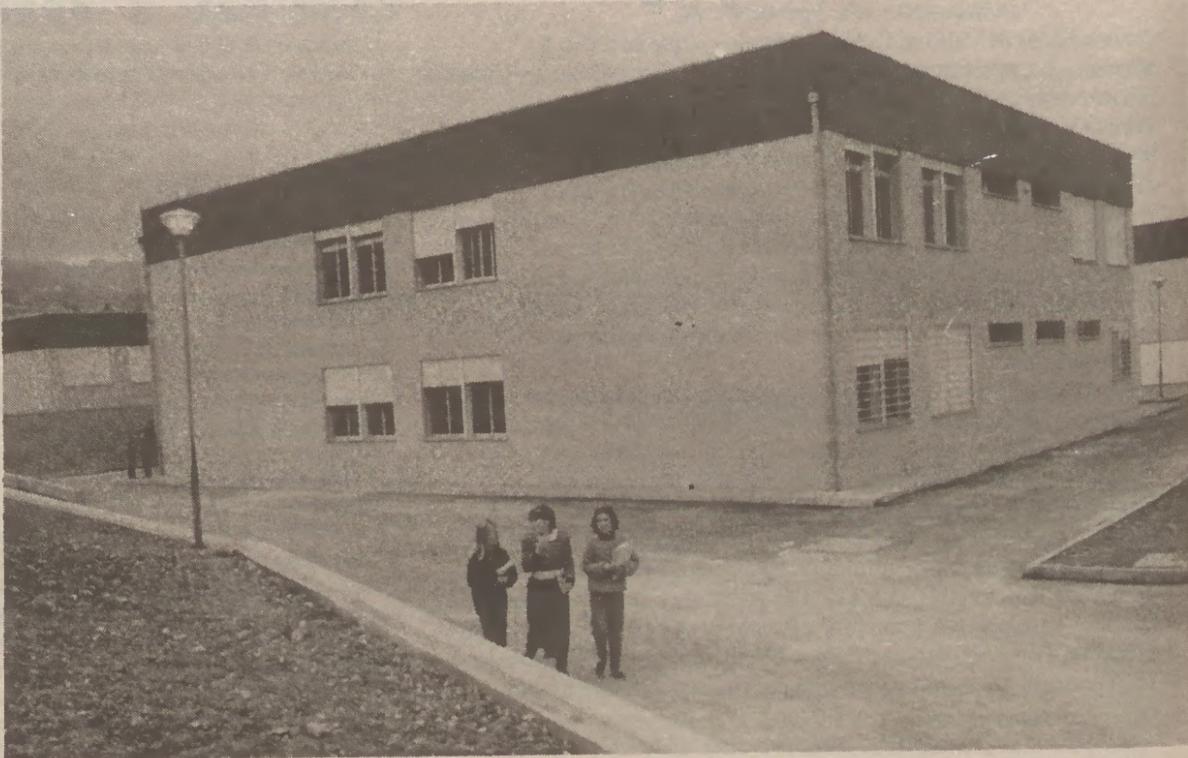
O Ministério da Educação é que parece respirar alto, cabeça entre as nuvens, produzindo um discurso de vidente iluminado que apenas enxerga céus e céus e mais céus, onde estudantes e professores vivem felizes, pais e encarregados de educação sonham forte, pressentindo sob os dedos um futuro de maravilhas, transbordando da inesgotável cornucópia política do benfeitor de Portugal, Prof. Aníbal A. (?) Cavaco Silva.

O que falta então ao “gigante” da 5 de Outubro é retirar os olhos do azul da demagogia que tem fabricado com o afinco com que uma aranha faz a teia (com uma diferença: na teia do Ministério da Educação só caem as suas próprias moscas) e voltá-los para o mundo real. Para este Portugal onde a economia, em 1993, cresce somente entre -0,75 e 0,25, onde o investimento está praticamente estagnado e as exportações vão cair entre 2 e 5% enquanto as importações subirão de 3 a 4%. Para este Portugal em que a inflação do ano corrente é significativamente superior aos aumentos salariais de 1993, provocando assim a degradação dos salários reais, nomeadamente dos professores e dos trabalhadores da Administração Pública, em que o emprego desce em todos os sectores da economia, apresentando o nosso país uma taxa de desemprego que atinge o dramatismo que se vive no resto da Europa.

É portanto evidente que, se a escola não é o tal átomo isolado, protegido contra todas as convulsões sociais, a conjuntura política, económica, social e cultural se reflecte negativamente sobre o sistema educativo e a escola e as bolsas mais magras notam logo isso no início do ano lectivo quando têm de gastar em livros e material escolar muitos contos de réis, nalguns casos mais de três dezenas, nos ensinos básico e secundário. Os pais que têm filhos no ensino superior defrontam-se com uma iníqua e justamente contestada “lei das propinas” enquanto os alunos sofrem as consequências de um segmento do sistema de ensino muito desamparado pelo Governo, do ponto de vista pedagógico e social. Efectivamente, o insucesso no ensino superior é gritantemente alto, fruto de condições de trabalho para alunos e docentes muito insatisfatórias, e também da falta de apoios sociais para os estudantes provindos de meios económicos mais desfavorecidos.

2. A estas condições objectivas e subjectivas adversas, fruto da política de desastre do Governo de Cavaco Silva, acrescem as maleitas semeadas pela incompetência, desleixo e ignorância do Ministério da Educação, polvilhadas sempre pelo azebre da falta de ética negocial e do desrespeito pelas leis e prazos por ele produzidas e fixados.

Deste modo, apesar das obras feitas em algumas escolas e de umas tantas novas que abrem em 93/94, poder-se-á afirmar que o parque escolar continua, na generalidade, degradado, que as condições de trabalho para professores e alunos se mantêm muito deficientes, que continua a haver graves carências em instalações desportivas, em cantinas e bufetes, em laboratórios e bibliotecas (muitas sem funcionar por falta de pessoal), que persistem muitos casos de sobrelotação de escolas e de excesso de alunos por turma, que se continua a expandir a reforma sem um mínimo de



condições, como acontece agora no ensino secundário em que muitas escolas não receberam ou só receberam parte do material previsto para os cursos tecnológicos.

Neste parque escolar, avesso ao sucesso educativo, à falta de equipamentos e espaços adequados, junta-se a falta de pessoal auxiliar e administrativo, a falta de técnicos de educação capazes de prestar o apoio imprescindível à transformação da escola num espaço de mudança e inovação pedagógica, promotora de uma real melhoria da qualidade de ensino e de um consequente aumento das aprendizagens. Referimo-nos a médicos escolares, orientadores escolares, professores especializados, etc. - técnicos referidos e apontados em vários diplomas legais, como elementos de grande relevância no sucesso da Reforma Educativa.



3. Neste parque escolar, com alunos a mais para os espaços de que dispõem, há ainda milhares de educadores e professores por colocar, da educação pré-escolar e ensino especial até ao ensino superior, passando pelos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Na educação pré-escolar, em que a taxa de cobertura se mantém extremamente baixa, o desemprego continua a ser a regra, gerando situações de profundo dramatismo em muitos profissionais da educação pré-escolar que continuam sem perspectivas de exercer dignamente a profissão para que estão habilitados.

Os professores do 1º ciclo sofreram este ano tratos impensáveis porque nunca ninguém cuidou que a incompetência ministerial chegasse a tanto!... Mas o certo é que em 6 de Setembro é publicada a Circular 11/93 subvertendo as regras do concurso de professores que teve que ser anulada e substituída por outra (Circular 12/93) com os consequentes atrasos nas colocações.

De outro ângulo, os professores do 1º ciclo vêem medrar a ignorância do Ministério da Educação simultaneamente com o minguar de lugares. No distrito de Santarém, por exemplo, nos últimos anos, foram extintos 344 lugares e abertos onze, sendo que dos 15 lugares extintos, nos últimos 4 anos, no concelho de Coruche, 11 foram-no este ano. Todavia, apesar da diminuição de alunos no 1º ciclo do E. Básico, devido à depressão demográfica, há turmas sobrelotadas. Dir-se-ia então que se suspendem lugares para poderem existir turmas sobrelotadas! Terá isto alguma coisa em comum com o apregoado sucesso educativo que o Ministério diz fomentar?

Se saltarmos para o último segmento do sistema educativo público - o ensino superior - deparamos, do mesmo modo, com um panorama desanimador: escolas sobrelotadas, geridas com escassos orçamentos, carenciadas das condições necessárias para uma investigação de qualidade, com um ensino protagonizado por docentes revoltados por estatutos de carreira nada estimulantes e por disposições legais que a rouba segurança de emprego, a todos subtrai condições para um trabalho de qualidade.

4. Para não alongar muito o artigo passemos do particular para um conjunto de questões que afligem a generalidade dos docentes.

Em primeiro lugar, a ausência de qualquer espírito negocial por parte do Ministério da Educação casa com um profundo desrespeito pelos professores, órgãos democráticos das escolas e organizações sindicais (leiam-se ofícios do M.E. de resposta a professores que concorrem a licenças sabáticas, a conselhos directivos e aos sindicatos da FENPROF) e pelas leis e regras que ele próprio, Ministério da Educação, impõe.

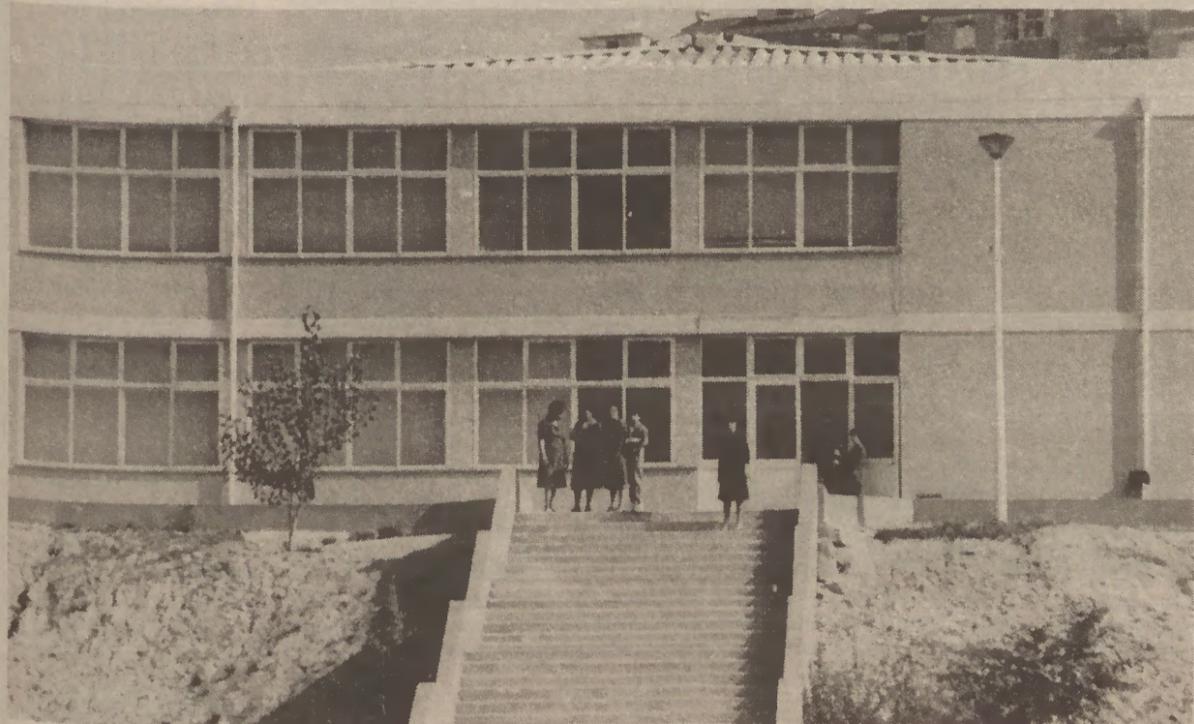
Saiba-se que os protocolos da vinculação de professores com 4 anos completos de serviço docente e o protocolo de completamento de habilitações dos professores vinculados com habilitação suficiente, que a FENPROF só não subscreveu em virtude do procedimento negocial do Ministério e da estreiteza do seu articulado, continuam por publicar, apesar de aprovados pelo M.E. e “suas” dóceis organizações sindicais.

Saiba-se que o Ministério da Educação deve mais de 2 milhões de contos a cerca de 6400 educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário que já deveriam ter passado para o 8º escalão (uns em Janeiro de 91, outros em Janeiro de 92 e os restantes em Janeiro de 93) e continuam a receber pelo

EM FOCO

7º, não tendo ainda qualquer perspectiva sobre a data em que passarão a auferir o vencimento respeitante ao oitavo escalão. Se nos lembrarmos que o ME e o Governo esbulharam educadores e professores de tempo de serviço prestado na docência e os colocaram em escalões abaixo daqueles a que tinham direito, só podemos concluir perante esta nova afronta que o Ministério da Educação perdeu o mínimo do respeito que deveria ter por si próprio.

Saiba-se que, na sua permanente cruzada a favor da prepotência e da imposição ignara, o Ministério da Educação publicou um calendário escolar sem ouvir ninguém mas que indignou toda a gente



ao quase acabar com as "férias do Carnaval" e ao reduzir o período de descanso dos professores, na Páscoa, praticamente a nada, antes de um último período sempre muito exigente.

Saiba-se que o M.E. e o Governo reduziram em 38% a remuneração das horas extraordinárias, impondo a fórmula e cálculo que tentaram o ano passado sem o conseguir devido aos protestos dos docentes. Só que a revolta dos professores por mais esta forma de exploração é bem patente nas escolas e os sindicatos da FENPROF já declararam que irão fazer greve às horas extraordinárias se o Ministério, até 15 de Outubro, não recuar nos seus propósitos.

Saiba-se ainda que o Governo pre-

Reunião Nacional de Professores do PCP sobre a abertura do ano lectivo 93/94

A Comissão Nacional de Professores do PCP decidiu realizar no sábado, dia 25 de Setembro, em Setúbal, uma Reunião Nacional de Professores do PCP com o objectivo de debater as condições de abertura do ano lectivo 93/94, reflectir sobre o quadro de reivindicações a avançar no terreno da reforma educativa, e considerar também os problemas profissionais e o reforço da intervenção e da luta dos professores nos próximos meses.

Na opinião do PCP, a abertura do ano lectivo 93/94 e a persistência e o agravamento da crise que atinge todos os sectores e níveis de ensino, constituem motivo de renovada oportunidade e impulso para o aprofundamento do debate o prosseguimento da intervenção e da luta em torno dos problemas educativos.

Para além dos aspectos mais directamente relacionados com a abertura do ano lectivo 93/94, os participantes na reunião debaterão também outros temas de grande actualidade, nomeadamente: a

reforma educativa moribunda, que está a deixar incumpridos os objectivos democratizadores do ensino em Portugal consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo; a descoordenação e o improvisto da política do Governo; a ausência de medidas estruturais fundamentais e a incapacidade de diálogo com professores, estudantes e pais; o corte indiscriminado de despesas com a educação e o sacrifício da escola pública e do direito à educação no altar da mercantilização do ensino; a continuada tentativa de imposição de um sistema de gestão antidemocrática das escolas e o ataque generalizado aos direitos dos professores.

Os trabalhos da reunião nacional decorrerão na sede da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP — Avenida 5 de Outubro, 35, em Setúbal, e terão o seu início às 10.30 horas. Está previsto um encontro com a comunicação social às 16.30 horas.

17.09.93

O Gabinete de Imprensa do PCP

tende uma vez mais desvalorizar os salários reais dos docentes, se os aumentos para 94 forem os que a comunicação social revela, contribuindo assim para a degradação da qualidade de vida daqueles que dizem ser o coração da reforma educativa e seus principais actores.

5. Os traços negativos de uma conjuntura política e de um contexto educativo sumariamente esboçados são contudo suficientes para que o leitor se aperceba das condições objectivas e subjectivas em que abriu mais um ano escolar. Se tivermos ainda em conta a situação de grande angústia e indefinição que vivem os professores que necessitam de créditos, obtidos em acções de formação contínua, para subirem na carreira, angústia gerada não por sua culpa mas pela maneira caótica e atrabiliária como tem sido incrementada aquela formação a par, aliás, do modo como se quer exigir aos docentes a produção de relatórios críticos do seu desempenho profissional, podemos concluir, sem exagero, que cada abertura do ano lectivo é pior do que a anterior enquanto este Governo, esta política e este Ministério da Educação se mantiverem no activo.

E de facto já não está no activo, enquanto político, governante e ministro da Educação, um cidadão que afirma que não se abre uma Universidade como se abre uma escola primária ou uma tasca.

Mantém-se na Quimigal Adubos a ameaça do *lay-off*

Representantes dos trabalhadores apelam à penalização dos responsáveis

As fábricas da Quimigal Adubos em Estarreja, em Alverca e no Lavradio encontram-se paradas desde Maio. Como referiu, ao «Avante!», Victor Pablo, da comissão de trabalhadores, as fábricas do Lavradio e Alverca estão em situação de manutenção, e em quase todas a única actividade prende-se com a segurança das instalações.

Segundo a administração, esta situação resulta da grande diferença entre os preços praticados na generalidade dos países comunitários e em Portugal e, no entender de Victor Pablo, «tem a ver com a política que tem vindo a ser desencadeada no nosso país e que está intimamente ligada aos problemas da agricultura», que se reflectem no mercado dos adubos. Este quadro permite à administração da Quimigal Adubos alegar que o amoníaco produzido nas suas fábricas fica mais caro que no mercado internacional. Foi assim que a administração optou pela «paralisação até que tudo seja normalizado», constata Victor Pablo, e desencadeou um processo que aponta para a suspensão, por um período de seis meses, dos contratos de 152 trabalhadores das fábricas de amoníaco e ureia e dos serviços complementares, através da aplicação da lei do *lay-off*.

Querem acalmar os ânimos...

Como nos referiu Victor Pablo, «os trabalhadores têm-se movimentado na tentativa de evitar que o *lay-off* seja aplicado», o que parece ter surtido algum efeito, pois «as coisas já se apresentam em moldes diferentes». Em vez de seguir à letra o *lay-off* - que pressupõe uma suspensão colectiva do contrato de trabalho - a administração da Quimigal Adubos optou por, a partir do dia 15 de Setembro e durante um período de seis meses, continuar a pagar aos trabalhadores como se estivessem ao serviço, mas fazendo-os frequentar acções de formação profissional no seio da empresa.

Face a esta *nuance*, Victor Pablo é de opinião que «não está afastada a aplicação do *lay-off*», pois este

«reco da administração e do Governo» tem a ver com a aproximação das eleições autárquicas: «O que o Governo pretende é uma certa acalmia por parte dos trabalhadores, fazendo com que estes não provoquem grandes conflitos e tentando que os órgãos de comunicação social falem menos da sua luta» neste período.

Da mesma opinião é Júlio Pinto, membro da comissão intersindical da Quimigal Adubos, para quem «ao nível da Câmara do Barreiro e de outras aqui do distrito, o partido do Governo não tem hipóteses» nas próximas eleições e,

pela Petrogal, a EDP e a Quimigal», o que iria, em princípio, «levar a uma baixa do preço do amoníaco», permitindo à nova empresa competir com as congéneres, nomeadamente as situadas noutros países da Comunidade Europeia. Victor Pablo acrescentou ainda que, com as fábricas a trabalhar, «o Governo terá que criar as condições financeiras necessárias que deverão ir no sentido do arranque das fábricas encerradas e do desenvolvimento da empresa», uma vez que tanto a Quimigal, como a EDP e a Petrogal, funcionam com capital público.



No Lavradio, as fábricas de amoníaco, ureia, ácido nítrico e nitratos, bem como as unidades complementares de apoio, estão hoje paradas. As unidades de amoníaco e ureia foram construídas há dez anos. O mercado interno (agricultura, pecuária, Indústria farmacêutica, indústria alimentar, etc.) é o destinatário quase exclusivo da produção das fábricas de amoníaco e ureia, que são únicas no País

por essa razão, tentam «acalmar» os trabalhadores, acrescentando para isso algumas alíneas ao *lay-off*. Mas, diz Júlio Pinto, a luta não parará por aqui, «nós esperamos e temos confiança que o Governo e o PSD sejam penalizados pelos trabalhadores e pela população».

O Governo, o PS e a UGT

Mas a «solução» dos cursos profissionais não foi a única apresentada pela administração da Quimigal Adubos. Como nos disse ainda Victor Pablo, a administração «está a estudar a formação de uma empresa constituída

das penalizações no próximo processo eleitoral, porque só com uma alteração da maioria política que governa o nosso país é que as empresas poderão ter outro tipo de actuação».

«Só os sindicatos da CGTP-IN é que têm acompanhado este processo. Nunca se viu um dirigente da UGT a acompanhar os trabalhadores que dizem representar», refere com indignação Júlio Pinto, assegurando que a luta dos trabalhadores por justas condições de trabalho e para evitar um injusto despedimento colectivo irá prosseguir e poderá ter um desfecho mais favorável se tiver outros apoios que até agora têm sido escassos.

A actuação do Governo PSD e do Partido Socialista mereceu alguns comentários de Arlindo Costa, do sindicato dos Químicos: ambos os partidos apoiaram a alteração da Constituição de 1989 «que permitiu que as empresas nacionalizadas pudessem vir a ser privatizadas no futuro», e também «toda a legislação laboral que foi alterada e que contém hoje aspectos muito mais gravosos para os trabalhadores» teve o consentimento quer do Partido Socialista, quer da UGT, «ao subscrever os célebres acordos de concertação social que vieram permitir que o Governo alterasse as leis e que hoje as empresas possam utilizar essas leis para penalizar os trabalhadores».

«Tanto o PSD, como o PS» - defende o sindicalista - «deverão ter as devi-

O Militante

Ano 61
Série IV
Nº 206

Setembro-Outubro/93 — N.º 206

QUADROS
DA HISTÓRIA
DE PORTUGAL

Inicia-se neste número de «O Militante» a publicação de um conjunto de doze artigos com os quais se pretende suscitar o interesse e a reflexão dos leitores sobre o que a sociedade portuguesa é hoje, a partir de incursões pontuais ao seu passado histórico.

Nestes Quadros da História de Portugal pretende-se iluminar brevemente temas tão diversos e complexos como a formação de Portugal, a sociedade medieval portuguesa, a revolução de 1383-85, o património artístico, os descobrimentos, a construção e a decadência do império português, a sociedade do Antigo Regime, o advento e consolidação do liberalismo, a 1ª República, a ditadura e o triunfo da democracia com o 25 de Abril.

Para a realização destes artigos formou-se um grupo de camaradas que é constituído por Ana Reis, Armando Castro, Helena Barata-Moura, Isabel Augusta Mourão, Lurdes Silva e Manuela Esteves.

Embora o grupo permita e faça um trabalho colectivo, cada artigo tem um responsável individual.

Gazetilha

Aneota

Já não, não é segredo.
Está na ordem do dia
a sucessão do Braga de Macedo.

Na agrura do calvário
há uma solução. Sem ironia:
por que não o Macário?

Entre eles, pelos modos,
a aneota é pra todos...

Tecnologia

Estas tecnologias!
Novas, todos os dias.
Um engenho se criou
acaba de nascer — e já está velho...

Há agora um aparelho
perdão!, há agora um robô
(um mágico talvez
dos contos de inventar...)
que é capaz de ordenhar
cem vacas de uma vez!

Eu cá, palavra, às vezes...
Que admiração tamanha?
Há dez milhões de portugueses
que o PSD ordenha
em cada dia.

Ao pé disto o robô das vacas mansas
é uma brincadeira de crianças.

Desande!

Lá para as bandas
de um santuário de elevadas crenças
alguém, montado em andas,
lá foi, lá foi pla escadaria imensa.

E o milagre se tece:
está no Guinness.

Eu, em mistério tanto
mais me espanto
com o feito de Cavaco que se ajuda
de um naipe de muletas
que ele muda
quando as coisas estão ficando pretas.

Com as que tem agora, acho
que o homem vem abaixo.
Tente, solene e grande,
as andas. E desande.

A carta do Primeiro-Ministro

Portugueses! Estimo ao fazer desta
que estejam todos descontentemente
mal de saúde. A minha felizmente
está boa. Como bem e durmo a sesta.

Aqui vai uma acha para a festa:
isto vai bera para toda a gente.
Bate no vidro o alvor de antigamente.
Dia após dia a crise um golpe assesta

Tudo o que alguém tiver ponha no prego.
Farei por aumentar o desemprego
vou semear as lágrimas e os ais.

Há desespero em flor nos nossos ramos.
À beira do abismo já nós estamos.
Venham comigo dar um passo mais.

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS



A carta multada

O Governo ainda não respondeu às interrogações formuladas por forças políticas e órgãos de comunicação social sobre quem suporta os custos da distribuição da carta de Cavaco Silva feita pelo sistema de encarte, como publicidade paga.

Note-se que as interrogações são pertinentes e legítimas, pois, tanto pelo conteúdo, como pelo sistema de difusão e oportunidade escolhida, a cavacal missiva integra-se inegavelmente na campanha eleitoral do PSD para as autárquicas.

Entretanto, a grafia utilizada na apresentação do texto, que aparece como dimanado da Presidência do Conselho de Ministros (com o escudo da República e tudo), não deixa dúvidas de que é o Orçamento do Estado (isto é, os contribuintes que somos) que vai entrar para pagar a operação propagandística laranja.

Razão tem então aquele nosso amigo que nos escreveu a dizer: "Mas isto é uma carta multada! Pois, o Cavaco dirige-nos uma carta, mas nós é que pagamos o porte!"



O paradoxo

Um dos mais divertidos comentadores da vigente imprensa diária é o ex-maoísta José Carlos Espada. Especialmente curioso é vê-lo falar agora do filósofo liberal Karl Popper tomando-o por "grande timoneiro" como há tempos atrás fazia com Mao Tsé-Tung. Há dias comentou as eleições na Polónia. Ainda não se conheciam os resultados, mas já Espada se sangrava em saúde e tentava justificar o evento, para ele sumamente desagradável.

O "paradoxo", tal foi a explicação que este "cientista" político descobriu para justificar a vitória da Aliança de Esquerda Democrática (onde estão os comunistas) e o segundo lugar do Partido Camponês, que partilhou o poder com os comunistas enquanto existiu a República Popular da Polónia.

O paradoxo resultaria das condições sociais, da falta de ajuda da CEE, da precipitada decisão de Walesa de dissolver o parlamento e até do "cansaço eleitoral". Paradoxalmente, não ocorreu ao ex-maoísta que a Polónia socialista, apesar dos erros e desvios reconhecidos, também deixou saudades no povo polaco. Saudades que se fortalecem à medida que se aprofundam as desigualdades, o desemprego, a exclusão, a exploração, a precarização, a insegurança, as pragas características das sociedades capitalistas... e não só na Polónia...

A "plataforma" e a Unita

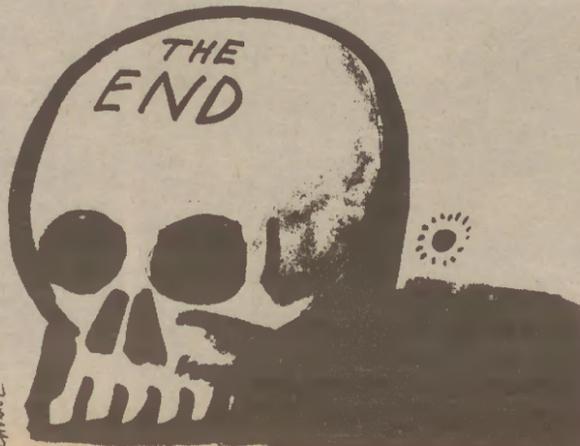
Nem os mais impedernidos "lobbies" da Unita já escrevem assim. É o comentário que ocorre fazer ao artigo "Angola: por uma neutralidade solidária", publicado no "Público", do passado dia 14, e assinado por Pedro Baptista, que se intitula "dirigente da Plataforma de Esquerda". De neutralidade é que não há ponta no artigo. É uma enumeração facciosa dos últimos acontecimentos da vida política angolana segundo a versão da Unita. É o elogio do discurso de

Savimbi. É o ataque insultuoso e falsificador a todos, forças políticas e homens que se opõem à Unita. É o manhoso silêncio dos crimes da Unita contra compatriotas nossos. Muita gente se interroga: então a "plataforma" apoia a Unita? É verdade que o intitulado "dirigente" diz que o artigo "apenas vincula a minha (dele, evidentemente) posição". Mas é verdade também que a "plataforma" até agora ainda não se docu...



E vão três...

Em matéria de autárquicas, o PS anda verdadeiramente à nora no concelho da Moita. Já apresentou três candidatos a cabeça de lista da Câmara. Os nomes mais envolvidos são o histórico vereador José Manuel Epifânio, o candidato preterido António Duro e o actual candidato (até quando...) Joaquim Segurado. Mas há demissões, acusações terríveis, mosquitos por cordas. O próprio presidente da Comissão Política Distrital, Eduardo Pereira, já foi acusado de "acção digna de qualquer coronel sul-americano" e de "agir à Salazar". Ah! estas paixões "pésses" pelo serviço público...



frases da Semana

"Como é este cenário possível no país que desencadeou o colapso do sistema comunista na Europa do Leste?"

¹(subtítulo de uma crónica de Emma Heriz, sobre as previsões dos resultados das eleições na Polónia - «Público», 15.09.93)

"No momento em que as reformas económicas começam a apresentar um saldo positivo, os polacos não esqueceram o seu prego e ameaçam entregar o governo aos ex-comunistas."

²(nova crónica de Emma Heriz, sobre as previsões dos resultados das eleições na Polónia - «Público», 19.09.93)

"Num dia querem apaixonadamente o Ocidente, no outro esquecem a perplexidade que o regresso dos ex-comunistas pode provocar no mundo ocidental. Assim, a eventual vitória dos ex-comunistas surge como um paradoxo. Não é claro se resulta do exercício da liberdade ou, pelo contrário, se está condicionada por esse passado e pelo medo do futuro."

³(idem)

"Não temam. Walesa está vigilante. (...) Pensem que sou ingénua e que vou expor a Polónia a uma derrota?"

⁴(citação de Lech Walesa, idem)

"Os nossos foram ao tapete"

⁵(«Gazeta Wyborcza», jornal porta-voz do «Solidariedade», citado em «Público», 21.09.93)

"Admito que não fomos suficientemente eficazes, no diálogo com a opinião pública, em convencer os polacos da justeza do caminho escolhido."

⁶(Bronislav Geremek, ex-conselheiro do «Solidariedade» - «Diário de Notícias», 21.09.93)

"A Polónia estava a começar a vencer a batalha da "transição", e isso poderia servir de exemplo a toda esta área. Ora, este resultado poderá ter exactamente o efeito contrário, e dissuadir os outros de seguirem o caminho que nós escolhemos."

⁷(idem)

"Haverá o pós-autárquicas dos partidos, em que estes se vão confrontar de forma nua e crua com as suas chances das legislativas e isso será um espelho cruel. (...) Nele se verá também o PSD, entrando na "middle age" do cavaquismo, com vinte anos de idade e quase metade de poder."

⁸(Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 16.09.93)

"Chamas-te Lenine? E quem foi o teu padrinho?"

⁹(Cavaco Silva, inquirindo um jovem à espera de autógrafa, na Pontinha - «Diário de Notícias», 16.09.93)

"Suponho que as medidas recentemente propostas pelo ministro Dias Loureiro são globalmente positivas..."

¹⁰(António Guterres «Público», 17.09.93)

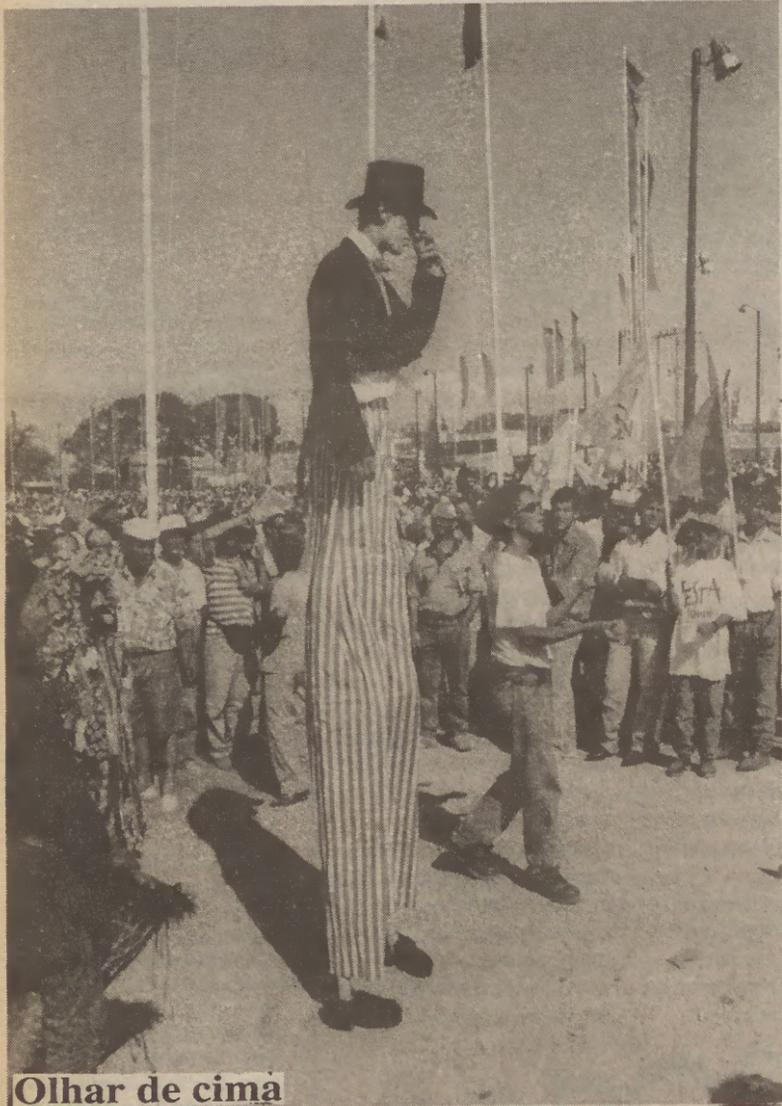
FESTA

1993

Avante!



Olhar perdido



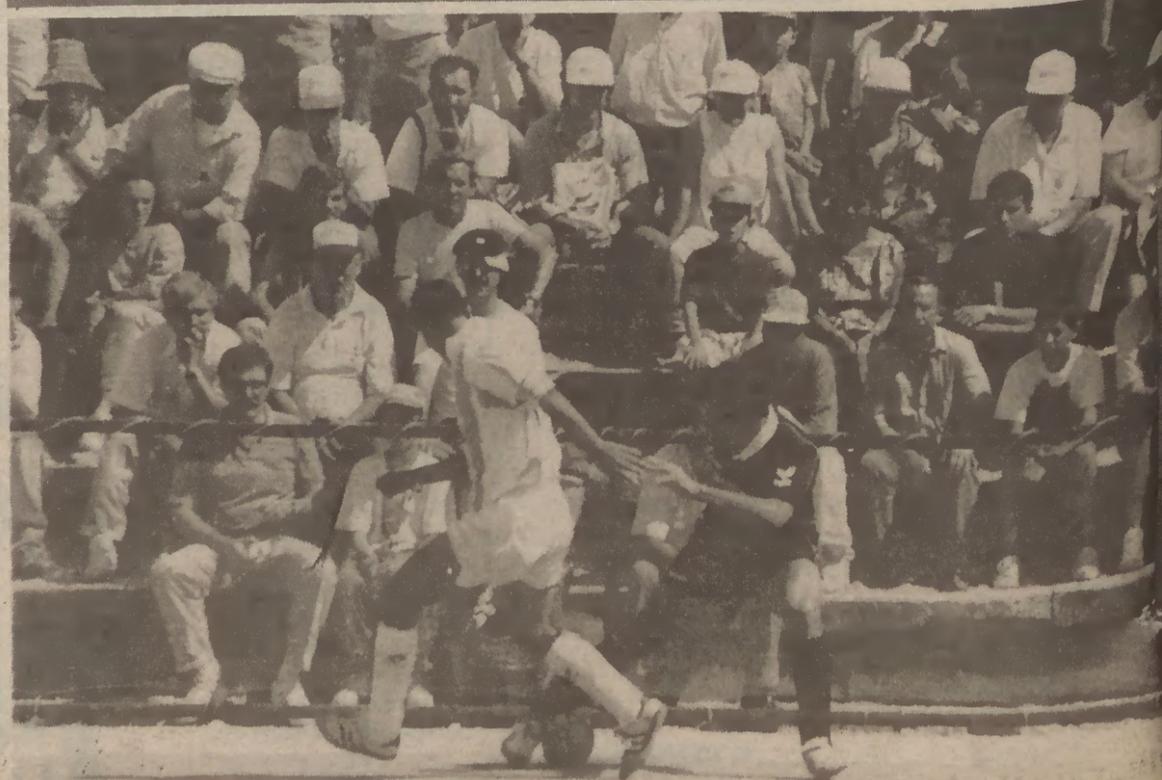
Olhar de cima



Olhar para cima



Olhar o jeito



Olhar a bola

Memória do olhar

Fotos de:

**Carlos Nabais • Gonçalo Pereira
Januário Trigo • Jorge Caria
Júlio Dinis • Sérgio Moraes**



Olhar em jogo



Olhar estimativo



Olhar de frente



Olhar de perto



Olhar «Avante!»

ALMADA

Plenário da Célula da Lisnave, sobre a situação na empresa e a situação político-social dos trabalhadores, hoje, dia 23, às 17.00 horas, no Centro de Trabalho Concelhio de Pombal/Almada.

AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Damaia, amanhã, dia 24, às 21 horas no Centro de Trabalho da Damaia.

Plenário de militantes da freguesia da Brandoa, amanhã, dia 24, às 21.30 horas no Salão de Reformados da Brandoa.

Plenário de militantes da freguesia da Buraca, amanhã, dia 24, às 21.30 horas no Polidesportivo da Buraca.

Plenário de militantes da freguesia da Falagueira, no domingo, dia 26, às 14.30 horas na Junta de Freguesia da Falagueira.

CASCAIS

Plenário de reformados da freguesia de São Domingos, hoje, dia 23, às 15.30 horas no Centro de Trabalho de Tires.

Plenário de militantes do PCP e candidatos da CDU da freguesia do Estoril, domingo, dia 26, às 15 horas no Centro de Trabalho de Cascais.

Os candidatos da CDU vão promover no domingo, dia 26, a partir das 11 horas, uma iniciativa de contacto com a população em Talaíde/Bairro dos Peões, junto ao restaurante Areias, na freguesia de São Domingos de Rana. Presentes Carlos Sota, vereador da CDU na Câmara de Cascais e candidato à presidência da edilidade, e João Camilo, presidente da Junta de Freguesia.

Plenário de militantes do PCP e candidatos da CDU da freguesia do Estoril com a participação do membro do CC do PCP, Júlio Filipe, dia 26, domingo, às 15 horas no Centro de Trabalho de Cascais.

Plenário da Comissão Concelhia de Cascais, alargado a todos os militantes, segunda-feira, dia 27, às 21 horas no Centro de Trabalho de Cascais. Da ordem de trabalhos consta o balanço à participação na Festa do «Avante!» e medidas para o futuro e a informação sobre o trabalho das organizações para as eleições autárquicas.

Plenário de reformados de Alcabideche, com a presença do camarada Romeu Rosário.

ÉVORA

Na passagem do 14.º aniversário do assassinato de Caravela e Casquinha, a Comissão de Freguesia do Escoural do PCP realiza uma romagem ao cemitério do Escoural, no domingo, dia 26 de Setembro, às 16 horas. Participa e intervém nesta iniciativa Diamantino Dias, membro do CC do PCP.

LEIRIA

Almoço-convívio da CDU no Parque das Merendas da Praia da Vieira (Foz do Liz) dia 26, domingo, às 13 horas. O programa inclui almoço, baile e lanche. As intervenções políticas estarão a cargo de Fernando Teodósio, João Barros Duarte, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP.

LISBOA

Plenário do Sector de Bancários, no Centro de Trabalho Vitória, hoje dia 23, às 17.30 horas, com a participação de António Andrez, membro do Conselho Nacional do PCP.

Plenário do Sector de Serviços, hoje dia 23, no Centro de Trabalho da Duque de Loulé, às 19.30 horas, com a participação de José Tavares, membro do Conselho Nacional do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia de S. Vicente, hoje, dia 23, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho da Graça, com a participação de José Tavares, membro do CC do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia de S. Miguel, aberto a amigos do Partido, hoje, dia 23, às 21.30 horas, na Junta de Freguesia de S. Miguel.

Plenário de militantes da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, aberto a amigos do Partido, hoje, dia 23, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes.

Plenário do Sector de Empresas (Centro/Norte), sexta-feira, dia 24, às 19.30 horas, no Centro de Trabalho da Duque de Loulé, com António Abreu, membro do CC do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia de Carnaxide, sexta-feira, às 21.00 horas, no Centro de Trabalho de Carnaxide, com a participação de António Andrez, do Conselho Nacional do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia de Porto Salvo, sexta-feira, dia 24, às 21.00 horas, no Centro de Trabalho

de Porto Salvo, com a participação de Carlos Chaparro, membro do CC do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia da Sé, aberto a amigos do Partido, sexta-feira, dia 24, às 21.30 horas, na Junta de Freguesia da Sé.

Plenário de militantes das freguesias de Alcântara, Campolide, Belém, S. F. Xavier, Prazeres, St. Condestável, sábado, dia 25, às 15.30 horas, no Centro de Trabalho de Alcântara, com a participação de Vidal Pinto, membro do Secretariado do CC do PCP.

Plenário de militantes da Freguesia da Cruz Quebrada, sábado, dia 25, às 15.00 horas, no Centro de Trabalho de Algés, com a participação de Carlos Chaparro, membro do CC do PCP.

Plenário de militantes das freguesias de Santos, São Mamede, St.ª Isabel, Mercês, St.ª Catarina, S. Paulo, S. Nicolau, Encarnação e Mártires, segunda-feira, dia 27, no Centro de Trabalho de Santos-o-Velho, com a participação de António Andrez, membro do Conselho Nacional do PCP.

Plenário do Sector de Transportes, terça-feira, dia 28, às 18.30 horas, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Plenário do Organismo de Direcção da Função Pública, terça-feira, dia 28, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector Público, quinta-feira, dia 30, às 18.30 horas, no Centro de Trabalho Vitória. Da ordem de trabalhos fazem parte as eleições autárquicas e a situação política e social.

LOURES

Plenário de militantes sobre eleições autárquicas, hoje, dia 23, às 21.30 horas, em Lousa.

Plenário de militantes de St. Antão do Tojal sobre eleições autárquicas, sexta-feira, dia 24, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

Plenário de militantes sobre eleições autárquicas, sexta-feira, dia 24, às 21.30 horas, em Frielas.

Plenário de militantes da Freguesia de Bucelas, sobre eleições autárquicas, sexta-feira, dia 24, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

Plenário de militantes da Freguesia de St. António dos Cavaleiros sobre eleições autárquicas, sábado, dia 25,

às 21.30 horas, na sede da Associação de Moradores.

PALMELA

Encontro Concelhio de Candidatos e activistas da CDU, sábado, dia 25, às 16.00 horas, no Grupo Popular e Recreativo Cabanense, Quinta do Anjo/Cabanas.

PORTO

Comício da CDU amanhã, dia 24 de Setembro, às 21 horas, no Cinema do Terço com a participação de Ilda Figueiredo, representantes da ID, «Verdes», um candidato independente e uma intervenção do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Apresentação na freguesia da Parada dos candidatos à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Paredes: sábado, dia 25, às 21.30 horas, na Parada de Todeia. Participação de Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política do PCP.

Apresentação de candidatos CDU às freguesias da cidade da Maia, sábado, dia 25, às 21.30 horas, no Bairro do Sobreiro, na Maia. Estarão presentes os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal da Maia.

Apresentação de candidatos CDU à Assembleia de Freguesia de Águas Santas, sábado, dia 25, às 21.30 horas, em iniciativa a decorrer na via pública em Ardegaes. Estarão presentes os candidatos

Agenda

à Câmara e Assembleia Municipal da Maia.

A apresentação das propostas culturais da CDU para a cidade do Porto decorrerá no pub «Uns e Outros», no edifício Capitólio, à Boavista, segunda-feira, dia 27, às 18.30 horas. Intelectuais e artistas da cidade do Porto estarão presentes, assim como a candidata à presidência da Câmara Ilda Figueiredo e outros candidatos da CDU.

SINTRA

Plenário de militantes de Mira-Sintra/Cacém sobre eleições autárquicas, sexta-feira, dia 24, às 21.30 horas, nos Pavilhões Verdes, com a participação de António Cordeiro, membro do CC do PCP.

Plenário de militantes de Rio de Mouro, sábado, dia 25, às 16.00 horas, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro.

Plenário de militantes de Aqualva/Cacém sobre eleições autárquicas, sábado, dia 25, às 15.00 horas, no Centro de Trabalho de Aqualva/Cacém.

VILA FRANCA DE XIRA

Encontro concelhio da CDU de Vila Franca de Xira, no pavilhão munic-

pal do Forte da Casa, domingo dia 26 pelas 10 horas.

Prossegue o ciclo de debates preparatórios da elaboração do programa eleitoral da CDU. Hoje decorrerá um debate sobre a indústria no concelho no Salão da Misericórdia de Alverca, às 21.30 horas. Terça-feira, dia 28, o tema será a saúde e o debate decorrerá no Espaço CDU em Vila Franca de Xira (Rua Serpa Pinto, 79). Os debates são abertos à participação de toda a população.

Carlos Carvalhas no Porto, em Lisboa e Alcácer do Sal

Sexta — 24 de Setembro

21h30 — Porto — Cinema do Terço ao Marquês. Comício da CDU — com a participação de Carlos Carvalhas

Sábado — 25 de Setembro

15h00 — 18h15 — Passeio de Barco no Tejo. Mulheres com a CDU — com a participação de Carlos Carvalhas (partida do Terreiro do Paço do Cais de embarque para o Montijo)

Sábado — 25 de Setembro

21h30 — Alcácer do Sal — no Salão Pedro Nunes. Comício CDU com a participação de Carlos Carvalhas

Álvaro Cunhal nos distritos da Guarda e Coimbra

Dia 24 — Sexta

21.00 — Gouveia - Sessão Pública na Escola Preparatória

Dia 25 — Sábado

11.00 — Gonçalo - Encontro com a população no Largo Principal

13.00 — Guarda - Almoço CDU

18.00 — Souselas - Encontro com a população

19.00 — Souselas - Jantar na Associação Desportiva de Souselas

Dia 26 — Domingo

10.00 — Dianteiro (freg. de Torres do Mondego) - encontro com a população

10.30 — Casal (freg. de Torres do Mondego) - encontro com a população

11.30 — Torre do Mondego - Porto de Honra na sede da Junta

12.30 — Arzila - almoço CDU

15.15 — Alfarelos - encontro com a população no Jardim

16.00 — Cimeiro (freg. de Figueiró do Campo) - encontro com a população

16.20 — Figueiró do Campo - encontro com a população na P. 25 de Abril

PASSEIO NO TEJO



Mulheres com a CDU por uma vida melhor!

Com
Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP
Heloísa Apolónia, Comissão Executiva do P.E.V.
Maria Emília Campos, Comissão directiva da I.D.

25 SETEMBRO/93

- * Ponto de Encontro no cais de embarque dos barcos do Montijo (Praça do Comércio), às 14.30 horas
- * Partida às 15 horas e regresso às 18.30
- * Apontamentos culturais com Luísa Basto
- * Preço: 750\$00 (inclui um cálice de Porto mediante a apresentação do bilhete)
- * Para confirmar a sua presença e adquirir bilhetes pode telefonar para os n.ºs 356 27 15, 355 81 76/9 (camarada Paula Sousa), dirigir-se ao Centro de Trabalho Vitória (Av. da Liberdade, 170) ou a qualquer outro Centro de Trabalho do PCP.

Participação de Celina Pereira
(Música de Cabo Verde)
e Luísa Basto

Agenda Televisão

Quinta, 23

- 08.05 Notícias
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Supermercado Americano
14.25 O Viajante no Tempo
15.15 «O Príncipe de Central Park»

- 11.00 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood

Sexta, 24

- 08.05 Notícias
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.25 Viajante no Tempo
15.10 «Coração da Terra»

- 11.05 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 TV2 Desporto: G. P. Portugal Fórmula 1

Sábado, 25

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.15 Parlamento
13.50 Clube Disney
15.20 «Velha Raposa»

- 08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
10.45 «Tarzan e as Amazonas»
12.55 TV2 Desporto: G. P. Portugal Fórmula 1

- 12.00 O Soldado Joe
12.35 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super-Submarino
13.30 Batman
14.00 Notícias
14.10 As Mais Belas Máquinas

- 10.00 Os Construtores da História
11.00 Vida Selvagem
12.00 Punky
12.30 National Geographic
13.00 Notícias
13.10 Desporto - Contra-Ataque



«Dinosaurs» - um filão que continua a render, agora em série de animação

Domingo, 26

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 A Família Twist
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.00 Floradas na Serra
14.50 Marés Vivas
15.10 «O Verão dos meus Sonhos»

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.20 TV2 Desporto: G. P. Portugal Fórmula 1
10.50 Realce
11.20 TV 2 Desporto: G. P. Portugal Fórmula 1



Mais um episódio da excelente série «A Dança»: esta semana, «A Dança Social»

- 00.05 «Uma Chamada a Melo da Noite»

- 12.00 O Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Capitão Scarlet
13.20 National Geographic
14.10 Notícias
14.20 Três é Companhia

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Animação

Segunda, 27

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 No Fundo do Mar
14.25 O Viajante no Tempo

- 11.00 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S

- 15.05 Ponto por Ponto
16.00 Antes de Colombo
16.55 A Malta de Degrassy
17.25 Jogo de Damas
18.15 Vamp

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.15 Roque Santeiro

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico

Terça, 28

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.25 O Viajante no Tempo

- 11.00 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.00 Ponto por Ponto

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro



«Gente Remota» - uma série documental portuguesa de nível internacional

- 23.35 Último Jornal
23.55 Donos da Bola
00.00 Internacional Sic
00.30 Superbykes: Itália
01.30 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 Animação
14.30 Fecho da Emissão

Quarta, 29

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Terras do Noroeste
14.25 O Viajante no Tempo

- 11.00 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro

- 21.30 Especial Informação: A Água
23.35 Último Jornal
23.55 Donos da Bola
00.00 As Rosas São Para os Ricos
01.00 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 Animação
14.30 Fecho da Emissão



Macello Mastrolanni, intérprete principal de «Piazza Navona», série italiana produzida por Ettore Scola

- 14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.05 Força Bruta
16.55 A Malta de Degrassy
17.25 Temas e Teimas
18.15 Vamp

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico

- 14.00 Departamento S
14.55 Ponto por Ponto
15.35 O Mundo Animal
16.25 A Malta de Degrassy
16.50 Temas e Teimas
17.35 Vamp

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico

Filmes na TV

QUINTA, 23

O Príncipe de Central Park

«The Prince of Central Park» (EUA/1977). Real.: Harvey Hart. Int.: Ruth Gordon, T. J. Hargrave, Lisa Richard, Brooke Shields. Cor, 74 min. **Telefilme.** (15.15, Canal 1)

SEXTA, 24

Coração da Terra

«The Last Winter» (Can./1989). Real.: Aaren Kim Johnston. Int.: Joshua Murray, Gerald Parkes, Wanda Cannon, David Ferry. Cor, 102 min. **Aventuras.** (15.10, Canal 1)

O Fugitivo

«The Stunt Man» (EUA/1980). Real.: Richard Rush. Int.: Peter O'Toole, Steve Railsback, Barbara Hershey, Chauck Bail. Cor, 129 min. **Ver Destaque.** (22.00, SIC)

Os Salteadores da Arca Perdida

«Raiders of the Lost Ark» (EUA/1981). Real.: Steven Spielberg. Int.: Harrison Ford, Karen Allen, Paul Freeman, Ronald Lacey. Cor, 115 min. **Ver Destaque.** (22.05, Canal 1)

A Dor da Verdade

«To Save a Child» (EUA). Real.: Robert Lieberman. Int.: Marita Geraghty, Shirley Knight, Pete Kowanko, Anthony Zerbe. Cor, 97 min. **Drama.** (00.30, Quatro)

Tentações Perigosas

«Night Eyes II» (EUA/1991). Real.: Rodney MacDonald. Int.: Andrew Stevens, Shannon Tweed, Tim Russ, Richard Chaves. Cor, 95 min. **«Thriller» Policial.** (00.40, Canal 1)

A Boda

«Wesele» (Pol./1972). Real.: Andrzej Wajda. Int.: Ewa Zietek, Daniel Olbrychski, Andrzej Lapickii, Wojciech Pszoniak. Cor, 103 min. **Ver Destaque.** (01.05, TV 2)

SÁBADO, 25

Tarzan e as Amazonas

«Tarzan and the Amazons» (EUA/1945). Real.: Kurt Neumann. Int.: Johnny Weissmuller, Brenda Joyce, John Sheffield, Henry Stephenson. Cor, 75 min. **Aventuras.** (10.45, TV 2)

Os Piratas do Arquipélago

«The Light at the Edge of the World» (Esp./Lichtenstein/1971). Real.: Kevin Billington. Int.: Kirk Douglas, Yul Bryner, Samantha Eggar, Fernando Rey. Cor, 119 min. **Aventuras.** (15.00, SIC)

Velha Raposa

«True Grit» (EUA/1969). Real.: Henry Hathaway. Int.: John Wayne, Glen Campbell, Kim Darby, Jeremy Slate, Jeff Corey, Robert Duvall, Dennis Hopper. Cor, 124 min. **Ver Destaque.** (15.20, Canal 1)

Mister Johnson

«Mister Johnson» (EUA/1991). Real.: Bruce Beresford. Int.: Maynard Eziashi, Pierce Brosnan, Edward Woodward, Beatrice Edney. Cor. **Ver Destaque.** (20.35, Quatro)

Quatro Amigos

«Four Friends» (EUA/1981). Real.: Arthur Penn. Int.: Craig Wasson, Jodi Thelen, Jim Metzler, Michael Huddleston, Julia Murray. Cor, 115 min. **Ver Destaque.** (00.00, Quatro)

Marcado Para Matar

«Marked For Death» (EUA/1990). Real.: Dwight H. Little. Int.: Steven Seagal, Basil Wallace, Keith David, Tom Wright. Cor, 90 min. **Policial.** (00.55, Canal 1)

Terra Distante

«Laputa» (RFA/1986). Real.: Helma Sanders-Brahms. Int.: Sami Frey, Kyrstyna Janda. Cor, 91 min. **Drama.** (01.50, TV 2)

DOMINGO, 26

Oklahoma!

«Oklahoma!» (EUA/1955). Real.: Fred Zinnemann. Int.: Gordon MacRae, Shirley Jones, Charlotte Greenwood, Rod Steiger, Gloria Grahame. Cor, 145 min. **Ver Destaque.** (14.55, SIC)

O Verão dos Meus Sonhos

«Summer Magic» (EUA/1962). Real.: Hayley Mills. Int.: Burl Ives, Dorothy McGuire, Deborah Walley, Una Merkel, Eddie Hodges. Cor, 105 min. **Comédia familiar.** (15.10, Canal 1)

Devagar, Não Corras

«Walk, Don't Run» (EUA/1966). Real.: Charles Walters. Int.: Cary Grant, Samantha Eggar, Jim Hutton, John Standing, Miiko Taka. Cor, 114 min. **Ver Destaque.** (17.00, Quatro)

Amantes

«Amantes» (Esp./1991). Real.: Vicente Aranda. Int.: Victoria Abril, Jorge Sanz. Cor, 90 min. **Ver Destaque.** (21.30, SIC)

O Grande Elias

(Port./1950). Real.: Arthur Duarte. Int.: Francisco Ribeiro (Ribeirinho), Milú, António Silva, Cremilda de Oliveira, Estêvão Amarante. P/B, 124 min. **Comédia.** (21.35, Quatro)

Tribunal Militar para Jackie Robinson

«Court Martial of Jackie Robinson» (EUA/1991). Real.: Larry Peerce. Int.: André Braugher, Roby Dee. Cor, 100 min. **Drama.** (23.45, SIC)

Uma Chamada a Meio da Noite

«Paris By Night» (Gr.Br./1988). Real.: David Hare. Int.: Charlotte Rampling, Michael Gambon, Robert Hardy, Iain Glen. Cor, 99 min. **«Thriller».** (00.05, TV 2)

SEGUNDA, 27

Retorno à Esperança

«Boys in Brown» (Gr.Br./1949). Real.: Montgomery Tully. Int.: Jack Warner, Richard Attenborough, Dirk Bogarde, Jimmy Hanley. P/B, 81 min. **Drama.** (15.15, Canal 1)

Flor Selvagem

«Wildflower» (EUA). Real.: Diane Keaton. Int.: Beau Bridges, Susan Blakely, William McNamara, Patricia Arquette. Cor, 94 min. **Drama.** (22.00, Quatro)

Rocky

«Rocky» (EUA/1976). Real.: John G. Avildsen. Int.: Sylvester Stallone, Talia Schire, Burt Young, Carl Weathers, Burgess Meredith. Cor, 119 min. **Ver Destaque.** (21.30, SIC)

TERÇA, 28

Maria do Porto

«La Marie du Port» (Fr./1949). Real.: Marcel Carné. Int.: Jean Gabin, Blanchette Brunoy, Nicole Courcel, Claude Romain. P/B, 92 min. **Ver Destaque.** (15.15, Canal 1)

Patton

«Patton» (EUA/1970). Real.: Franklin J. Schaffner. Int.: George C. Scott, Karl Malden, Stephen Young, Michael Strong. Cor, 171 min. **Ver Destaque.** (21.35, Quatro)

QUARTA, 29

Sangue, Suor e Lágrimas

«In Which We Serve» (Gr.Br./1942). Real.: Noel Coward e David Lean. Int.: Noel Coward, John Mills, Bernard Miles, Celia Johnson, Richard Attenborough. P/B, 109 min. **Ver Destaque.** (15.10, Canal 1)

Indiana Jones e o Templo Perdido

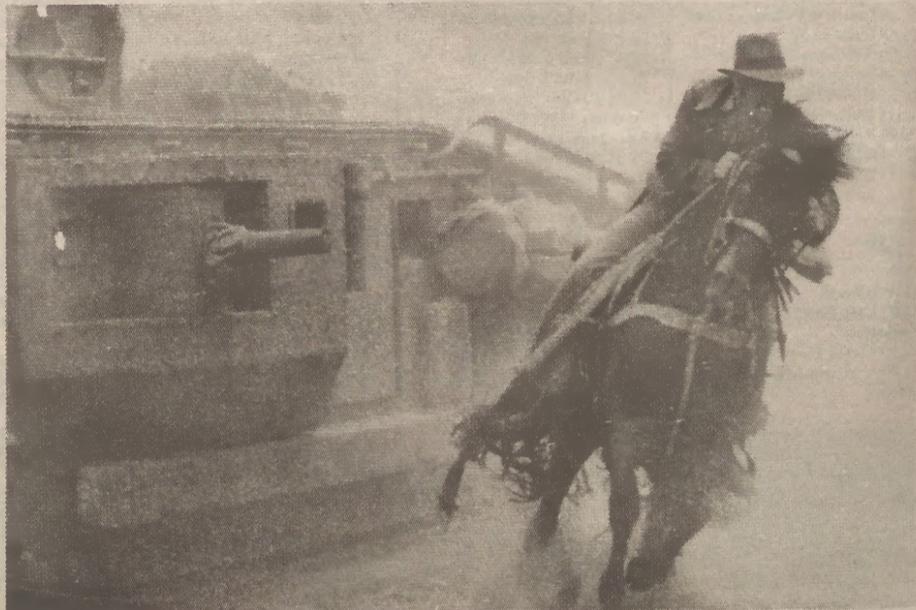
«Indiana Jones and the Temple of Doom» (EUA/1984). Real.: Steven Spielberg. Int.: Harrison Ford, Kate Capshaw, Ke Huy Quan. Cor, 114 min. **Ver Destaque.** (22.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

O Fugitivo (Sexta, 22.00, SIC)

Desenrolando-se nos sempre fascinantes bastidores do cinema, o argumento deste filme é um achado, já que explora, como poucos, a ténue fronteira entre a realidade e o *faz-de-conta* - dialéctico confronto que, desde sempre, esteve na origem de milhares de páginas de teoria e de milhões de quilómetros de película, em toda a História do Cinema. Um criminoso, em fuga às autoridades, não sabe ainda que vai encontrar o seu refúgio no seio de uma equipa de filmagens que roda um filme. Antes, acontece-lhe uma coisa verdadeiramente singular: o nosso criminoso, inadvertidamente, provoca a morte de um «duplo» (uma coisa que, por princípio, é indestrutível...). E, depois, acontece-lhe uma segunda coisa, não menos singular que a primeira: o próprio realizador do filme promete escondê-lo da polícia, se ele se prestar a desempenhar... a função do falecido «duplo»! Num filme que é um constante embróglio no meio do qual, quer os protagonistas quer o espectador, se sentem incapazes de distinguir a fantasia da realidade, o destaque vai, por um lado, para a brilhante - e ultracabotina - interpretação de Peter O'Toole (no papel de um realizador absolutamente louco), que lhe valeu um merecido Oscar. Mas, acima de tudo, o interesse está em averiguar a todo o momento o que é falso e o que é real no comportamento das personagens e dos seus intérpretes, num filme que está dentro de outro filme - um objecto cinematográfico em forma de *comédia negra*, também ela com duas leituras possíveis: a de um excelente *thriller* policial à maneira da *série B* ou a de uma interessantíssima «parábola» sobre a essência do cinema. Conforme a sua predisposição, o leitor-espectador que decida, depois de ver a gravação - já que não acreditamos que vá perder, à mesma hora, em directo, o *Indiana Jones...*



«Os Salteadores da Arca Perdida» - Indiana Jones às voltas com um tanque nazi...

Os Salteadores da Arca Perdida (Sexta, 22.05, Canal 1)

Em matéria de decisões, reconheçamos, então, ser extremamente difícil que o espectador escape à tentação de regressar, mais uma vez, ao mundo dos *seriais* de aventuras dos anos 30/40, vistos pelos olhos dos anos 80. Pois, não é isso mesmo que o realizador e os autores do argumento nos propõem? Exemplos manipuladores dos mecanismos do cinema-espectáculo - e vindos, todos eles, da formação cinéfila universitária - Steven Spielberg, Lawrence Kasdan e George Lucas, de uma outra maneira, erguem, também eles, o *faz-de-conta* da memória de um certo cinema, mas transformando-o, agora, no *faz-de-conta* de uma sociedade americana em crise profunda e temperando-o pela sensibilidade audiovisual contemporânea: são as inenarráveis e inacreditáveis aventuras de um herói de *banda desenhada* - não já tosca e pobremente encenadas, a deixar campo livre à



«O Fugitivo», de Richard Rush - os perigos de um «duplo» no cinema a fingir...

imaginação dos miúdos das *matinées* de todos os Coliseus, Olímpias e Politeámas deste mundo, mas servidas por um dispendiosíssimo catálogo de truques e efeitos especiais que, pela primeira vez, são capazes de fabulosamente encenar, montar e sonorizar a *materialização* da própria imaginação - coisa, a um tempo, tão inovadora, quanto sedutora e pérfida. Que este, e outros filmes, vindos de onde vêm, sobrevalorizem mais os prodígios da técnica do que a substância do conteúdo, é coisa que também não nos deve admirar. Recorde-se, com todo o respeito pelas decisões dos povos, que só nos EUA teria sido também possível transformar em Presidente um «herói de cordel» de filme B...

A Boda (Sexta, 01.05, TV 2)

Cineasta inegavelmente exemplar, ao retratar na tela o espírito do seu povo, Andrzej Wajda transpôs com grande sensibilidade para o cinema a adaptação de uma peça teatral de Stanislas Wyspianski - *A Boda* - cuja *superfície* do argumento des-

creve o casamento, numa aldeia, por volta do início do século, de um poeta com uma camponesa, mas que o realizador faz irromper de estranhas figuras e «fantasmas» vindos das profundezas do passado, numa soberba encenação que constitui uma alegoria à própria história da Polónia.

Velha Raposa (Sábado, 15.20, Canal 1)

A personagem interpretada por John Wayne - um velho e lendário *sheriff*, agora meio cego e atacado pelo vício do álcool, que uma jovem órfã contrata para prender o assassino do pai - constitui, significativamente, a própria imagem de um tempo e de um *gênero* que, à época da rodagem do filme, chegavam a um primeiro esgotamento. Nunca tendo, de certo modo injustamente, alcançado os píncaros da fama nem o estatuto dos grandes

«autores», Henry Hathaway, o realizador, teria aqui o seu último êxito na profissão - um cinema que executava com perfeição, rapidez e eficácia, qualidades que, ao lado do indispensável talento, sempre foram apanágio dos mais brilhantes representantes da grande tradição *hollywoodiana*.

Mister Johnson (Sábado, 20.35, Quatro)

Realizador importante no cinema australiano - e acabando por chegar, ver e vencer nos EUA - Bruce Beresford é sobretudo recordado a propósito de algumas das suas últimas obras de grande sucesso público, como *Crimes do Coração* ou *Miss Daisy*. Mas este *Mr. Johnson*, inédito entre nós, parece ser também um filme digno de atenção. As referências apontam-lhe, aliás, qualidades que têm muito a ver com a costumada sensibilidade do realizador, que aqui encena uma história passada na Nigéria por entre um conflito de culturas que é abordado em tom de simpática comédia. A confirmar.

Quatro Amigos (Sábado, 00.00, Quatro)

Absolutamente incontestável é o talento de Arthur Penn, um realizador que filmou pouco, mas muitas vezes bem, e que, em

várias das suas obras, se mostrou preocupado em retratar o confronto entre o indivíduo e a realidade circundante, em filmes que quase sempre constituíram uma poderosa crítica a uma sociedade que apenas procura resolver os seus problemas através da violência. Desta vez, num filme cuidadosamente construído - mas aparentando uma certa improvisação na rodagem - Penn debruça-se sobre a história de um emigrante jugoslavo que, nos agitados anos 60, vem juntar-se a seu pai, também ele emigrante de muitos anos nos EUA, e que confronta o seu *sonho americano* com a realidade que vem encontrar.

Oklahoma! (Domingo, 14.55, SIC)

Trata-se, naturalmente, de um dos mais famosos clássicos do *musical* americano, adaptando a célebre opereta da Broadway escrita por Rodgers e Hammerstein em 1943. Um filme em que, embora deixando-se embalar por uma duração talvez excessiva, Fred Zinnemann transpõe brilhantemente para o cinema o fulgor da obra musical, com desempenhos à altura de Gordon

MacRae e Shirley Jones, entre outros, e canções que ficaram como *standards* do género, como *Oh! What a Beautiful Morning*, *The Surrey With The Fringe On Top* ou *People Will Say We're In Love*. A perspectiva de uma tarde bem divertida.

Devagar, Não Corras (Domingo, 17.00, Quatro)

Para além da curiosidade de se tratar do último filme interpretado por Cary Grant, este filme, datado de 1966, não pretende ser mais do que uma divertida comédia, excelentemente interpretada, em que, explorando as habituais confusões típicas do género, três personagens completamente diferentes - uma rapariga de bom coração, um sofisticado industrial e um atleta - se vêem confrontados com as peripécias decorrentes do facto de, em plenos Jogos Olímpicos de Tóquio, e perante uma metrópole superlotada, todos eles se encontrarem conjuntamente sob um mesmo tecto - o de um minúsculo apartamento, que têm forçosamente de partilhar.

Amantes (Domingo, 21.30, SIC)

Eis um filme que, independentemente do seu eventual valor real (o filme é desconhecido entre nós) dá à «promoção» da SIC mais uma oportunidade para refinar a sua apetitosa linguagem: «Três personagens, entregues aos jogos primitivos de paixões que levam até ao limite sem olharem a consequências morais. Um dos filmes espanhóis recentes (inérito em Portugal) mais audaciosos em matéria de erotismo. Victoria Abril é a protagonista. Com a sua interpretação ganhou o prémio de Melhor Actriz no Festival de Berlim. Inventou, neste filme, um novo fetiche para o léxico erótico do nosso tempo, o lenço. Ver para crer.» Pois é, o lenço... um fetiche de que, afinal, ainda não se haviam lembrado os doutos «psicólogos» das «Fantasias do Playboy»...

Rocky (Segunda, 21.30, SIC)

Bem mais *hard* do que *soft* é a série de Rocky, que começou em 1976 com este primeiro filme de John G. Avildsen. Espécie de *self-made-man*, caminhando pelas agruras da vida à força dos seus próprios punhos, Rocky Balboa é um italo-americano que atinge os cumes da celebridade quando conquista o campeonato de pesados. «Interpretado» esforçadamente por Silvester Stallone, num papel que veio a torná-lo uma vedeta-chamariz de bilheteiras, este primeiro Rocky revelar-se-ia bem superior aos três que se lhe seguiram e aos quais a SIC dedica um «ciclo», e, para além da inegável espectacularidade e violento realismo do decisivo combate de boxe, desenrola-se com alguma sobriedade, notória para o género.

Maria do Porto (Terça, 15.15, Canal 1)

Tendo-nos dado a conhecer, ultimamente, alguns exemplos filmicos demonstrativos da decadência da fase final da carreira do realizador, o Canal 1 mostra-nos, finalmente, um dos melhores filmes de Marcel Carné, datado de 1949, e que este adaptou de um romance de George Simenon. Neste aspecto, é de realçar a esplêndida escrita dos diálogos, a que uma excelente direcção de actores - com destaque para Jean Gabin, Blanche Brunoy e Nicole Courcel - dá corpo e credibilidade, num filme que, ao contrário do que seria de esperar, não é uma história policial mas sim uma reflexão sobre a complexidade das relações humanas.

Patton (Terça, 21.35, Quatro)

Considerado, pela sua postura autoritária e arrogante e pela desconcertante desenvoltura das afirmações públicas (que chegaram a pôr em causa, pelas suas posições fortemente anti-soviéticas, a coesão dos aliados) como uma das figuras mais polémicas da História contemporânea - o que o levou a ser temido pela própria hierarquia norte-americana e secretamente admirado pelos inimigos máximos, os nazis alemães - o General George Patton, herói da II Grande Guerra Mundial, é a figura central deste filme realizado por Franklin Schaffner em 1970, um ano crucial na história recente dos EUA, quando se tratava de ainda convencer os americanos da «bondade» do esforço de guerra no Vietname. O filme retrata, de resto, a corajosa e brilhante carreira militar de Patton pelos teatros de guerra do Norte de África, da Sicília, da Normandia e da própria Alemanha, posta em filme com avultados meios e com uma interpretação inesquecível de George S. Scott. Mas a «leitura» do plano inicial do filme - o discurso de Patton exortando os americanos a nunca desistir da luta, surgindo do fundo da escada para o topo de um pedestal colocado à frente de uma enorme bandeira americana ocupando todo o *écran* - não engana: Patton (é preciso que se diga), com argumento saído da pena de Francis Ford Coppola e Edmund North, é uma das mais claras apologias pró-militaristas de todo o cinema americano e diz-se, mesmo, que inspirou os *falcões* do Pentágono a orientar a mão de Richard Nixon no premir do botão que levou ao bombardeamento do Camboja.

Sangue, Suor e Lágrimas (Quarta, 15.10, Canal 1)

Uma incomensurável distância - nos meios utilizados, mas também na grandeza das suas intenções - afasta o filme Patton do filme *Sangue, Suor e Lágrimas*, também este debruçando-se sobre os horrores da II Grande Guerra. Patriótico, mas não nacionalista, empolgante e emocionante, mas não explorando falsamente os sentimentos do espectador, este filme ficou célebre na cinematografia da época, embora porventura não vá surgir aos nossos olhos como sequer envelhecido. Trata-se da narrativa, contada em *flash-back*, da tragédia vivida pelos sobreviventes de um vaso de guerra britânico e do confronto de todos eles com a dramática realidade da guerra. Produzido, escrito e co-realizado (com David Lean) por essa grande personalidade do teatro e do cinema mundial que foi Noel Coward, *Sangue, Suor e Lágrimas* nasceu no âmbito dos chamados «filmes de propaganda» que o Ministério da Guerra britânico na época encomendou, mas ultrapassa em larga escala o *formato* do mero filme patriótico de



George C. Scott, como o General George Patton, no filme de Franklin Schaffner

circunstância. Uma obra, a não perder, que foi, curiosamente, a primeira experiência no cinema de homens como David Lean ou David Attenborough e ainda tem, nos principais papéis, as figuras de John Mills e Bernard Miles.

Indiana Jones e o Templo Perdido (Quarta, 22.25, Canal 1)

Quase nada a acrescentar ao que foi escrito sobre *Os Salteadores da Arca Perdida*. Realizado três anos após o primeiro grande êxito da série, pelos mesmos responsáveis técnicos e com o mesmo Harrison Ford, no papel de Indiana Jones, *O Templo Perdido* é uma nova exploração das mesmas, infalíveis, receitas. Mas a história é bem mais fraca e Kate Capshaw não chega aos calcanhares de Karen Allen, na figura da heroína. Já se adivinhava, então, a necessidade de fazer apelo a Sean Connery para dar novo alento às aventuras - o que viria a suceder em *A Última Cruzada*. A seguir, no próximo número...

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aqui na Terra	★★★	-	★★
B Culpa Formada	★★	-	★★
C O Último Grande Herói	★★★	-	★★★
D Sonho da Luz	-	★★★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. João Botelho - Nimas (14.00, 16.30, 19.15, 22.00) - Lisboa.
- B - Real. Sidney Lumet - Amoreiras/7 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) - Lisboa.
- C - Real. John McTiernan - Amoreiras/10 (14.40, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Victor Erice - King Triplex/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.

Teatro

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 770969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **TOP GIRLS**, de Caryl Churchill, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **DESASTRES**, textos de Beckett, Ionesco e Philip K. Dick, encenação de Miguel Guilherme.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS BIOMBOS**, de Genet, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

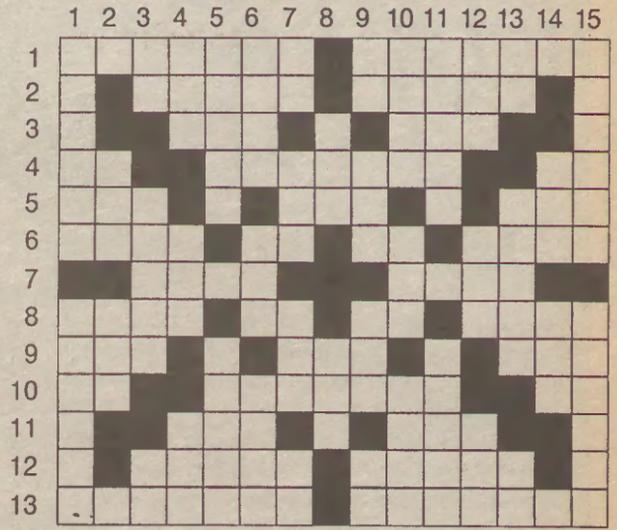
Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **À ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas.

Tempo

Continuação do céu nublado, aguaceiros e descida de temperatura.



PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Peregrinação a algum lugar religioso; penas para escrever. 2 - Seca, fragrância. 3 - Íntima; cólera. 4 - Existes; tostaram; estuda. 5 - Semelhante; discursiva; textualmente. 6 - Combina; o mais (ant.); nota musical; habitação. 7 - Reside; fiança. 8 - Épocas; graceja; Amerício (s.q.); 9 - Espaço de tempo; utensílio de cozinha; ribeira portuguesa. 10 - Dois romanos; recompensas; letra grega. 11 - O sustento; pano de arrás. 12 - Mágoas; fluxo e refluxo das águas do mar (pl.). 13 - Tornara seco; desonestos.

VERTICAIS: 1 - jogo de azar; põem em circulação. 2 - Tempero; soberano. 3 - Nociva; desbastas; doutor (abrev.). 4 - Nome de homem; áqueles; colocar. 5 - Pões em versos rimados; limalha. 6 - Passadas, rio da Suíça; triturar com dentes. 7 - Igual (farm.); astro-rei; árvore da fam. das oleáceas; apelido. 8 - Parceiro; patrão. 9 - Cabelo branco; dignatário etíope; empunhei; nota musical. 10 - Cantiga; caminhavam; rezam. 11 - Regra; planta rasteira cultivada nos jardins. 12 - Ave corredora; protótipo de cálcio; criatura. 13 - Basta; compartimentos; saudável. 14 - Lírio; maior. 15 - Sono curto; mentiras (pop.).

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

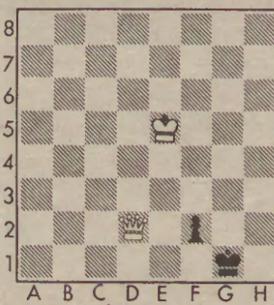
HORIZONTAIS: 1 - Corado; sacada. 2 - Sola; coro. 3 - Lar; av.; AL; aro. 4 - Arame; III; solar. 5 - Malar; sra.; ocará. 6 - Sacada; morara. 8 - Mirara; lâmina. 9 - Coram; rei; anona. 10 - Álamo; ora; canil. 11 - Rãs; AM; mó; asa. 12 - Vira; ecoa. 13 - Socara; arriba.

VERTICAIS: 1 - Calam; caros. 2 - Aras; mola. 3 - Rala; iras. 4 - AS; maçaram; vã. 5 - Dó; era; aro; ir. 6 - Ola; dor; ara. 7 - Avisa; aroma. 8 - Ir; ER; 9 - Caiam; liame. 10 - Sol; ova; oca. 11 - Ar; sor; Mac; or. 12 - CO; ocarina; ar. 13 - Alar; nona. 14 - Rara; anis. 15 - Amora; alapa.

XADREZ

CDXXIX - 23 de Setembro de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X075
Por: GIOACCHINO GRECO «II Calabrese»
[Peloponeso? 1600-1634]
Le Jev des Echets, França, 1669

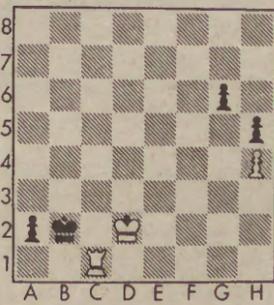
Pr.: [2]: Pf2-Rg1
Br.: [2]: Dde-Ré5



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993X076
Por: ALEXANDRO SALVIO
[Nápoles ± 1570-1640]
Traité de l'invention et de l'art libéral du Jeu d'Echecs, 1604

Pr.: [4]: Ps. a2, g6, h5-Rb2
Br.: [3]: Ph4-Tç1-Rd2



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXXIX

Nº 1993X075 [G.G.]: 1. Rf4!, f1-D+; 2. Rg3! e as brancas ganham, ameaçando: 3. Dh2++

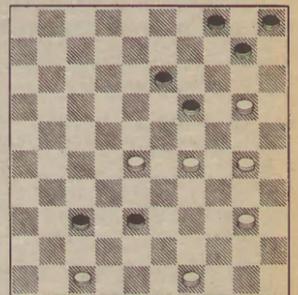
Nº 1993X076 [A.S.]: 1. Ta1!, Ra1!; 2. Rc2, g5; 3. hg5, h4; 4. g6, h3; 5. g7, h2; 6. g8-D, h1-D; 7. Dg7 ++

A. de M. M.

DAMAS

CDXXIX - 23 de Setembro de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D075
Por: LOUIS DALMAN
Combat dans l'arène, 1976

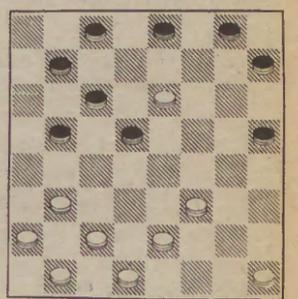
Pr.: [7]: 4-5-10-13-19-37-38
Br.: [7]: 20-28-29-30-40-47-49



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993 D076
GOLPE Nº 37/93
Por: ARTUR DE CARVALHO GOMES - Almada, 15-IX-1957

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 23-19; 3. 2-5, 27-23; 4. 13-18, 22-13; 5. 9-18, 19-14; 6. 10-19, 23-14; 7. 18-22, 26-19; 8. 11-18; 24-20; 9. 5-10, 28-23; 10. 18-22, 32-28
DIAGRAMA:



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXXIX

Nº 1993D075 [L.D.]: 1. 49-43, (38x49-D); 2. 29-24, (49x35); 3. 47-41, (37x46-D); 4. 20-15, (46x23); 5. 24-20, (35x24); 6. 20x9, (4x13); 7. 15x4-D+
Nº 1993D076 [A. de C.G.]: 11. 22-27, 31-22; 12. 10-14, 19-10; 13. 6-13, 17-10; 14. 3-6, 10-3; 15. 12-6, 3-12; 16. 8-31 +

A. de M. M.

a Talhe de FOICE

A teia

Para quem não acredita em bruxas, o debate promovido pela SIC a semana passada sobre a lei da bomba foi a comprovação de que lá que elas existem, existem.

Não aquelas de chapéu de bico, desdentadas e vassoura de vasculho que se rendem a qualquer fada-madrinha por um pacote de detergente, notoriamente fora de moda, mas as de unhas tratadas, sorriso de plástico e gravata de último grito, capazes de conjugar verbos e alinhar frases, sem pós de perlimpimpim nem asas de corvo, mas muita invocação de liberdade, democracia, ordem, mundo livre e outras mezinhas que tais.

Se vivêssemos na época do tridimensional, do parapsicológico, do paranormal, nesse dia as televisões teriam sofrido fenómenos estranhos, com os cabos a ficarem retorcidos, pingando viscosas lamas, os ecrãs empapados de baba corrosiva e as alcatifas, soalhos ou ladrilhos salpicados de sangue que nenhum produto consegue jamais lavar.

Logo de entrada, a criar pano de fundo ao que a seguir viria, foi servido o papão comunista de assalto ao poder, sem que uma única voz minimamente objectiva tivesse recordado que foi nesse tempo de "trevas" que a maioria dos trabalhadores portugueses soube o que era um salário digno, um tempo de férias, uma protecção social, o direito a uma casa, a um médico, a uma escola, ou que meia dúzia de senhores tiveram de largar a cadeira do poder e o domínio da economia, ou ainda em que as terras abandonadas passaram a ser chão de fatura nas mãos de quem a trabalhava.

A seguir foram as bombas às centenas, os mortos, os assaltos, os autós de fé, o tráfico de armas, as destruições, as conjuras, os ajustes de contas.

Manobras de diversão lhe chamou o "cavalheiro" bombista, como o classificou o jornalista.

E depois foi o rol de quanto veneno, ódio, intriga, mentira e impunidade grassa há quase duas décadas na sociedade portuguesa para enterrar no mais profundo do esquecimento ou da desinformação os crimes de morte matada que ficaram por condenar.

Gente que pôs o país a ferro e fogo, criminosos a soldo, mentores de crimes sem perdão, conviências espúrias, disseram da 'injustiça' de cumprir penas - "21 anos de prisão, isso era de mais" - e ergueram vozes indignadas na defesa de indultos que passaram esponjas sobre o passado. Gente que capitaneou manifestações de beatas na guerra da Igreja contra o 'perigo comunista' e assistiu impávida ao explodir das bombas e ao sangue derramado, rezou ou mandou rezar missas por alma, enquanto em tribunais militares se concluía nunca ter havido rede bombista, nem atentados continuados, nem projecto global, nem coisa que não fosse de somenos. Gente de quase todos os quadrantes, socialistas, social-democratas, democratas-cristãos, fascistas, religiosos, militares, civis, operacionais, autores morais, vieram a público lembrar uns aos outros que continuam unidos na própria trama e que cada dedinho apontado ao vizinho pode disparar tiros pela culatra.

Valeu a pena? Vale sempre a pena lembrar que o crime existe e que há gente que não hesita em matar, em matar novamente se for preciso. Vale sempre a pena lembrar que a memória certa do que se passou está ainda por lembrar e mergulhada na mais profunda amnésia, designação conveniente para quem não está interessado em lembrar. Vale sempre a pena, por muito que saiba a pouco, lembrar que há mortes canalhas e canalhas prontos a matar. Em democracia, pois então!

■ AF

ÚLTIMAS

Queixa-crime contra o Estado Aduaneiros querem minimizar prejuízos

Os aduaneiros responsabilizam o Estado por nada ter feito por eles

O Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros e Despachantes de Empresas (STADE) está a ultimar uma queixa-crime contra o Estado, que deverá ser entregue nos tribunais portugueses "a curto prazo". Segundo Luís Pinto, da direcção deste Sindicato, em declarações à LUSA, o STADE pretende que o Estado responda "pelos prejuízos" resultantes da supressão das barreiras alfandegárias impostas pela União Europeia, "sem nada ter feito previamente para compensar os trabalhadores da perda dos postos de trabalho". Pelos mesmos motivos, o STADE já entregou em Junho, em Bruxelas, por

intermédio da CGTP-IN, uma queixa contra o Estado português, acusado da "situação dramática" em que foram colocados cerca de 8000 trabalhadores do sector aduaneiro. O Estado português é também visado numa acção judicial posta nos tribunais nacionais, em Julho passado, pela Câmara dos Despachantes Oficiais (CDO).

Independentemente desta acção, "há também associados que querem, eles próprios, pôr o Estado em tribunal", afirmou à LUSA uma fonte da CDO, referindo o encerramento de escritórios e a abertura de falências.

Ainda de acordo com o sindicalista Luís Pinto, "o sector continua a ser esva-



ziado, com mais despedimentos e encerramento de empresas", havendo "trabalhadores a receber subsídio de desemprego" mas que não sabem o que lhes sucederá "quando terminar o período legal". "Muitos foram despedidos sem um tostão de indemnização, enquanto outros só receberam um terço do total a que têm direito", frisou Luís Pinto, acrescentando que está estabelecido que o Estado possa assumir o pagamento das indemnizações até 100%, o que, no

entanto, depende da inspecção que vier a ser feita e que só agora começou.

Luís Pinto referiu também que estão a decorrer acções de formação profissional para trabalhadores do sector, incidindo em áreas como a informática, contabilidade, marketing e comércio internacional. "Apesar da formação profissional, tudo é muito incerto, porque o mercado de emprego está fechado e o desemprego é cada vez maior", sublinhou o sindicalista.

Agricultores de Porto de Mós hoje em Tribunal

Dezoito agricultores de Porto de Mós que estão a ser julgados pelo corte de estrada que efectuaram no mês de Maio passado, na localidade de São Jorge, em protesto pela política agrícola do Governo, começam hoje a prestar declarações à justiça, devido ao processo mandado instaurar pela GNR.

Os agricultores, que desconhecem as acusações que pendem sobre eles, mostram-se indignados com este processo, pois, na expressão de um deles à agência

LUSA, «ninguém fez mal a ninguém».

O processo decorre no Tribunal de Leiria e na segunda-feira foi já ouvido um agricultor de Maceira, António Coelho, que afirmou que lhe foram feitas perguntas sobre o que estava a fazer na manifestação e porquê.

O advogado dos agricultores, Armando Gonçalves, disse ser ainda prematuro fazer declarações sobre o assunto, até porque o processo está em segredo de justiça.

Golpe de Ieltsin

Um novo golpe agita Moscovo e a Rússia, na já longa série a que Ieltsin habituou os seus compatriotas. Desta vez, o Presidente, sem qualquer apoio legal para o fazer, permitiu-se «dissolver» o parlamento e convocar eleições legislativas antecipadas, a fim de chamar a si todo o poder, sem controlo nem fiscalização. Nada indica, porém, que os ânimos se apaziguem e seja aceite a decisão anticonstitucional de Ieltsin. Enquanto o Presidente do parlamento russo se recusava a aceitar a decisão e, reunido aquele órgão, os deputados decidem por unanimidade dos presentes destituir Ieltsin — o que constitucionalmente podem fazer dadas as iniciativas ilegais

deste —, Alexander Rutskoi que, segundo as notícias se autoproclamara Presidente na sequência da actuação ilegal de Ieltsin, viu-se confirmado no lugar pelo Parlamento. Por seu lado, o Tribunal Constitucional também se pronunciou pela ilegalidade da iniciativa de Ieltsin.

Até ao fecho da nossa edição, e para além do facto de governos de países capitalistas — com destaque para os EUA e a Grã-Bretanha — terem vindo a público apoiar o golpe de Ieltsin, sem escrúpulos de legalidade e de democracia, o desenvolvimento da situação é imprevisível e nada indica que a nova crise aberta anteontem venha a encerrar-se em breve.

Parlamentares do PCP visitam Évora

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, de que fazem parte Lino de Carvalho, deputado eleito pelo círculo de Évora, e Octávio Teixeira, presidente do grupo, realiza amanhã uma visita à Câmara Municipal de Évora, durante a qual serão acompanhados por membros da Organização Regional de Évora do PCP.

O programa da visita prevê uma reunião com o presidente e vereação, pelas 10 horas, onde será feita uma exposição de assuntos relevantes para a Câmara Municipal de Évora e para o Grupo Parlamentar.

Segue-se, pelas 11 horas, uma passagem pelo centro histórico e meia hora depois, uma visita a obras em curso, nomeadamente: à variante ao Nó do Lagril, Porta da Lagoa, EN 114 - Portas do Raimundo e Horta

das Figueiras, onde existe uma zona de construção habitacional, estando marcado um encontro com as três cooperativas de habitação.

O almoço decorre no restaurante «Arcada», às 13.30, seguindo-se, pelas 15 horas, uma visita à ETA, em Monte Novo.

Pelas 16.30, os deputados e autarcas visitam a Junta de Freguesia dos Canaviais, onde está prevista uma recepção na sede da autarquia, uma visita a várias obras e contactos com agentes sociais e culturais da localidade.

A jornada terminará, pelas 18.30, com uma conferência de imprensa a realizar no restaurante «A Muralha», onde será feito o balanço da visita e anunciadas as futuras iniciativas do deputado pelo distrito.

Telegrama em defesa dos deficientes

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) enviou esta semana telegramas aos órgãos de soberania queixando-se da marginalização a que os deficientes estão sujeitos em Portugal, referindo o «estado de degradação» a que chegou a saúde e o desemprego que atinge milhares de deficientes.

O telegrama, enviado ao Presidente da República,

primeiro-ministro e presidente da Assembleia da República, insere-se numa campanha de defesa da alteração da situação social dos deficientes. A APD reivindica a revogação do novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, a aprovação de legislação que promova e proteja o emprego para deficientes e a aprovação do cartão nacional do deficiente.